



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL-UFFS  
CAMPUS CHAPECÓ  
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**CLAUDETE ANGELA GONÇALVES**

**ÁGUA E ECONOMIA SOLIDÁRIA:  
(RE)EXISTÊNCIA CAMPONESA NO AGROHIDRONEGÓCIO**

**CHAPECÓ**

**2019**

**CLAUDETE ANGELA GONÇALVES**

**ÁGUA E ECONOMIA SOLIDÁRIA:  
(RE)EXISTÊNCIA CAMPONESA NO AGROHIDRONEGÓCIO**

**Trabalho de conclusão do curso de Graduação  
apresentado como requisito para obtenção de Grau  
de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade  
Federal da Fronteira Sul.**

**Orientador: Prof. Dr. Fábio Carminati**

**CHAPECÓ**

**2019**

### **Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Gonçalves, Claudete Angela

Água e Economia Solidária : (Re)Existência Camponesa no Agrohidronegócio / Claudete Angela Gonçalves. -- 2019.

95 f.

Orientador: Doutor Fábio Carminatí.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Ciências Sociais-Licenciatura, Chapecó, SC , 2019.

1. A escassez de água potável e o anseio neoliberal de privatização desse recurso para a solução do problema, maneira de obter a água como mercadoria. 2. Agricultura industrializada e a contaminação da água no Oeste de Santa Catarina. 3. Água virtual na produção de commodities agrícolas no agrohidronegócio. 4. Desafios ecológicos e a reinvenção sociocultural no controle coletivo da água. I. Carminatí, Fábio, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

## AGRADECIMENTOS

Citar os nomes das pessoas que tiveram importância para este trabalho me deixa com um certo dilema. Dentre as muitas formas de agradecimento prefiro não as citar por receio de esquecimento, porque são muitas envolvidas. Contudo, ao lembrar que a vida é um caminho que se torna maravilhoso quando se percorre com o sentimento de gratidão, gostaria de reconhecer a dedicação dos professores de Ciências Sociais que com competência e disposição possibilitaram a realização deste trabalho.

Este trabalho não teria sido completo sem o forte apoio e a compreensão do meu orientador Fábio Carminati que dedicou ajuda e inspiração inestimável para o direcionamento deste trabalho de conclusão.

Quero agradecer aos colegas, amigos, familiares e professores de outros cursos que contribuíram de alguma forma na minha formação acadêmica. Às professoras, Valdete Boni e Arlene Renk que aceitaram a participação na banca, estimulando ainda mais meu apreço pela Sociologia Rural.

Aos gentis cooperados (as) da Cooperdágua dedico agradecimentos especiais pela acolhida e bondade ao partilharem suas experiências e a criação de maneiras inovadoras de enxergar o mundo. A contribuição deles não pode ser explicada somente com as palavras, mas também com o sentimento de gratidão e comprometimento.

## RESUMO

O estudo analisa a iniciativa da Cooperd'água (Cooperativa de Fornecimento de Água Potável de Palmitos SC), sobre a prática de gestão, captação, tratamento e distribuição de água potável. Trata-se de um grupo de pequenos agricultores que frequentemente sofria com a falta de água tanto para o consumo doméstico e pecuário quanto para as lavouras. Paradoxalmente a questão da água vem sendo exposta pelo discurso neoliberal de escassez para justificar a mercantilização. Por outro lado, é sentida, principalmente pela população do campo que enfrenta períodos de estiagens prolongadas. Outro fator crucial ligado à escassez de água potável na região Oeste de Santa Catarina é a contaminação decorrente do uso inadequado do solo pelo manejo abusivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos utilizados nas lavouras desde a modernização do campo. Essa prática teve início nos anos 70 pela Revolução Verde e intensificada nos últimos anos. A Revolução Verde introduziu condutas de produção orientadas para o mercado e para o lucro a curto prazo, conhecido atualmente como agronegócio. A agricultura industrializada, alerta Marx em O Capital I, é a ruptura metabólica entre o trabalhador e o solo. Na atualidade essa fenda destrutiva, conceito resgatado por John Bellamy Foster é mais problemática porque se destrói o ciclo natural de nitrogênio do solo e na tentativa de repor a fertilidade com adubação sintética misturada com agrotóxicos, acaba contaminando a água e os alimentos. O grande desafio é a orientação ecológica ligada à luta dos camponeses de gerir o equilíbrio metabólico. Em termos de sustentabilidade, na teoria de Marx, o equilíbrio do metabolismo humano com a natureza deve ser regido pelo trabalho na terra de forma racional, por produtores associados e em termos sociológicos, em controle coletivo. Buscamos por meio de estudo de caso e etnografia, evidenciar os aspectos ligados ao controle dos recursos naturais pela comunidade e a gestão dos bens comuns (água, solo, energia) praticado na Cooperd'água. No cenário regional o crescimento econômico faz emergir maior demanda por água, o que gera intensa retirada dos mananciais e o surgimento de um histórico de contaminantes que afetam diretamente a qualidade da água das fontes, rios, açudes e riachos, além da parada de fluxo de rios. Em oposição, a cooperativa organiza-se na agricultura familiar/camponesa com a perspectiva da Economia Solidária em convergência com a proposta Ecosocialista. O trabalho apresenta a defesa de que, apesar da agricultura familiar/camponesa ter acompanhado a modernização é possível identificar características específicas que apontam para a nova postura de gestão coletiva dos recursos naturais, mostrando ser possível a reversão da política neoliberal de privatização da água para a solução da escassez.

Palavras-chave: Cooperd'água. Agroecologia. Agricultura Familiar. Ecosocialismo. Privatização.

## RESUMEN

El estudio analiza la iniciativa de Cooperdágua (suministro cooperativo de agua potable de Palmitos SC, sobre la práctica de la gestión, captura y distribución de agua potable. Es un grupo de pequeños agricultores que a menudo sufren de la falta de agua para el consumo doméstico y el ganado y los cultivos. Paradójicamente, el tema del agua ha sido expuesto por el discurso neoliberal de escasez para justificar la mercantilización. Por otro lado, se siente, principalmente por la población del campo que se enfrenta a períodos de tramos prolongados. Otro factor crucial Ligado a la escasez de agua potable en la región occidental de Santa Catarina es la contaminación debido al uso indebido del suelo por el manejo abusivo de pesticidas y fertilizantes químicos utilizados en los cultivos desde la modernización del campo. Esta práctica se inició en los años 70 por la revolución verde y se intensificó en los últimos años. La revolución verde introdujo conductas de producción orientadas al mercado y beneficios a corto plazo, ahora conocidos como agroindustria. La agricultura industrializada, advierte a Marx en O capital, es la ruptura metabólica entre el trabajador y el suelo. Hoy en día esta grieta destructiva, un concepto rescatado por John Bellamy Foster Es más problemático porque destruye el ciclo natural del nitrógeno del suelo y en un intento de reponer la fertilidad con la fertilización sintética mezclada con pesticidas, terminamos contaminando el agua y los alimentos. el Gran desafío es la orientación ecológica ligada a la lucha de los campesinos para gestionar el equilibrio metabólico. En términos de Sostenibilidad, en la teoría de Marx, el equilibrio del metabolismo humano con la naturaleza debe regirse por el trabajo en tierra de manera racional, por los productores asociados y en términos sociológicos, en el control colectivo. Buscamos PO medios de estudio de caso y la etnografía Resaltar Los aspectos relacionados con el control de los recursos naturales por parte de la comunidad y la gestión de los bienes comunes (agua, suelo, energía) practicados en el Cooperdagua. En el escenario regional, el crecimiento económico provoca una mayor demanda de agua, lo que genera una eliminación intensa de los manantiales y la aparición de una historia de contaminantes que afectan directamente la calidad del agua de las fuentes, ríos, presas y arroyos, además de la parada de Arroyo de ríos. En oposición, la cooperativa está organizada en la agricultura familiar/campesina con la perspectiva de la economía solidaria en convergencia con la propuesta Ecosocialistas. La obra presenta la defensa de que, aunque la agricultura familiar/campesina ha acompañado la modernización es posible identificar características específicas que apuntan a la nueva postura de gestión colectiva de los recursos naturales, demostrando que es posible Reversión de la política neoliberal de privatización del agua para la solución de la escasez.

Keywords: Cooperdagua. Agroecología. Agricultura familiar. Ecosocialismo. Privatización.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
1.1	SOCIOLOGIA DA ÁGUA: ÁGUA EM MOVIMENTO NA VIDA E NA HISTÓRIA .....	9
<b>2</b>	<b>CICLOS ECONÔMICOS E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO .....</b>	<b>17</b>
2.1	RETROVISOR .....	18
2.2	QUESTÃO AGRÁRIA .....	21
2.3	TRANSFORMAÇÃO CAPITALISTA E O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL .....	24
2.4	MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA .....	27
<b>2.4.1</b>	<b>Agricultura familiar .....</b>	<b>29</b>
<b>2.4.2</b>	<b>Resistência camponesa .....</b>	<b>33</b>
<b>2.4.3</b>	<b>Agroecologia .....</b>	<b>35</b>
<b>3</b>	<b>DESAFIOS ECOLÓGICOS NO AGROHIDRONEGÓCIO .....</b>	<b>38</b>
3.1	ECOSSOCIALISMO.....	38
<b>3.1.1</b>	<b>Análise ecológica de Marx .....</b>	<b>43</b>
<b>3.1.2</b>	<b>Origem do Ecosocialismo.....</b>	<b>47</b>
3.2	A QUESTÃO DA ÁGUA E O PRODUTIVISMO .....	49
<b>3.2.1</b>	<b>Mercado da água.....</b>	<b>49</b>
<b>3.2.2</b>	<b>Água virtual .....</b>	<b>52</b>
<b>3.2.3</b>	<b>Agricultura irrigada .....</b>	<b>54</b>
<b>3.2.4</b>	<b>Biodemocracia e água para todos.....</b>	<b>55</b>
3.3	ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	57
<b>3.3.1</b>	<b>Antecedentes .....</b>	<b>60</b>
<b>3.3.2</b>	<b>Cooperativismo e economia solidária: diferenças e similaridades.....</b>	<b>64</b>
<b>4</b>	<b>COOPERDÁGUA.....</b>	<b>69</b>
4.1	ASPECTOS HISTÓRICOS DA REGIÃO .....	69
4.2	COOPERAÇÃO, ECOLOGIA E REINVENÇÃO SOCIOCULTURAL.....	73
4.3	ETNOGRAFIA DO CUIDADO DA ÁGUA: ÁGUA UM BEM COMUM .....	79
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>83</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>86</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O surgimento de Palmitos SC está relacionado ao processo histórico pelo qual a região do Oeste de Santa Catarina foi se constituindo enquanto ocupação territorial. Para evitar a perda desse território que por muito tempo foi disputado por diferentes nações, inicialmente entre as cortes de Espanha e Portugal e por último pelo embate diplomático com a Argentina no final do século XIX, conhecido como a Questão de Palmas, a região foi introduzida no processo de integração nacional absorvendo a apropriação das ocupações dos povos indígenas e caboclos, submetendo-os às medidas desenvolvimentistas. O desdobramento da inserção dessa área à nação brasileira e a consolidação do vínculo da região Oeste ao Estado Catarinense, ocasionou a expropriação e o esbulho dos nativos por não incorporarem em suas culturas os princípios capitalistas da propriedade privada e da produção de excedentes.

Estruturada na agricultura familiar o Oeste de Santa Catarina teve sua colonização tardia e entrelaçada em um aspecto importante que foi a migração fomentada pelo Estado em meados de 1917. Arlene Renk (2000) mostra que a importância dos fluxos migratórios para o Oeste Catarinense também se encontrava delineado no surgimento de Palmitos. Sobre esse entrelace a antropóloga resume a uma Sagarana<sup>1</sup> em busca do “ouro marrom” fazendo referência a migração dos colonos provenientes das colônias velhas do Rio Grande do Sul à região. Segundo Renk (2000, p. 15; 413), “de modo geral, os colonos [...] passaram a advogar-se construtores do progresso, narrando e registrando as sagaranas de seus feitos e erguendo monumentos de auto-homenagem. [...], construindo uma distintividade em oposição aos brasileiros”. Essa marca de oposição étnica entre os colonos proprietários de origem e os caboclos e indígenas, invisibilizou esses últimos, constituindo um campesinato diferenciado (RENK, 2000).

Para ajustar o ethos de trabalho familiar atribuído aos colonos imigrantes, a colonização do Oeste de Santa Catarina foi adaptada pela distribuição em pequenas propriedades, em torno de 24 a 25 hectares devido ao relevo acidentado da região, não apropriado para latifúndio.

A essa condição exaltada do passado, Renk (2000) aproxima a uma sociodicéia às avessas<sup>2</sup>, ao tratar da reprodução social camponesa local em um contexto de mudanças

---

<sup>1</sup> Sagarana é um neologismo criado por Guimaraes Rosa. O escritor mesclou a palavra saga de origem europeia que significa canto heroico com rana, palavra indígena que significa a maneira de, em forma de.

<sup>2</sup> Segundo Renk (2000, p. 14), Bourdieu inspirado em Weber aplicou o termo sociodicéia para categorizar a justificativa dos que possuem posições vantajosas nas relações sociais de dominação. “A condição de colono proprietário - de origem - esteve próxima a uma sociodicéia, ou seja, na justificativa de sua situação, avaliada positivamente”. No entanto, “[...], há uma série de modificações ocorridas na sociedade e que rebatem no interior do campesinato, alterando o seu substrato morfológico. Da anterior sociodicéia expressam o seu avesso, ocorrendo

ocorridas após os anos 80. Segundo Renk (2000, p. 416), com a modernização da agricultura o espaço físico da colônia passou por ruptura e crises do modo de vida tradicional. Neste cenário de mudanças verificou-se que a dimensão subjetiva desses camponeses se tornava aguda à medida em que percebiam um “encolhimento do mundo”. “[...]. Um balanço apontando a negatividade, [...], torna-se mais evidente as comparabilidades da condição camponesa com as de outros ofícios, [...] o que leva a ver e a viver como miséria a sua condição”. Por conta disso, segundo Renk (2000, p. 23), ocorreu situações ambíguas perpassadas pela indisponibilidade de terras para os filhos desses camponeses e pela crença de uma situação de não validade da condição camponesa desencadeada principalmente pela crise de sentimento de ordem rompida, sentida coletivamente. Tal situação desencadeou o aparecimento da distinção negativa auto atribuída pelo colono, na qual, não mais produziria a manutenção ou o reconhecimento social ocupado pelos primeiros migrantes europeus. Para a antropóloga, a construção social do colono de origem<sup>3</sup> ignorava as condições de ocupação dos minifúndios, a exclusão social política e territorial resultante da expropriação camponesa e a ausência de uma Reforma Agrária no Brasil.

### 1.1 SOCIOLOGIA DA ÁGUA: ÁGUA EM MOVIMENTO NA VIDA E NA HISTÓRIA

A água é a base de estruturação de qualquer sociedade. Agrega em si a dimensão simbólica do sagrado e do espiritual de comunidades tradicionais e, na história esteve presente nas duas grandes revoluções, a agrícola e a industrial, impulsionando o progresso. A posse e o controle da água desde a antiguidade, sempre representaram instrumento de poder político e domínio sobre os recursos.

Sobre a importância para a saúde e a vitalidade dos seres, todos sabemos. Que é um solvente universal e imprescindível para o ecossistema, também não há dúvidas. Sem deixar de ser tudo isso, nas últimas décadas a água potável passou a ser um eixo motriz da atividade econômica brasileira.

---

uma transubstanciação negativa, em que a condição de colono, anteriormente ancorada na positividade do ofício, é ressemantizada com equivalência a uma condição escrava” (RENK, 2000, p. 422).

<sup>3</sup> “**Colonos de origem** é uma categoria encompassadora construída construtivamente em relação aos **brasileiros**. É a forma pela qual os camponeses descendentes dos imigrantes europeus, principalmente italianos, alemães e poloneses, se nominam. A condição de **colono** é entendida como prerrogativa dos de **origem**. Estes se opõem aos **sem origem**, ou seja, os nativos desclassificados como **caboclos [brasileiros]**” (RENK, 1999, p. 1, *grifos da autora*).

O Brasil possui um dos maiores reservatórios de água doce do mundo. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o país retém na superfície 12% da água do planeta. Sendo utilizada de diversos modos, como abastecimento doméstico, agrícola, pecuário, industrial, para geração de energia e muito mais. No entanto, a distribuição é desigual e a água de qualidade não é acessada por todos os brasileiros. Fora a experiência histórica de secas no Nordeste, vivenciamos situações de escassez hídrica e a degradação da qualidade da água, apesar da “abundância”, como é o caso de algumas localidades do Oeste de Santa Catarina.

Para o neoliberalismo, os recursos ambientais, dentre eles, a água sob a ótica econômica, são vistos como mercadorias e fonte de lucro, tornando-se recursos estratégicos de disputas internacionais. Os países desenvolvidos, consumidores de grandes volumes de água muito acima da média de países pobres, enfrentam o risco de esgotamento de seus mananciais, demandando a esses países, a busca de novas áreas de exploração econômica. Uma das estratégias é a importação da água por meio de commodities<sup>4</sup> para garantir que seus reservatórios se recompõem. Está em curso no Brasil a exportação de “água virtual”<sup>5</sup>, sendo o agronegócio um meio de alocação mais procurado e que passa a ser exigido em uma velocidade superior à de sua reposição.

Neste estudo, compreendemos que o controle da água pela comunidade na perspectiva ecológica revela condições favoráveis para uma outra economia baseada no valor de uso dos recursos naturais e na contramão do imperialismo produtivista, predatório e excludente.

Conforme Shiva (2007), o reconhecimento da água como um recurso comum é a chave para o paradigma sócio ecológico. O controle democrático pela comunidade evita a falência ecológica e previne conflitos sociais. O uso da água no agronegócio de aves e suínos vem sendo praticado na região Oeste de Santa Catarina para o abastecimento das agroindústrias, cuja produção é destinada tanto para o consumo interno quanto para a exportação de alimentos.

---

<sup>4</sup> Palavra originária da língua inglesa commodities, plural de commodity, significa mercadorias e possui enorme importância na economia mundial. Pode significar um termo genérico para definir produtos de base. É usado também como sinônimo de matéria-prima, porque são produtos com pouco valor agregado, usados na criação de outros bens. São divididas em quatro categorias: Agrícolas: soja, milho, trigo, café, algodão, borracha, etc.; Ambientais: água, madeira, energia, carbono; Minerais: ouro, petróleo, gás; Financeiras: ouro, carbono, dólar, etc.

<sup>5</sup> O conceito de Água Virtual foi criado pelo prof. Anthony Allan da King's College de Londres, para a quantidade de água utilizada durante o processo produtivo agrícola. Também, como sendo o deslocamento do seu local de produção para outro lugar. Allan mostrou como milhões de litros do “ouro azul” são utilizados na produção de alimentos e depois comercializados sem ser percebidos. De acordo com Barlow (2009, p. 29), "Se um país exporta um produto que consome muita água para outro país, ele exportará água na forma virtual, embora não esteja tecnicamente negociando ou vendendo água. Isso diminui a quantidade de água consumida no país importador. Países ricos com baixos suprimentos de água, como a Arábia Saudita e a Holanda, importam grande parte de sua água através da compra de alimentos de países que têm muita água ou são pobres demais para ter uma escolha diferente de explorar o que resta de sua água”.

Entretanto, uma nova perspectiva em relação ao agronegócio está sendo vivenciada. A economia solidária, já consolidada no Brasil, expressa-se por meio de iniciativas econômicas dos mais diversos tipos e setores de atividades caracterizadas pela autogestão, pelo comércio justo, por redes solidárias de troca, por bancos comunitários, dentre outros. Sem desconsiderar a totalidade, mas ao contrário, relacionando-a em seu respectivo contexto, neste trabalho particularizamos a economia solidária no contexto da agricultura familiar/camponesa, em contraste com o cooperativismo convencional e o agronegócio.

Na região do presente estudo, o cooperativismo é uma característica que representa o potencial associativo dos agricultores desde o início da fundação do Município de Palmitos.

Quanto ao cooperativismo, este possui suas variações e se classificam em diversos ramos como agropecuário, consumo, serviços, crédito, educação, saúde, habitação, trabalho, transporte, turismo e lazer.

Para fins deste trabalho, diferenciamos o cooperativismo de economia solidária que busca construir a soberania alimentar a partir da gestão dos recursos naturais envolvendo a comunidade camponesa na produção de alimentos agroecológicos, diferente do cooperativismo convencional que tem no agronegócio a base do Ato Cooperativo<sup>6</sup>. Ambos são fortemente consolidados na região do estudo.

As políticas de modernização do campo adotadas a partir dos anos 70, conhecidas como Revolução Verde, foram intensificadas nas décadas de 90 com o agronegócio. Atualmente, o agronegócio tem conquistado hegemonia na produção de alimentos e o acesso à água potável é uma das dinâmicas fundamentais para o seu desenvolvimento.

O novo cenário trazido pela Cooperdágua justifica a importância da pesquisa nesta instituição. A proposta deste trabalho é apresentar algumas de suas ações como movimento camponês de produção agroecológica com a perspectiva da economia solidária, movimento que se opõe à produção de alimentos com o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, responsáveis pela contaminação, impactando na escassez da água e na saúde da população. Ressaltamos, de antemão, que a Cooperdágua não se vincula ao agronegócio, pois, por exemplo, a cooperativa busca a reintrodução de sementes crioulas, uma prática diretamente contrária ao uso de agroquímicos. Também, não queremos dizer que não se faz uso de defensivos agrícolas,

---

<sup>6</sup> Nos termos do art. 79 da Lei n.º 5.764, de 1971: “Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais”. É importante ressaltar que o Estado brasileiro reconhece a importância desse ato, e por isso possui um tratamento diferenciado para cooperativas em relação a alguns tributos referentes às transações operacionais realizadas com os seus associados. Portanto, as vantagens em ser associado de uma cooperativa reside na relação que se estabelece pelo ato cooperativo celebrado entre o associado e a cooperativa.

contudo, os insumos utilizados são produzidos com as tecnologias agroecológicas que, no entanto, não trataremos neste estudo.

Por muito tempo a agricultura e a agropecuária consolidaram-se como principais atividades econômicas desenvolvidas em Palmitos por meio da integração às agroindústrias. Palmitos foi sede da primeira cooperativa agropecuária oficialmente criada no Estado de Santa Catarina, a Sociedade Cooperativa Mista de Palmitos antecessora da Cooperativa A1, impulsionando o desenvolvimento e a consolidação das agroindústrias alimentícias do Oeste. Com a modernização do campo, a antiga cooperativa foi incorporada à outras cooperativas da região, alterando o modo e o volume da produção que passou a exigir o modelo de integração verticalizada pautada na tecnificação da pequena produção resultando na perda da autonomia da agricultura camponesa e a expropriação de muitos agricultores que não conseguiam acompanhar as transformações que a modernização e a Revolução Verde impuseram, marca visível ainda hoje, na Linha São Miguel, onde está localizada a estação de tratamento da Cooperdágua, em que o êxodo rural deixou apenas duas famílias residindo no local. As terras dos agricultores foram adquiridas por pessoas da cidade.

A Cooperdágua é uma iniciativa pioneira de pequenos agricultores que de diferentes formas de engajamento associativo buscam a prática do comércio justo e solidário visando às necessidades da comunidade e a conservação dos recursos naturais, principalmente a água.

A pesquisa tem como centralidade a problemática da escassez da água potável e o anseio neoliberal de privatizar esse recurso para a solução do problema. Na verdade, a solução deste ponto de vista, seria uma maneira de obter a água como um valor econômico e transformá-la em mercadoria com o principal objetivo o lucro privado. Um bem que antes era abundante e gratuito, passa a fazer parte das forças produtivas capitalistas.

Destacamos as experiências de (Re)existência construída pelos sujeitos camponeses após o agravamento provocado pela Revolução Verde. O que era apenas uma solução imediata para a falta de água em tempos de estiagens, resultou em um compartilhamento da ética universal de que a água é uma necessidade ecológica, um bem comum histórico e que precisa ser controlado pela comunidade para garantir o acesso futuro.

Desse modo, enfatizamos que o conceito de (Re)existência aplicado a este trabalho não se refere à volta a positividade da condição camponesa do colono proprietário de origem (RENK, 2000), mas em termos de reinvenção camponesa via agroecologia e economia solidária para permanência na agricultura. Conforme Mendonça; Pelá (2012, p. 34), (Re)existir é criar “[...] novas raízes e mesclá-las com as já existentes, formando espacialidades como condição

para continuar (Re)Existindo”. E, no caso dos agricultores camponeses a liberdade de coexistir harmoniosamente com os recursos naturais.

O estudo estabelece como problema de pesquisa: A Cooperativa da Agricultura Familiar de Captação, Tratamento e Distribuição de Água Potável de Palmitos inserida em um contexto historicamente marcado pelo cooperativismo convencional, possui autonomia para efetivar-se no controle ecológico dos recursos naturais e na preservação da água como bem comum gratuito e universal.

Propusemos como objetivo geral investigar se a proposta da Cooperdágua, no conjunto de suas relações coletivas e individuais, interconectadas à agricultura familiar/campesina, reúne características que apontam para a possibilidade de reversão da política neoliberal privatista, por meio da gestão coletiva dos bens comuns (água, solo, energia) com a prática da agricultura de base ecológica na produção de alimentos. Para tanto, será preciso conhecer alguns aspectos históricos, políticos e econômicos que antecederam a agricultura familiar, no Brasil e no Oeste de Santa Catarina. E, também expor a condição da água (escassez) e sua distribuição no contexto de inserção da cooperativa. Identificar as especificidades da Cooperdágua a fim de pontuar as relações que se estabelecem entre a cooperativa, cooperados e comunidade e assim, visualizar nas ações da cooperativa, a configuração ou não, de um movimento ligado ao problema social da água, seu uso e distribuição. A fim de alcançarmos nossos objetivos adotamos como processo metodológico a etnografia e o estudo de caso aplicados à pesquisa de campo por meio de entrevistas semiestruturadas de abordagem qualitativa e com o levantamento bibliográfico, estatístico e documental. Em relação ao método trataremos o tema na perspectiva da práxis aplicada à ecologia. Adotamos como metodologia científica o materialismo histórico dialético. Tomaremos algumas teorias sociológicas que envolvem as categorias analíticas da nossa problemática de pesquisa com base nos aportes teóricos de Caio Prado Jr.<sup>7</sup> e Michael Lowy<sup>8</sup>. Tais teorias são esclarecedoras para a compreensão da base em que se assenta nosso tema.

---

<sup>7</sup> Caio da Silva Prado Júnior (1907-1990). Suas obras inauguraram uma tradição identificada com o marxismo, buscando uma explicação diferenciada da sociedade colonial brasileira. “Caio Prado Jr., apesar de ter sido defensor apaixonado do “socialismo real”, nos indica o caminho para que, não em realidade qualquer, mas no Brasil, nos sirvamos do materialismo-histórico com propósitos emancipatórios. Seu valor permanece justamente por ter entendido o marxismo como abordagem e não um conjunto de dogmas com validade universal (RICÚPERO, 2000, p.232).

<sup>8</sup> Michael Lowy é sociólogo e filósofo franco-brasileiro marxista, nasceu em São Paulo em 1938, licenciou-se em Ciências Sociais pela USP. É autor de obras como Walter Benjamin: aviso de incêndio (2005), Centelhas: marxismo e revolução no século XXI, coautoria de Daniel Bensaid (2017). É um dos principais teóricos do Ecosocialismo e autor de livros e artigos sobre o tema, como Ecologia e socialismo (2005), O que é o Ecosocialismo (2014). Crise ecológica, capitalismo, altermundialismo: um ponto de vista ecosocialista (2010).

Não obstante à crítica dos ecologistas a Marx por considerá-lo produtivista tanto quanto os capitalistas, o sociólogo ecossocialista Michael Lowy propõe repensar o marxismo não ecológico, sem o abandono do movimento operário. Segundo Lowy (1985), os escritos de Teodor Shanin<sup>9</sup> e Rosa Luxemburgo<sup>10</sup> sobre Marx e as comunas agrárias russas abriram novas perspectivas para os desafios do século XXI. Sob nova ótica estudos recentes de John Bellamy Foster revelaram uma dimensão ecológica da obra de Marx e Engels que por muito tempo foi ignorada pela leitura ortodoxa da esquerda tradicional.

Diante da insustentabilidade político-ambiental que caracteriza o neoliberalismo, no momento da história em que os crimes ambientais chegam a níveis inenarráveis, muitos ativistas ambientais empreendem uma luta contra a poluição do meio ambiente e às mudanças climáticas.

Segundo Lowy (2014), o movimento ambiental não marxista endossa o capitalismo verde que se reconfigura por meio da publicidade e do fetichismo.

Mais diretamente sobre a problemática da água utilizaremos o pensamento de Vandana Shiva e de Maude Barlow e Tony Clarke com relação a questão da água potável e o debate acerca da privatização. Os autores denunciam as corporações da água que agem mundialmente. Vandana Shiva classifica a escassez hídrica como terrorismo ecológico. Porque segundo Shiva, contaminar mananciais e rios, negar aos pobres o acesso à água e privatizar a distribuição também é terrorismo. No livro *Guerras por Água: Privatização, Poluição e Lucro*, analisa a crise da água doce e os conflitos gerados a partir do momento em que o seu controle foi tirado dos camponeses ribeirinhos e entregue as corporações. Defende a água como um bem comum e que pertence a comunidade.

Maude Barlow acompanhou a mobilização popular conhecida como a “guerra da água” de Cochabamba Bolívia em 2000 contra a privatização do sistema municipal de gestão da água. Para as autoras estamos na iminência de guerras internacionais pelo “ouro azul”<sup>11</sup>. Não mais o petróleo, mas os conflitos ligados a água marcarão esse século. As corporações agem via Estado para capturar e gerir esse recurso natural que foi transformado em commodity.

---

<sup>9</sup> Teodor Shanin, sociólogo britânico é um dos expoentes dos estudos sobre o campesinato contemporâneo, isso porque iniciou os estudos do campesinato russo no ocidente, relacionado ao último período da produção teórica de Marx. Refundou na academia o debate conceitual das teorias agrárias contrapondo-se ao legado marxista clássico, herdado basicamente dos apontamentos de Kautsky e Lênin, que viram no desenvolvimento do capitalismo no campo a eliminação do campesinato.

<sup>10</sup> Rosa Luxemburgo (1870-1919) marxista e revolucionária polonesa ajudou na criação da tendência marxista que viria a tornar-se o Partido Comunista Alemão. Confrontou parte significativa do marxismo ortodoxo do século XX, ao expor as estratégias de resistência e formas de recriação de relações sociais não capitalistas. Segundo Lowy (2014a, p. 37), “seu pensamento é uma caixa de ferramentas preciosa para tentar desmontar a máquina capitalista que nos tritura. Não é por acaso que ela se tornou, nos últimos anos, uma das referências mais importantes do debate, na América Latina em particular, acerca de um socialismo do século XXI, [...]”.

<sup>11</sup> Em analogia ao petróleo, que, no século XX, era considerado o “ouro negro” (BARLOW, 2009, p. 96).

Em relação à pesquisa o objetivo das entrevistas foi esclarecido para os entrevistados que com o consentimento dos mesmos foram gravadas preservando a identidade. Um termo de consentimento livre e esclarecido foi assinado pelo presidente da cooperativa autorizando as entrevistas com seus associados.

A fim de facilitar a apresentação dos dados, os entrevistados estão identificados com a letra A para Associado da Cooperdágua, letra E para entrevistados das comunidades de inserção da cooperativa seguido de numeração por ordem de entrevistas, exceto para o presidente da cooperativa e para o técnico de tratamento da água que concedeu entrevista coletiva.

Ao todo foram 11 entrevistas, sendo 8 entrevistados entre dirigentes, colaboradores e cooperados e 3 entrevistados das comunidades. O processo de coleta e análise dos dados foram realizadas concomitante.

O trabalho de campo e observações etnográficas se deram na sede da cooperativa, na estação de tratamento da água e em eventos promovidos pela Cooperdágua onde aconteceram as entrevistas com associados, colaboradores e membros das comunidades de atuação da cooperativa estudada. Os entrevistados que representam a amostra foram escolhidos aleatoriamente por estarem nos eventos (cursos, palestras e almoço). A escolha da amostra foi pautada em duas dimensões específicas: 1) nas especificidades da cooperativa; 2) na identidade sociocultural dos membros e estratégias de reconstrução da vivência no campo, espelhado no objetivo geral deste trabalho.

No intuito do objetivo geral, este trabalho encontra-se organizado em cinco capítulos, sendo esta introdução o primeiro deles. No segundo capítulo, são apresentados os antecedentes econômicos, políticos e sociais que desencadearam as características atuais do modelo de produção agrícola hegemônico, o agronegócio. As contribuições teóricas de Caio Prado Junior sobre a gênese e as particularidades da formação social brasileira, apontam para as contradições das forças produtivas de um país colonizado, cujo interesse colonial era a exploração material e humana. O autor nos leva a compreender que a produção de commodities agrícolas pela agricultura moderna brasileira ratifica a colonialidade.

Em seguida, retrataremos o processo de transformação conservadora e como ocorre no Brasil, a consolidação do capitalismo competitivo e dependente representado pelo agronegócio específico brasileiro que estabelece uma relação de continuidade com o modelo agroexportador colonial. Ainda, será abordado que a negação da Reforma Agrária é a principal causa do intenso capitalismo agrário, o qual piora o antagonismo de classe e a expropriação camponesa. A agricultura moderna se articula como fornecedora de produtos primários para a produção de commodities em benefício do capital internacional. No terceiro capítulo, abordaremos as teorias

que analisam os conceitos envolvendo o tema deste trabalho em destaque para o Ecossocialismo e a Economia Solidária. Ainda neste capítulo, aprofundaremos a análise da questão da água relacionado com a privatização, escassez e a sua utilização na produção de commodities agrícola pautada na biotecnologia erosiva da biodiversidade. O objeto de estudo deste trabalho será abordado no quarto capítulo. O conteúdo desse capítulo apresenta as percepções dos entrevistados e o resultado do trabalho de campo, da etnografia e do estudo de caso em que evidenciamos as características do objeto de estudo, alternativa possível ao modelo neoliberal mercantilista dos recursos naturais, da privatização da água e do agronegócio. E, por fim, no capítulo cinco, são apresentadas as considerações finais.

## 2 CICLOS ECONÔMICOS E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO

Neste capítulo apresentaremos alguns aspectos-chave do Brasil moderno que vem nos acompanhando desde o início do processo de colonização e que estende suas contradições na atualidade.

Buscamos desvendar o papel designado à agricultura nos últimos anos, alicerçada na produção de commodities em benefício do capital financeiro internacional, constituindo o que denominamos de agronegócio. Faremos nossa reflexão na fundamentação teórica de Caio Prado Jr. (2017), onde analisa a articulação entre os elementos do escravismo colonial brasileiro com o capitalismo, recaindo na predominância decisiva desse último. Uma vez que, o autor refuta a ideia de um período feudal ou semifeudal no passado brasileiro.

Para o autor, o capitalismo no campo, específico brasileiro, historicamente estabelece uma relação de continuidade com o modelo agromercantil colonial. Além disso, enfatizamos o caráter colonial que segundo Caio Prado Jr. é a origem histórica e a natureza do problema agrário brasileiro, cuja essência é a superexploração do trabalhador e a depredação do meio ambiente. O sistema econômico rural brasileiro desde o período colonial converge para um único fim, o máximo e momentâneo proveito dos recursos naturais do solo pela “agricultura extrativa”.

Para melhor compreendermos a atualidade destacaremos algumas das reflexões sobre o processo de transformação capitalista conservadora e como se dá, no Brasil, em meados do século XX, a consolidação do capitalismo competitivo e dependente sob a forma neoliberal<sup>12</sup>. Referenciados no pensamento de Leon Trotsky, assim como Caio Prado Jr., Florestan Fernandes (2006) e Francisco de Oliveira (2003) fundamentam suas percepções no processo de transformação capitalista, na dupla articulação que conjuga o desenvolvimento desigual interno com a dominação imperialista externa. Florestan Fernandes conceitua “revoluções antagônicas”

---

<sup>12</sup> Capitalismo neoliberal, “é a expressão utilizada para descrever a fase do capitalismo em que as restrições aos fluxos globais de *commodities* e capitais, incluindo capitais na forma financeira, foram consideravelmente removidas. Uma vez que tal remoção se verifica sob a pressão do capital financeiro globalmente móvel (ou internacional), o capitalismo neoliberal é caracterizado pela hegemonia do capital financeiro internacional, com o qual os grandes capitais em particular obtêm a integração de países, e os quais asseguram que um conjunto comum de políticas “neoliberais” são prosseguidas por todos os países do globo” (PATNAIK, 2017). Ainda, sobre o termo neoliberal: “designa o conteúdo da política de Estado e a ideologia particular predominantes em determinada fase do processo de reprodução ampliada do capital. Alude, pois, a uma dimensão de ordem conjuntural e duradoura, na qual as medidas de redução dos custos da produção da força de trabalho e dos direitos sociais, de privatização de empresas e serviços estatais e de abertura econômica (comercial e financeira) tornam-se hegemônicas no processo de implementação da política estatal” (Martuscelli, 2015, p. 30).

relacionadas às alterações entre o atraso e o moderno que vão dar origem à contrarrevolução. Na relação entre o arcaico e o moderno, Francisco de Oliveira nos ajuda a identificar as composições de um capitalismo malformado, de um desenvolvimento social e econômico desigual e combinado<sup>13</sup>.

Veremos que, na designação da agricultura moderna, sob o domínio da Revolução Verde, utiliza-se da tecnologia, agrotóxicos e fertilizantes químicos para o aumento da produtividade e assim, a saída para o atraso econômico atribuído à agricultura tradicional. Ainda neste capítulo destacaremos a possibilidade de um “outro caminho” para a agricultura que não o da evasão de commodities agroindustriais para o mercado internacional, corresponsável por aproximadamente 73% do consumo de água no país. Abordaremos a crescente demanda dessa produção devido a estratégia da água virtual para driblar a escassez hídrica nos países centrais e assim manter o padrão capitalista, às custas dos países periféricos.

## 2.1 RETROVISOR

Uma das questões da formação social do Brasil são os aspectos cíclicos que fazem parte da história econômica brasileira. Uma parte de nossa história é formada por ciclos econômicos, vaivéns, saltos e quedas na produção de insumos ou de matérias-primas de caráter agroexportador, fortemente associado ao que hoje denominamos commodities.

Conforme Caio Prado Jr. (2017, p. 73), historicamente o Brasil foi passando por uma espécie de ciclagem econômica na qual um ou mais produtos se tornaram importantes em determinados períodos. “Cultiva-se a cana como se extrai o ouro, como mais tarde se plantará algodão ou café: simples oportunidade do momento, com vistas para um mercado exterior e longínquo, um comércio instável e precário sempre”. A análise do referido historiador é do período colonial que tem a ver com a divisão internacional do Brasil no contexto e no papel de fornecedor de produtos primários e exportador para a metrópole, Portugal. Segundo o autor, são características que pouco, ou quase nada se modificaram na estrutura do Brasil contemporâneo.

---

<sup>13</sup> O termo Lei do desenvolvimento desigual e combinado foi elaborado por Leon Trotsky em 1930 na obra “A História da Revolução Russa”, com base nas primeiras análises de Marx e Lenin sobre o processo revolucionário internacional. Embora segundo Michael Lowy o termo não se refere à textos de Marx “é uma tentativa de explicar [...], de dar conta da lógica das contradições econômicas e sociais dos países do capitalismo periférico ou dominados pelo imperialismo (LOWY, 1995, p. 73-74).

De acordo com Vandana Shiva (2003), a riqueza da Europa no período colonial das américas baseou-se na transferência biológica em massa de especiarias e alimentos para as metrópoles e a substituição da biodiversidade por monoculturas de produção de matérias primas para as indústrias dos centros de poder imperialistas.

Conforme constata Santos (2015, p. 47) na atualidade podemos encontrar características semelhantes. “Existe uma relação de continuidade no bojo do desenvolvimento do agronegócio que remonta às características da economia colonial dada a produção de commodities e seu papel fundante no envio de matérias-primas para o mercado externo, [...]”. Nisso, a agricultura estaria cumprindo seu papel no desenvolvimento econômico, segundo à importância que a ela sempre foi dada.

Segundo Caio Prado Jr. (2017, p. 143), a grande lavoura era o nervo econômico e conduzia o sentido colonial. “A grande lavoura representa o nervo da agricultura colonial; a produção dos gêneros de consumo interno - a mandioca, o milho, o feijão, que são os principais foi um apêndice dela, de expressão puramente subsidiária”. Além disso, teve maior importância que o ciclo do pau-brasil, pois o cultivo de cana de açúcar e posteriormente do café, cacau, tabaco, borracha, mineração, dentre outros, foram determinantes para a ocupação do território brasileiro.

Conforme o autor, na grande lavoura a produção era destinada à exportação. A agricultura de subsistência destinava-se aos “subprodutos” como o milho que era plantado no entremeio dos algodoeiros ou como a mandioca entre os canaviais, considerados de consumo interno. Entretanto, a grande lavoura era provida suficientemente da agricultura de subsistência.

Mesmo com o fim do pacto colonial, com a abertura dos portos por D. João VI, em 1808 o Brasil seguiu com suas estruturas econômicas em função do mercado mundial e continuou tendo sua produção periodizada por ciclos controlados pelos países colonizadores. Para Florestan Fernandes (2006), não houve mudanças, apenas qualificação do que já se havia. Enquanto Portugal promovia a industrialização ou a venda direta dos produtos para outras nações, o Brasil na situação de fornecedor, serviu para o enriquecimento das metrópoles.

Denota-se o sentido da colonização em que a sua consolidação não era de povoamento e sim de exploração dos recursos naturais.

Enquanto os demais países de colonização espanhola da América Latina, no século XIX, ao expulsar seus invasores, libertaram seus escravos e estabeleceram, mesmo que forjado, um Estado Nacional Republicano, no Brasil isso não aconteceu. O que ocorreu em 1822 foi a transição do Brasil colônia para um Estado imperial e não republicano. “O Brasil não sairia tão cedo, embora nação soberana, de seu estatuto colonial a outros respeitos, e em que o "sete-de-

setembro" não tocou" (PRADO JÚNIOR, 2017, p. 127). A escravidão foi mantida, fazendo com que o Brasil fosse o último país da América Latina a abolir a escravatura. Ou seja, a questão colonial deu lugar às elites agrárias que se consolidaram como donas das terras, mantendo o trabalho escravo.

A Lei de Terras de 1850 (Lei 601) sancionada por Dom Pedro II, transformou a terra em propriedade privada. “Ou seja, a lei proporciona o fundamento jurídico à transformação da terra - que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política - em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a partir de então a ter preço” (STÉDILE, 2005, p. 23).

Dessa forma, com a Lei de Terras prevaleceu os interesses dos latifundiários, perenizando a estrutura agromercantil dependente que conservava a característica da concentração da propriedade de terras por uma pequena minoria de brancos, onde o escravo passou a ser equiparado ao trabalhador assalariado em situação não melhor que a anterior. Ao que nos esclarece Caio Prado Jr. mesmo com o que se poderia dar fim ao sistema colonial, esse continuou com as mesmas condições da organização fundante do país, mantendo o trabalhador e a massa da população no mesmo nível ínfimo de existência.

[...] chegamos ao cabo de nossa história colonial constituindo ainda, como desde o princípio, aquele agregado heterogêneo de uma pequena minoria de colonos brancos ou quase brancos, verdadeiros empresários, de parceria com a metrópole, da colonização do país; senhores da terra e de toda sua riqueza; e doutro lado, a grande massa da população, a sua substância, escrava ou pouco mais que isto: máquina de trabalho apenas, e sem outro papel no sistema (CAIO PRADO JR, 2017, p. 127).

Conforme Caio Prado Jr. (2017, p. 120), boa parte dos colonos brancos eram de origem nobre não cogitavam levar aqui vida de pequeno camponês. Se dispuseram vir para o Brasil para estabelecer as empresas ultramarinas. Desse modo, “[...], tal política se orienta desde o começo, nítida e deliberadamente, no sentido de constituir na colônia um regime agrário de grandes propriedades”. Embora a Lei de Terras previa que a posse das terras devolutas do Império pelos camponeses caboclos era legítima e juridicamente reconhecida, no Art. 5º encontramos algumas exigências que a impediam:

Serão legitimadas as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas, ou com princípio de cultura, e morada, habitual do respectivo posseiro, ou de quem o represente (BRASIL, Lei 601, de 18 de setembro de 1850).

Percebemos que a Lei bloqueava o seu próprio cumprimento ao impor o reconhecimento pacífico e a exigência de moradia do camponês para legalizar a posse, uma vez que o conflito agrário e o interesse da grande lavoura era manter a mão de obra barata.

Desse modo, as terras que já pertenciam aos caboclos e camponeses que deveriam passar pela legitimação de posse, terminou por ocasionar expropriação, pelo fato de que muitos dos camponeses eram analfabetos, sem instrução, ou sem recursos financeiros para se deslocarem às freguesias ou comarcas. Desse modo, foram excluídos já no processo inicial.

Os problemas fundiários no Brasil são originários da formação social pela qual a grande concentração de propriedade e de terra, mantém as relações de produção responsáveis pelo tipo de capitalismo desenvolvido no Brasil. Assim, antes de abordarmos a transformação burguesa capitalista no Brasil é preciso levar em consideração a questão agrária.

## 2.2 QUESTÃO AGRÁRIA

Nos anos 60 e subsequentes, a questão agrária foi um dos temas centrais em discussão. A reforma agrária se destacava entre as demais, pois exigia a extinção do latifúndio, o qual como já vimos, existe desde a época da colonização no Brasil e também exigia a melhoria das condições de vida no campo.

Para Caio Prado Jr. o acesso à terra pelo trabalhador é elemento necessário para mudar a precarização do trabalho rural assalariado. “Em suma, o que interessa, do ponto de vista dos trabalhadores rurais, é a perspectiva do possível e eventual acesso deles à propriedade da terra” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 84). Para o referido autor, a importância maior não estaria no âmbito da terra improdutiva.

Contrário às teses de que o “aproveitamento” das terras fosse solucionar o problema agrário, para o historiador, o elemento propulsor de mudança é o trabalhador rural assalariado da atividade produtiva. “O problema humano e social sobreleva o agrônomico e antes de indagar do nível e padrão tecnológico da produção, devemos saber que categoria de indivíduos e em que proporções, essa produção vai beneficiar” (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 79). Portanto, questões ligadas aos graves efeitos econômicos e sociais do latifúndio produtivo que concentra a propriedade de terras e deixa o pequeno produtor rural em condições semelhantes ao assalariado rural.

Para Caio Prado Jr. (1979, p. 89), o objetivo central da questão agrária é a modificação da estrutura da propriedade fundiária rural no sentido de corrigir a extrema concentração e

proporcionar aos trabalhadores rurais a oportunidade de acesso à posse e utilização da terra em benefício próprio. “[...] para sairmos dessa situação ao mesmo tempo dolorosa e humilhante para o nosso país, é sem dúvida alguma a modificação das condições reinantes no campo brasileiro e elevação dos padrões de vida humana que nele dominam”.

As mobilizações em torno da regulamentação das leis trabalhistas se tornaram um elemento propulsor das Ligas Camponesas<sup>14</sup>. Esse movimento agrário articulava forças em favor da Reforma Agrária nas décadas de 50 e 60. Dentre as ações das Ligas Camponesas estava a luta pelo direito à propriedade da terra e pela extinção do sistema de arrendamento e do cambão, dias de trabalho gratuitos para o proprietário em troca de poder morar e plantar na fazenda sem pagar aluguel ou foro do terreno ocupado no plantio.

A questão agrária, no Brasil e sob diversos aspectos, está relacionada com a Reforma Agrária. Mas sobremaneira, é preciso que se resolva a questão agrária relacionado aos aspectos sociais, trabalhistas e políticos.

O debate sobre Reforma Agrária se tornou mais intenso quando João Goulart a anunciava como uma das reformas de base propostas por seu governo. No entanto, foi impedida pelo Golpe Militar. No fervor do debate, alguns economistas conservadores sagraram-se vitoriosos em 1964 e defendiam que a modernização no campo seria suficiente para ativar o aumento da produtividade da terra, e assim alavancar o desenvolvimento econômico, sem a necessidade da Reforma Agrária.

Para Delfim Netto; Pastore e Carvalho (1966, p. 135), a agricultura principalmente do Sudeste e do Sul, “onde os agricultores produzem em reação às solicitações de mercado”, por suas próprias forças conseguiriam chegar ao crescimento econômico e assim à modernização. Para os referidos economistas, o “empresário rural” responderia positivamente aos incentivos propostos no Estatuto da Terra, se fosse criado algumas pequenas facilidades de crédito aos produtores rurais que, no entanto, nada tem a ver com Reforma Agrária. Sendo que em algumas regiões quase não existe mais terras disponíveis para que se pratique a agropecuária, e se existe, os valores dos imóveis estão superfaturados, obrigando os agricultores a deixarem seu Estado e partir em busca de onde tenha terra mais barata.

---

<sup>14</sup> Principal movimento camponês, ligado ao Partido Comunista Brasileiro tinha como proposta a redistribuição de terras de maneira socialista. Chegou ao declínio quando o PCB foi posto na ilegalidade durante o Governo Vargas. Ressurgiu em 1954 com a expressão “reforma agrária, na lei ou na marra”. (SCHILLING, 2011, p. 256). Fundado no engenho Galileia em Pernambuco, recebe inicialmente o nome de liga da galileia, mas quando o advogado Francisco Julião assume como principal liderança, ganha notoriedade e se espalha por todo país.

Por conseguinte, foi a mobilização camponesa em todo o País que obrigou o Regime Militar a criar o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 1964), o primeiro documento oficial sobre a Reforma Agrária no Brasil.

Porém, mais tarde, em 1970, o governo ditatorial criou o Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sem mudanças no que tange a estrutura fundiária e a concentração de renda.

A partir dos anos 80, com a abertura democrática, a questão agrária volta a aparecer no cenário nacional. Movimentos sociais ressurgem no campo, porém também surgem conflitos importantes no norte do País em torno de terras que foram ocupadas por posseiros. A partir desses conflitos são criados os Ministérios Extraordinários para Assuntos Fundiários e dos Grupos Executivos de Terras do Araguaia/Tocantins e do Baixo Amazonas.

Em 1985, José Sarney, Presidente da República, criou o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária, previsto no Estatuto da Terra. Porém, o mesmo acabou fracassando. No ano de 1987 foi extinto o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e dois anos depois a responsabilidade da Reforma Agrária foi passada para o Ministério da Agricultura.

Nessa época, aparecem lutas camponesas que se aglutinam nos vários seguimentos como o Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), atualmente esse movimento passou a ser reconhecido como Movimento das Mulheres Camponesas (MMC); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Movimento do Pequenos Agricultores (MPA) com a principal bandeira de luta a Reforma Agrária. Esses movimentos, dentre outros, compõem a Via Campesina<sup>15</sup> criada na década de 90.

A Reforma Agrária foi introduzida na Constituição de 1988 reservada à desapropriação do latifúndio improdutivo. A Carta de 88 foi a primeira a dedicar um capítulo especial para à Reforma Agrária, explicitando a sua função social. A Constituição trouxe a determinação da desapropriação sumária. Contudo, está muito aquém da efetivação.

Dada a importância da Reforma Agrária para o Brasil, o que não ocorreu, procuraremos apresentar no próximo subitem, os esforços dos latifundiários e a burguesia nacional em manter

---

<sup>15</sup> (...) Via Campesina se revelou como um ator principal nas lutas populares internacionais contra o neoliberalismo que, entre outras coisas, exigem responsabilidades das agências inter-governamentais, enfrentam e se opõem ao controle corporativo sobre os recursos naturais e a tecnologia, e defendem a soberania alimentar. Além disso, desempenhou um papel destacado em campanhas de grande polêmica política como, por exemplo, as dirigidas contra a OMC, contra os gigantes corporativos mundiais como o McDonalds, e contra os organismos geneticamente modificados (OGM) e as multinacionais que os fomentam, como a Monsanto (BORRAS, 2004, p.3).

as estruturas de dominação por meio de acordos. Na prática, um casamento entre o capitalismo internacional e a elite agrária brasileira que originaram um desenvolvimento retardatário e dependente.

### 2.3 TRANSFORMAÇÃO CAPITALISTA E O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

Fernandes (2006) e Oliveira (2003), alinham suas percepções e revelam o antagonismo marcado por um projeto político em disputa entre burgueses e socialistas, o nacional desenvolvimentismo. Coexistindo a uma dupla articulação que conjuga o desenvolvimento desigual interno com a dominação imperialista externa. Florestan Fernandes conceitua esse processo como “revoluções antagônicas” relacionadas às alterações entre o atraso e o moderno que vão dar origem à contrarrevolução.

Octávio Ianni (1968) amparado na teoria de Caio Prado Jr, analisa o processo de transição do capital agrário exportador para o capital urbano industrial e assinala que em 1964, ocorre a transição efetiva para o modelo de desenvolvimento combinado entre as empresas nacionais e estrangeiras na América Latina e no Brasil com os Estados Unidos.

Segundo Ianni (1968, p. 177), após 1964 a lógica vencedora no Brasil foi a voltada para o desenvolvimento associado patrocinado pelo imperialismo norte americano, substituindo a “ideologia do desenvolvimento pela ideologia da modernização”.

Da mesma forma, porém desvinculado da teoria do subdesenvolvimento, Francisco de Oliveira no ensaio “A Crítica à Razão Dualista” de 1975, traduz o Brasil atual abordando os aspectos interligados entre a política, a economia e a sociedade brasileira formando um todo atrofiado, onde o arcaico e o moderno invertem posições funcionais.

Para Francisco de Oliveira (2003), o subdesenvolvimento, como teoria deixou de existir. Contudo, permanecem as calamidades de uma combinação esdrúxula de setores altamente desenvolvidos, como o financeiro e o agrobusiness ancorados na desigualdade social, na precarização do trabalho e na pobreza extrema.

Segundo Florestan Fernandes (2006), no desenvolvimento induzido, aguçado pela “burguesia nacional”<sup>16</sup> chegando atrasada ao mercado mundial competitivo, manteve-se na

---

<sup>16</sup> Segundo Caio Prado Jr (1977, p. 121) “A “burguesia nacional”, tal como é ordinariamente conceituada, isto é, como força essencialmente anti-imperialista e por isso progressista, não tem realidade no Brasil, e não passa de mais um desses mitos criados para justificar teorias preconcebidas; quando não pior, ou seja, para trazer, com fins políticos imediatistas, a um correlato e igualmente mítico “capitalismo progressista” o apoio das forças políticas populares e de esquerda. O anti-imperialismo tem no Brasil outro conteúdo e outras bases que interesses específicos da burguesia ou de qualquer de seus setores”.

prática de combinar formas de exploração do trabalho para garantir a produção de suas mercadorias e a acumulação de riquezas.

Dessa forma, o Brasil teve um desenvolvimento social e econômico desigual e combinado e a reboque dos países centrais. Conforme Florestan Fernandes (2006), é desigual porque a acumulação de riquezas cresceu por meio de cooptação, repressão e de forte exploração do trabalho. É combinado porque essas formas sociais desiguais dão origem a um desenvolvimento econômico incompleto e vinculado à países capitalistas centrais que mantém no Brasil, um sistema econômico e social predatório e excludente.

Segundo Florestan Fernandes (2006, p. 345), “[...] O “retardamento” da Revolução Burguesa, na parte dependente e subdesenvolvida da periferia, adquire assim uma conotação política especial”. A revolução brasileira segundo Florestan, é retardatária porque não acompanha o mesmo fluxo das revoluções burguesas dos países capitalistas centrais. Mas ao mesmo tempo, está inserida no processo. Desta maneira, a elite burguesa trouxe o capitalismo dependente e subdesenvolvido não só como uma possibilidade, mas como precedência desse desenvolvimento capitalista que passa a ser fruto de um eixo político. Florestan Fernandes (2006), expõe a problemática dessa dominação, sua forma, natureza e função:

Na verdade, um maior controle do “atraso econômico” não implica, por si mesmo, supressão da dependência e do subdesenvolvimento. Ele só modifica as condições em que ambos se manifestam, em termos estruturais relativos, o que faz com que a dominação burguesa tenha de ajustar-se, em sua forma, estruturas e dinamismos, a um tipo de transformação capitalista em que a dupla articulação constitui a regra (FERNANDES, 2006, p. 349).

O referido autor alerta que é vital para os países capitalistas centrais que haja não somente burguesias de base nacional bem articulada internamente, mas também sólidas e dependentes nas periferias subdesenvolvidas para preservar, ou consolidar o capitalismo monopolista. Ou seja, a burguesia não somente luta para consolidar as vantagens de uma classe relativa da revolução capitalista burguesa, mas ela luta também pela sua sobrevivência e pela sobrevivência desse capitalismo.

Conforme Fernandes (2006, p. 344), “É certo que as transformações ocorridas nas economias capitalistas centrais e hegemônicas esvaziaram historicamente, de modo direto ou indireto, os papéis econômicos, sociais e políticos das burguesias periféricas”. Sem base material para protagonizar, devido ao escoamento dos excedentes para as nações imperialistas, as burguesias periféricas perceberam-se patrocinando toda uma transformação da ordem que retira todo o seu significado revolucionário. Portanto, a ideologia do desenvolvimento

econômico dos países periféricos que realizaram sua revolução nacional e industrial depois dos países mais avançados e que os antecederam na industrialização, conjugam o desenvolvimento desigual interno com a dominação imperialista externa. Essa dupla articulação coexiste com o que Florestan (2006) conceitua de “revoluções antagônicas” relacionadas às alterações entre o atraso e o moderno que vão dar origem à contrarrevolução. Ou seja, é uma revolução específica, é retardatária do capitalismo, não acompanha o desenvolvimento das revoluções dos países capitalistas centrais, e ao mesmo tempo, está inserida nesse processo de revolução burguesa, e nessa dinâmica articula-se como uma “revolução capitalista” conectada com a estrutura capitalista dos países centrais. Isso faz com que o Brasil aos poucos, se desvencilhe de alguns componentes mais ligados ao atraso. Contudo, não se desenvolve como os países centrais que com as revoluções modificaram as estruturas.

Como já vimos, no Brasil ocorreu uma transição para o capitalismo, sob uma forma específica contrarrevolucionária que preserva as estruturas combinadas entre o arcaico e o moderno impedindo mudanças estruturais importantes, dentre as quais, a reforma agrária.

Conforme Trotsky (1967), na Rússia até a Revolução de 1917 a agricultura camponesa teve um papel fundamental para enfraquecer o latifúndio e implantar a Reforma Agrária.

[...] é precisamente no domínio da economia que a lei da evolução combinada se manifesta com maior força. Enquanto a agricultura camponesa, até a Revolução, em sua maior parte, permanecia quase no mesmo nível do século XVII, a indústria russa, quanto à técnica e sua estrutura capitalista, encontrava-se no mesmo nível dos países adiantados e, mesmo sob alguns aspectos, os ultrapassava (TROTSKY, 1967, p.38).

Conforme Florestan Fernandes (2006), no Brasil não acontece a Revolução Burguesa. A existência de revoluções antagônicas perpétua as estruturas arcaicas, deixando a burguesia nacional sem condições de dar o salto para quebrar os compromissos firmados com os imperialistas. A dupla articulação mantém-se em benefício do capitalismo que se alimenta dos países periféricos, criando obstáculos para a solução de problemas econômicos e estruturais desses países.

A dupla articulação faz com que vários focos do desenvolvimento econômico pré ou sub-capitalista mantenham, indefinidamente, estruturas socioeconômicas e políticas arcaicas ou semi-arcaicas operando como impedimento à reforma agrária, à valorização do trabalho, à proletarianização do trabalhador, à expansão do mercado interno (FERNANDES, 2006, p. 356).

A lógica do capitalismo dependente impede o salto que o país precisa para superar as estruturas arcaicas, realizando o mínimo da revolução burguesa, que foram as reformas tradicionais como reforma urbana e agrária com elementos típicos das economias centrais.

Azevêdo (1982, p. 28), aponta que a velha elite dominante e a burguesia nacional não estabeleceram uma relação antagônica entre si. Ao contrário, propuseram manter o monopólio da terra e garantir os privilégios políticos da oligarquia rural. “[...] asseguram uma modernização conservadora, às custas da exclusão política dos setores subalternos do campo, da expropriação do campesinato e da sua proletarização irremediável”.

Nesse processo, os camponeses são forçados a compor a base do proletariado industrial, de onde surge a dificuldade do operário brasileiro de afirmar a condição de classe e de ver a classe dominante como antagonista.

Para Ianni (1968, p. 208), além da fraqueza do movimento operário, dificuldade desse movimento transitar da política de massas para uma política de classes, se tem um processo em que a ideia de nação era muito forte e orientava as práticas tanto das classes trabalhadoras quanto da burguesia. “Ao mesmo tempo em que os grupos e partidos políticos de esquerda organizavam-se à parte, infiltravam-se ou aliavam-se aos movimentos, campanhas, partidos e lideranças populistas”. O sindicalismo estatal e o movimento migratório foram elementos que somaram à composição fragilizada do proletariado industrial e do próprio desenvolvimento nacional.

## 2.4 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Retomamos a formação dos elementos que viabilizaram um novo modelo de desenvolvimento rural e econômico para o Brasil, a modernização da agricultura.

Já vimos anteriormente, predominou no Brasil uma concepção de modernização do campo sem passar pela Reforma Agrária que visava basicamente a introdução de novas tecnologias agrícolas como elemento importante para o aumento da produtividade.

Conforme Vandana Shiva (2006), a Revolução Verde foi introduzida na falsa pretensão de acabar com a fome no mundo. Na Índia nos anos 60 foi introduzido na agricultura uma espécie de “super” arroz criado em laboratório por técnicos estado-unidenses. O “arroz dourado” se desenvolve mais rápido e produz mais que o tradicional. “[...] Em termos de utilização de água, arroz geneticamente modificado é mil e quinhentas vezes menos eficiente em fornecer vitamina A” (SHIVA, 2006, p. 137). Além disso, segundo a autora não resolveu

os problemas socioeconômicos do País e ainda, a fome permaneceu crônica, além de contribuir para a escassez da água.

No Brasil, a Revolução Verde ocorreu sem a necessária distribuição de terras. Durante o processo de modernização da agricultura brasileira o que se entendia por crescimento econômico para a elite agrária, não significou o mesmo para os pequenos produtores. Na agricultura tradicional caracterizada como familiar, o aumento da produção é alcançado pela maior utilização de mão de obra e decorre mais lenta que na agricultura moderna, devido ao pouco uso de tecnologia aplicada.

Em relação ao destino da agricultura tradicional o prognóstico de Karl Kautsky (1980) era de que em função da superioridade técnica da grande exploração, mesmo que alguma inovação fosse introduzida no método tradicional, pouco contribuiria para a produtividade, no fim, resultaria a expropriação do camponês.

Para Kautsky (1980, p. 129), “A intensificação da atividade do pequeno proprietário [...], independentemente de qualquer consideração moral ou outra parecida, mesmo do ponto de vista econômico, não pode ser apresentada como vantagem da pequena exploração”. Tal condição de auto exploração da propriedade familiar não compensaria, na visão de Kautsky a reprodução social camponesa, sendo esta, liberada para a mão de obra assalariada nas empresas rurais ou nas agroindústrias. Desse modo, as forças produtivas capitalistas impõem a superioridade da grande exploração, conduzindo à integração da agricultura à agroindústria.

Segundo Abramovay (1985, p. 241-242), a agricultura foi posta na via do progresso econômico. “Do ponto de vista técnico, não haveria outra possibilidade: atraso ou integração. [...]. E de fato, todos os esforços da ciência agrônômica, até muito recentemente, dirigiram-se para a viabilização da integração crescente da agricultura à indústria”. A integração vertical formada pelo agricultor integrado e agroindústria interfere no processo natural do cultivo de grãos e de alimentos de origem animal.

A modernização do campo intensificou a política de exportações, induzindo e acelerando o uso de produtos químicos, fertilizantes, sementes geneticamente modificadas e práticas agrícolas que permitem o aumento da produção em solos pouco propícios para a agricultura, ou no caso atual, causado pela exaustão do solo pelos mesmos insumos aplicados, aumentando a dependência dos agricultores com relação às empresas do agronegócio.

O agronegócio gera a grande vantagem de lucro para o proprietário, mas não produz riqueza para o País. Além de gerar problemas com o abastecimento de alimentos, pois produz em grande escala a monocultura e interessa a produção de transgênicos, aplicando grande quantidade de agrotóxicos. Segundo Carvalho (2005), esse modelo dominante na agricultura

brasileira “não apenas destrói o campesinato como induz ao êxodo rural sem que esses camponeses e os trabalhadores rurais assalariados encontrem possibilidades efetivas de reprodução de suas vidas na economia industrial e de serviços nas cidades” (CARVALHO, 2005, p. 7). Outro fator ligado ao êxodo rural é pelo fato de que no Brasil a maioria da população rural não é proprietária da terra em que trabalha, problema já exposto por Caio Prado Jr, quando na defesa do objetivo da Reforma Agrária.

Na subseção seguinte trataremos brevemente da agricultura familiar e iremos expor alguns aspectos agrícolas de Santa Catarina e a configuração da agricultura na forma de pequenas propriedades familiares.

#### **2.4.1 Agricultura familiar**

Pelo fato da Cooperativa em estudo estar inserida no contexto da agricultura familiar, faremos uma síntese dos aspectos agrícolas da região. Devido ao relevo não favorável ao latifúndio, a agricultura familiar, não menos produtiva, além de importante ecologicamente, é responsável pela produção de alimentos para a população. Essa exploração agrícola é pleiteada atualmente pelo agrohidronegócio<sup>17</sup> para exportação de alimentos produzidos na agricultura familiar catarinense.

Cardoso e Ianni (1960) descrevem que é a partir da metade do século XIX que essa Região entra no ciclo de exportação agrícola. Apontam os autores que é nesse período que a Região Sul começa a interferir na economia do País, pois antes, era uma “economia subsidiária” da economia colonial.

[...], desde o início da penetração paulista no Sul, a produção dessa área visou o mercado interno da Colônia. E mesmo mais tarde, na época do charque, o mercado para a produção sulina estava na área colonial (espanhola ou portuguesa). A economia dessa região organizou-se, pois, como uma economia subsidiária da economia propriamente colonial, isto é, daquela que visava a exportação para o mercado internacional [...]. Somente considerando-se a economia sulina como dependente da economia colonial, e por isso mesmo inter-relacionada com ela, poderemos compreender certos aspectos, que nos interessam, do desenvolvimento econômico dessa região (CARDOSO; IANNI, 1960, p. 4).

Para Caio Prado Jr (2017, p. 292), a colonização açoriana de Santa Catarina se distinguiu das características gerais da colônia brasileira. “Encontra-se aqui qualquer coisa de inteiramente

---

<sup>17</sup> Conceito entendido como a ampliação do agronegócio exportador para atuação do capital financeiro nas agroindústrias detendo também o controle dos recursos hídricos.

diverso e singular na fisionomia do Brasil. [...] a pequena propriedade domina inteiramente, [...]”. No entanto, para Cardoso e Ianni (1960, p. 4), essa particularidade ainda não estava completamente descoberta porque eram manifestações das consequências da função econômica das riquezas dessa região advinda das diversas cadeias produtivas.

Mas essa particularidade não deve encobrir o fato de que, se é verdade que o "sentido geral da colonização dos trópicos" foi o da exploração dos recursos de um território virgem, em proveito do comércio europeu, é só parcialmente verdadeiro que a colonização do Sul tenha escapado a este esquema. A colonização nessa região assume formas específicas de desenvolvimento que a irão diferenciar das outras áreas do Brasil. Contudo, essas formas particulares são uma consequência da função econômica que as riquezas dessa área irão desempenhar na organização econômica geral da Colônia (CARDOSO; IANNI, 1960, p. 4).

Como vimos na discussão dos autores, Santa Catarina possui uma trajetória peculiar de predominância da pequena propriedade com a característica de diversas cadeias produtivas. Assim como no período colonial a agricultura e a pecuária eram responsáveis pela economia interna do País, ainda hoje a produção de grãos e de proteína animal mesmo em pequenas propriedades, mantém a subsistência de muitas famílias da região.

Segundo o site da Secretaria da Agricultura e Pesca de Santa Catarina, a exportação de alimentos teve crescimento significativo em 2017. Em novembro deste ano foi registrado um aumento de 36,9% das exportações de carnes, principalmente a carne de frango que continua saindo daqui em maior escala. Os principais importadores da carne de frango catarinense foram Japão, Arábia Saudita e China.

Conforme constata a Epagri/Cepa (2018), os preços da maior parte dos produtos exportados pelo agronegócio de Santa Catarina caíram, porém, a quantidade levada para fora foi maior. De acordo com a entidade, no cenário brasileiro, o Estado tem forte participação nas exportações de produtos de origem animal, mas também possui importante contribuição nas exportações de móveis de madeira, tabaco, banana e maçã.

Dos dez municípios com maior produção, oito são da mesorregião do Oeste Catarinense, dentre eles Palmitos.

Santa Catarina caracteriza-se historicamente como já apontaram Cardoso e Ianni (1960) pelo predomínio das pequenas propriedades, mantidas pela agricultura familiar. Os dados preliminares do Censo Agropecuário de 2017, atualiza em números a situação fundiária da agricultura catarinense que se apresenta em 183.065 estabelecimentos agropecuários agrupados em 6,446 milhões de hectares de terra no Estado, com uma área média de 35,2 hectares por

estabelecimento. Ou de que, 37% dos estabelecimentos possuem menos de 10 hectares de terra, ocupando somente 5% da área total.

Segundo a Epagri/Cepa (2018, p. 16), nos últimos 40 anos verificou-se uma tendência de redução dos estabelecimentos rurais de menor tamanho, sobretudo nos estratos com menos de 50 hectares. Por conseguinte, identifica-se nos estratos superiores a 100 hectares, uma tendência de estabilidade na quantidade desses estabelecimentos, apontando para um aspecto concentracionista da propriedade fundiária. “O que sugere, por um lado, um estancamento do processo de divisão das propriedades via herança das terras e, por outro, a compra de pequenos estabelecimentos por produtores de maior porte”.

Segundo Wanderley (1996), a agricultura familiar não é uma categoria social recente e nem aparece como categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, nos últimos anos, no Brasil, tem-se tornado mais intenso a sua utilização e assume ares de renovação.

O conceito de agricultura familiar na atualidade tem sido amplamente aceito e utilizado tanto pela burocracia do Estado para efeitos das políticas agrárias, quanto na academia, bem como pelos próprios agricultores, seus sindicatos e movimentos sociais. A política agrária brasileira atualmente é regida pela Lei 11.326/2006 que estabelece diretrizes para a Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

No Art. 3º da referida Lei é apresentado o conceito de agricultor familiar e a caracterização do seu estabelecimento:

Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo (BRASIL, 2006).

Para alguns autores o termo agricultor familiar é substituto de camponês. Essa substituição, segundo Marques (2008, p. 61) “se dá com base na adoção de uma abordagem evolucionista sobre o desenvolvimento da história e contribui para o empobrecimento do debate político em torno da Questão Agrária”.

Tal contraste ainda se manifesta no tipo de produção e no número de estabelecimentos, uma vez que o latifúndio brasileiro se distancia da agricultura familiar e da camponesa em desigualdade de posse de terras e não está preocupado com a produção de alimentos.

O Censo Agropecuário de 2006 mostra que no Brasil 84% dos estabelecimentos agropecuários fazem parte da agricultura familiar, responsável pela diversidade de alimentos para a população.

Segundo Marques (2008), os conceitos de camponês e latifundiário se constituem, pelo mesmo processo histórico, pares contraditórios. “Em decorrência do mesmo processo que deu sentido ao conceito de camponês, é definido o conceito de latifundiário, o seu par contraditório” (MARQUES, 2008, p. 60).

De acordo com Abramovay (2007), na agricultura capitalista contemporânea, predomina a agricultura familiar e a patronal. De acordo com o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) “[...] pode-se intervir objetivamente na estrutura da agricultura brasileira considerando dois modelos gerais: o modelo da agricultura patronal e o modelo da agricultura familiar” (PRONAF, 1999, p 4). Sendo assim, conforme Abramovay (2007), o agricultor familiar moderno corresponde a uma profissão, diferente do camponês que constitui em si um modo de vida. “[...] uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa” (ABRAMOVAY, 2007, p. 33).

Para Wanderley (1996), a associação entre propriedade, trabalho e família pode originar diversidade de formas sociais que caracterizam a agricultura familiar, incluindo nela a camponesa, confirmada pelos dados do Censo Agropecuário de 2006.

No entanto, a agricultura camponesa difere das demais por ser uma forma social de produção que corresponde a um modo de vida e à uma cultura.

A agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre a relação [...], entre propriedade, trabalho e família. No entanto, ela tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global (WANDERLEY, 1996, p.3).

Segundo a autora, o agricultor familiar se distingue do camponês. O primeiro possui a sua produção voltada para produtos específicos e integrada às agroindústrias. Enquanto que o objetivo e a especificidade das atividades econômicas do camponês é atender as necessidades da família e não ao lucro e ainda, manter os valores e costumes ligados à tradição camponesa.

### 2.4.2 Resistência camponesa

Veremos nesta subseção que diferentemente de Lênin e Kautsky que previram o fim do campesinato provocado pelo capitalismo no campo, autores como Teodor Shanin (1980) e Alexander Chayanov (1986) afirmam que os camponeses continuam existindo. A economia familiar tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado primordial que não desaparece. No Brasil, essa questão é colocada por Abramovay (2007) como um “paradigma do capitalismo agrário”. Para outros pesquisadores, o campesinato se metamorfoseou na categoria da agricultura familiar.

Embora apresentem semelhanças significativas entre si, na prática, o campesinato e a agricultura familiar capitalista distinguem-se basicamente pelo agronegócio, pelo uso intensivo de mecanização, insumos químicos e venenos. Ambos sofrem pela dominação dos métodos que causam a contaminação da terra, da água, do ar e dos alimentos, ocasionado pelo efeito deriva no uso de agrotóxicos nas lavouras.

Alexander Chayanov (1974) classifica a unidade econômica camponesa como classe social não capitalista e fora do modo de produção capitalista. Para o referido autor, a saída para os camponeses, em caso de ingresso, estaria na manutenção de sua unidade econômica criando uma identidade social camponesa, ou organizando-se em cooperativas coletivas. Fundamentada não de forma capitalista, mas na maneira completamente diferente de uma unidade econômica familiar não assalariada, o camponês é um “sujeito criando sua própria existência” (CHAYANOV, 1986, p. 118 apud ABRAMOVAY, 2007, p. 69).

Como vimos na seção anterior, essa unidade tem motivos muito especiais para a atividade econômica, centrada na satisfação das necessidades, em primeiro lugar no âmbito da comunidade local, formando com isso nos termos de Shanin (1980), uma “part-society”, razões para a capacidade de sobrevivência do campesinato, inclusive em condições em que não se espera que possam resistir. O campesinato é, ao mesmo tempo, uma classe social e um “mundo diferente”. “Os camponeses “são” uma classe, uma economia, uma part-society e, além disso, outras “coisas” que ainda não conceituamos” (SHANIN, 1980, p. 71). Segundo Shanin, devemos tomar como um fato incontestável que a forma atual de nossa economia capitalista representa apenas um caso de vida econômica e que, entretanto a validade da economia camponesa pode ser estendida a outras formas de organização da vida econômica, que não a capitalista, não só referente ao tipo de unidade econômica do trabalho familiar mas também em termos de luta de classes.

Silva (2014) também entende o campesinato como classe e assim faz parte da luta dos movimentos sociais:

[...] o campesinato é Classe em Si e vem se constituindo, no último período histórico em Classe para si. Classe em si tendo em vista que: sua situação econômica é diferenciada, pois ao mesmo tempo é o sujeito que realiza o trabalho e é dono ou tem acesso aos meios de produção; tem uma cultura, um modo de vida próprio e está inserido em uma contradição de interesses com o agronegócio. Está se constituindo em Classe para si por ter um projeto próprio (interesse), ter um papel no processo de produção que é o de produzir comida para alimentar o povo, tem uma organização política nos níveis nacional e internacional (Movimentos Sociais e Via Campesina), tem consciência das contradições e tem ação concreta em defesa de seus interesses (SILVA, 2014., p. 89).

Marques (2008) nas discussões iniciadas por Shanin mostra o uso do conceito de campesinato e a substituição deste pela pequena produção na análise das ciências sociais.

O campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais. Porém, na década de 1970, o conceito de pequena produção passa a ser usado pelas ciências sociais como alternativa ao de camponês por apresentar caráter operacional e por, supostamente, melhor representar a realidade de um campo submetido pelo Estado à desarticulação de seus movimentos sociais e a um conjunto de políticas de cunho modernizante (MARQUES, 2008, p. 60).

Segundo Carvalho (2005), a “metamorfose” do camponês em agricultor produtor familiar esvazia o caráter de resistência aos estilos de vida dominantes e com as formas de conceber as suas relações sociais de produção na relação com o meio ambiente. Nesse sentido, o modo de vida camponês fica comprometido:

transformações do chamado agricultor familiar moderno, no entanto, não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas “anteriores”, gestando, antes, um agricultor portador de uma tradição camponesa, que lhe permite, precisamente, adaptar-se às novas exigências da sociedade. [...] Esse processo de transformação do sujeito camponês em sujeito agricultor familiar sugere também uma mudança ideológica. O camponês metamorfoseado em agricultor familiar perde a sua história de resistência, fruto de sua pertinácia, e se torna um sujeito conformado com o processo de transformação que passa a ser um processo natural do capitalismo (CARVALHO, 2005, p.20-25).

No entanto, entendemos que ao mesmo tempo em que o camponês está subordinado à lógica do capital ele descobriu caminhos para o rompimento dessa submissão fazendo escolhas de acordo com seus valores e apresenta alternativas para o retorno a forma original. A produção

de alimentos via agroecologia tem sido uma das formas possíveis encontradas pelos camponeses para superarem as suas condições dadas pelo capitalismo.

### 2.4.3 Agroecologia

Para Machado e Filho (2017), a agroecologia é a chave para a superação do paradigma da Revolução Verde e seu sucedâneo, o agronegócio. É considerada uma ciência que trata do manejo adequado de agroecossistemas visando a produção agrícola para o interesse humano e social. Segundo esses autores, a agroecologia dispõe de conhecimentos à altura do agronegócio para superar a negação da natureza pela Revolução Verde, destinada à monocultura dependente do emprego de agrotóxicos e insumos químicos nas lavouras da agricultura convencional.

Nessa medida entendemos a **agroecologia** como um método, um processo de produção agrícola-animal e vegetal que resgata os saberes que a “revolução verde” destruiu ou escondeu, incorporando-os extraordinários progressos científicos e tecnológicos dos últimos 50 anos, configurando um corpo de doutrina que viabiliza a produção de alimentos e produtos limpos, sem venenos, tanto de origem vegetal como animal, e, o que é fundamental, básico, indispensável, em **qualquer escala** (MACHADO: MACHADO FILHO, 2017, p.36, *grifos dos autores*).

Assim, a agroecologia como forma de agricultura colocada em movimento dialético protagoniza a desconstrução dos conceitos e processos do agronegócio. A revolução “verde-agronegócio” protagonizado pelas multinacionais tem por base a utilização intensiva de fertilizante químicos, agrotóxicos e monoculturas.

Conforme Shiva (2003, p. 77-78), a Revolução Verde criou a falsa ideia de que a fertilidade do solo é produzida nas fábricas de substâncias químicas e negociada com produtos agrícolas. “Os produtos biológicos que não são vendidos no mercado, mas que são usados como insumos internos para manter a fertilidade do solo foram totalmente ignorados nas equações de custo-benefício do milagre da Revolução Verde”.

Segundo Machado e Filho (2017), a Revolução Verde foi criada no período pós-Segunda Guerra Mundial, sob o domínio dos Estados Unidos, com o apoio de institutos de pesquisas financiadas pela Fundação Rockefeller. Essa “revolução” foi introduzida nos países periféricos dentre os quais o Brasil, a partir de ditaduras militares. No Brasil, entre os anos 40 e 50 foi criada a ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural) que no ato de fundação, teve a presença de Nelson Rockefeller. Em seguida consolidou-se o “Programa Aliança para o Progresso”. Esse programa criou um sistema verticalizado de extensão rural para propagar o

“pacote tecnológico” a partir da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) conforme explicam os autores:

O Sistema ABCAR, através das associações estaduais, levou a assistência técnica gratuita aos produtores agrícolas nacionais, por meio dos “pacotes tecnológicos”, que nada mais eram do que receitas a serem aplicadas nas diversas regiões do país, nos cultivos e nas criações. [...] Só recebiam o benefício do crédito agrícola, altamente subsidiado, os agricultores que estivessem enquadrados no programa oficial. [...] Por exemplo, o uso de MO era considerado atraso e os projetos com créditos privilegiado não podiam ter qualquer item que contemplasse financiamento de produto com matéria orgânica. [...] com o golpe cívico militar, coincidentemente a “revolução verde” passa a ser a política agrícola oficial (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 55).

A extensão oferecida pela ABCAR era praticada em conjunto com as empresas estaduais, como produto do crédito agrícola, que possuía uma única matriz tecnológica. Neste sentido, os financiamentos deveriam prever projetos em insumos modernos, como adubos químicos, agrotóxicos e sementes certificadas. Portanto, se os agricultores quisessem aplicar os valores fora do programa, lhes era negado o subsídio.

Em Santa Catarina segundo Winckler e Renk (2013, p.225), existia a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (Acaresc), a qual “[...] dispunha de equipes de trabalho de campo, que contavam com agrônomos e profissionais de economia doméstica”. Dentre os métodos para introduzir a modernização utilizavam-se da capacitação de jovens rurais em associações chamadas Clubes 4-S<sup>18</sup> como estratégia para adaptar essa geração aos métodos modernizantes da agricultura e uma forma de renegar a utilização de sementes crioulas (WINCKLER; RENK, 2013).

Assim, desenvolveu-se a agricultura moderna apoiada em tecnologias importadas no intuito de promover o aumento da produtividade agrícola visando a produção de matérias-primas e de alimentos para intensificar a política de exportações. Uma das consequências disso foi o fortalecimento do poder das agroindústrias, do agronegócio e das empresas multinacionais.

Na atualidade, o aumento da demanda por produtos livres de agrotóxicos tem impulsionado a agricultura orgânica e agroecológica no Brasil.

A agricultura agroecológica demanda maior utilização de mão-de-obra para colocar em prática o controle biológico e o manejo integrado de pragas, constituindo-se em alternativa para

---

<sup>18</sup> A organização de jovens em Clube 4-S foi um elemento difusor da modernização das práticas agrícolas baseado no modelo norte-americano dos chamados Clubs FourH (Head, Heart, Hands, Health). Adotou-se no Brasil como 4S (Saber, Sentir, Saúde, Servir). Restritos ao domínio da técnica, segundo Winckler e Renk (2013, p. 226), como elemento de transformação, “[...] os jovens rurais mediante atividades ritualizadas, com juramentos e outras formas de criar espírito de corpo, cujo objetivo estaria na formação de lideranças diferentes daquelas dos pais”.

a agricultura familiar. Por meio desse método, pode-se produzir com qualidade e em dimensão superior à da agricultura convencional se tornando, segundo Machado e Filho (2017, p. 36), “uma tecnologia capaz de confrontar o agronegócio, em qualquer escala”, o que tem permitido aos agricultores aumentar a receita, por unidade de produção, não limitando ao consumo interno.

Machado e Filho apresentam a proposta de retorno à agricultura anterior à Revolução Verde. Contudo, propõem não desconsiderar os avanços tecnológicos alcançados nos últimos 50 anos. Na “Dialética da Agroecologia: alternativa para um mundo com alimentos sem veneno” em escala global, entendem que é essencial “o desenvolvimento da pesquisa agrícola no sentido de procedimentos que viabilizem a produção limpa” (MACHADO; FILHO, 2017, p.82).

Para Abramovay (1985), a reorientação tanto da pesquisa como, sobretudo, da extensão rural, se faz necessário para compreender como vivem e o que querem os próprios agricultores.

[...] tecnologias alternativas, neste sentido, não significam culto apologético ao passado camponês. Ao contrário, elas supõem um trabalho científico decisivo, mas que tem uma direção bastante diferente do que vem sendo feito até aqui: ao invés de simplesmente se pesquisar um produto e sua sensibilidade a diferentes tipos de fertilizantes e defensivos, examina-se o sistema agrário como uma unidade ecológica, composta, portanto, por um conjunto de interrelações que devem ser conhecidas no máximo detalhe (ABRAMOVAY, 1985, p. 243).

Percebemos nos estudos sobre a agricultura brasileira atual a existência tanto de categorias de pesquisadores agrônomos, quanto de agricultores que pretendem manejo ecológico dos recursos naturais reconhecendo a existência de uma relação de interdependência entre o social e a natureza.

Agora que já se reconhece o contexto histórico da agricultura brasileira e a discussão iniciada neste capítulo sobre a classe trabalhadora camponesa e os desafios agroecológicos que se apresentam em torno dela, é possível estabelecer interlocuções relacionadas ao capitalismo, ao marxismo e à ecologia.

Para a perspectiva Ecosocialista como veremos a seguir, a prática agroecológica é válida, contudo, as reformas parciais são insuficientes. A questão ecológica exige uma profunda reorientação tecnológica e implantação de uma política econômica fundada em critérios extra econômicos. Ou seja, a subordinação do valor de troca pela utilidade qualitativa do valor de uso e a substituição das atuais fontes de energias pelas não poluentes e renováveis como a energia eólica e solar. Podendo ser incluída a problemática do uso da água pelo produtivismo capitalista.

### 3 DESAFIOS ECOLÓGICOS NO AGROHIDRONEGÓCIO

Neste capítulo abordaremos que o direito aos bens elementares, como o direito à água, ar puro e alimentos não contaminados estão cada vez mais em potencial de interação entre as lutas específicas e as demandas geradas pela crise ecológica que a muito tempo estavam relegadas na análise do marxismo tradicional.

O uso estratégico dos recursos hídricos no agrohidronegócio do Oeste de Santa Catarina para atender a demanda do mercado internacional, tem revelado a existência de um fluxo de água virtual comandado pelo capital financeiro internacional que se apropria dos processos de integração da agricultura familiar às agroindústrias.

O conceito de agrohidronegócio foi definido pelos geógrafos Helena Angélica Mesquita e Marcelo Rodrigues Mendonça (2007), para expor a condição e a luta dos nativos e ribeirinhos do cerrado goiano em relação ao uso da terra e da água para o represamento dos rios daquela região para abastecer os grandes complexos agroindustriais. A partir de então, tem-se aplicado o conceito para definir e demarcar a ampliação do agronegócio de exportação que se apropria da água para maximizar a produção.

Segundo Thomaz Jr. (2010, p. 4), “[...] o sucesso do agronegócio não pode ser atribuído somente à sua fixação à territorialização e/ou monopolização das terras, mas também ao acesso e controle da água, assim como as demais etapas da cadeia produtiva, comercialização etc”.

Diante da afirmação de Marx, de que a produção em larga escala pelo capitalismo no campo criou e cria uma “ruptura metabólica” entre o trabalhador e a natureza, é possível, segundo os ecossocialistas, estabelecer uma espécie de convergência entre os movimentos ecológicos e um marxismo renovado, atentos ao produtivismo e à lógica neoliberal imperialista.

#### 3.1 ECOSSOCIALISMO

Os movimentos sociais fazem parte das sociedades contemporâneas. A partir dos anos 50 do século XX a natureza da sociedade capitalista ocidental torna necessário esse tipo de organização. Portanto, a dinâmica das sociedades atuais só é possível com a organização dos movimentos sociais, e esses não são espasmódicos ou que surgem espontaneamente, são parte constituinte das sociedades contemporâneas, nas quais, existem uma multiplicidade de sujeitos e identidades. Com isso, a partir dos anos 60 eclodiram as teorias dos novos movimentos sociais.

Neste contexto, diferente do século XIX, para essas novas teorias, o conflito de classe dos sujeitos de até então, não daria conta de explicar as ações que viessem, por exemplo, de campo político, cultural ou simbólico. A mobilização é ampliada para as demandas específicas como as questões ambiental, ecológica, de gênero, raça, etária, dentre outras.

Considerando as teorias dos movimentos sociais na atualidade, é como se existisse dois paralelos. Pode-se dizer que existe dois tipos distintos de movimentos sociais: os movimentos sociais clássicos e os chamados novos movimentos sociais, e dentre eles, o ambientalista.

Segundo Galvão (2008), os movimentos sociais clássicos são aqueles cuja identidade que aglutina os sujeitos se estabelece a partir da luta de classe que é articulada com o objetivo de mobilizar as classes subalternas para aquilo que os marxistas chamariam de revolução do modo de vida social capitalista, e que são representados predominantemente pelos sindicatos e partidos. No entanto, esses movimentos começaram a perder força no Brasil no final da década de 1980, pelos problemas da perda de centralidade do trabalho industrial, ou conforme Galvão (2008), devido à crise fordista, bem como pela emergência de um novo cenário político-ideológico neoliberal e o levante do paradigma cultural da pós modernidade. “Novos atores e pólos de resistência emergem, que não se reduzem ao movimento operário, mas as lutas operárias continuam a existir” (GALVÃO, 2008, p 12).

Michael Lowy (2014) entende o materialismo dialético como importante categoria do marxismo para superar os aspectos parciais de uma determinada demanda específica. A questão ecológica é na visão do autor um desafio para a renovação do pensamento marxista no XXI. Por outro lado, também, os movimentos ecológicos sem a reflexão marxista e a ausência da postura anti-imperialista nutrem ilusões sobre um “capitalismo limpo” ou, de um pretenso capitalismo verde. “[...] uma ecologia que ignora ou negligência o marxismo e sua crítica do fetichismo da mercadoria está condenada a não ser mais do que uma correção dos 'excessos' do produtivismo capitalista" (LOWY, 2005, p. 38).

O Ecosocialismo é uma estratégia que propõe a convergência entre a reflexão ecológica e a reflexão marxista, socialista. Critica a ecologia não socialista (capitalismo verde), que considera possível reformar o capitalismo, desenvolver um capitalismo mais respeitoso ao meio ambiente. Uma crítica também ao socialismo não ecológico (URSS, China), tanto pelo autoritarismo burocrático, como pela destruição da natureza.

Lowy (2013) considera que a utopia revolucionária é uma possibilidade estratégica objetiva entre o movimento operário e o movimento ecológico e apresenta-se como um paradigma alternativo.

Desse modo:

A questão ecológica é a questão do capitalismo. Para parafrasear uma observação do filósofo da Escola de Frankfurt Max Horkheimer – “se você não quiser falar do capitalismo, é melhor não falar do fascismo” –, eu diria também: se você não quer falar do capitalismo, não adianta falar do meio ambiente, porque a destruição, a devastação, o envenenamento ambiental são produtos do processo de acumulação do capital. Logo, a questão que se coloca é a de uma alternativa, mas de uma alternativa que seja radical. As tentativas de soluções moderadas se revelam completamente incapazes de enfrentar esse processo catastrófico. O chamado Tratado de Kioto está muito aquém, quase infinitamente aquém, do que seria o necessário, e, ainda assim, o governo norte-americano, principal poluidor planetário, recusa-se a assinar (LOWY, 2013, p. 81).

Para Lowy se faz necessário a convergência dos movimentos sociais. Galvão (2011), reconhece que: “[...] não há uma teoria marxista dos movimentos sociais plenamente desenvolvida e articulada. Isso porque a contribuição dos autores vinculados ao marxismo, sobretudo os clássicos, priorizaram a discussão das formas partido e sindicato [...]” (GALVÃO, 2011, p. 107). Pois para Marx, a classe operária era o movimento em si, de modo que a contradição capital-trabalho colocaria o trabalhador em uma tentativa de sair da situação de exploração. O trabalhador adquiriria a consciência de classe no próprio processo de avanço do capitalismo e na percepção de suas contradições e, a partir disso assumiria o seu papel histórico e o capitalismo chegaria à sua destruição.

Galvão (2008) esclarece que após os anos 60 de século XX essa perspectiva marxista foi desafiada não apenas pelas teorias dos novos movimentos sociais, mas também pelas teorias elaboradas para os explicar. Defende que o marxismo tem sim uma dinâmica que envolve grupo de pessoas com identidade, com programa antagônico a algo e utiliza algum repertório de ação para atingir determinado objetivo, que para os marxistas é o movimento sindical, e que este caracteriza um movimento de classes. Ou seja, para os marxistas o sindicato seria a estrutura formal e orgânica da classe trabalhadora e a síntese da representação dos conflitos do capital/trabalho, não obstante as críticas de ter se tornado uma espécie de agência estatal de controle de conflitos trabalhistas entre as classes.

Para Galvão, reconhecer a existência de movimentos múltiplos não significa que o conflito de classe deixa de ser importante, porque embora o trabalhador formal deixa de ter centralidade, o trabalho é ainda o mais comum a todos, e as outras diferenças são construções que variam no tempo e no espaço. Portanto o trabalho continua sendo o elemento universal e mais sintético entre os grupos sociais.

De acordo com Altvater (2017, p. 160), “[...] movimentos sociais com perspectivas e projetos abrangentes estão surgindo e propondo novas formas sociais, como a “economia

solidária”, resgatando antigas formas cooperativas de “economia moral””. Na economia moral<sup>19</sup> termo utilizado por Thompson (1998), eram evocados princípios morais e não econômicos, quando das revoltas da multidão inglesa no século XVIII, nas quais se davam com objetivos claros e de maneira disciplinada. “[...] supunha noções definidas, e apaixonadamente bem defendidas, do bem-estar comum” (THOMPSON, 1998, p. 152).

Segundo Lowy (2014), o Ecosocialismo está imbricado na estratégia de convergência das lutas sociais e das lutas ecológicas em combate ao produtivismo e ao consumo exacerbado. Cada vez mais surge nos países periféricos movimentos sociais de dimensão ecológica em defesa da agricultura camponesa e do acesso comum aos recursos naturais, ameaçados pelo imperativo capitalista do mercado, pela industrialização dependente, pelas manipulações genéticas e pelo agronegócio.

No entendimento de Foster (2015), marxismo e ecologia são fontes comuns de uma grande transição para a revolução ecológica, embora haja diferenças significativas.

Vincular o marxismo e a transição ecológica pode parecer à primeira vista uma tentativa de união de dois movimentos e discursos totalmente diferentes, cada qual com sua própria história e lógica: um que tem a ver principalmente com as relações de classe outro com a relação entre os seres humanos e o meio ambiente. No entanto, historicamente o socialismo influenciou o desenvolvimento do pensamento e da prática ecológicas, enquanto a ecologia informou o pensamento e a prática socialistas. Desde o século XIX, a relação entre os dois tem sido complexa, interdependente e dialética (FOSTER, 2015, p. 81).

Conforme afirma Lowy (2014), o Ecosocialismo em si já é uma reflexão crítica. Primeiro porque se constitui em uma perspectiva ecológica não capitalista e não reformista, segundo porque contrapõe o marxismo que não aceita as questões ecológicas e não relaciona com o processo da luta de classes e terceiro é uma crítica à perspectiva ecológica que não aceita a perspectiva socialista. Ou seja, é uma estratégia que propõe a convergência entre a reflexão ecológica e a reflexão marxista.

Conforme Lowy (2014), o termo Ecosocialismo surgiu nos anos de 1970, originário da proposta de Daniel Bensaid que resulta da convergência entre a reflexão ecológica e a reflexão marxista socialista. A corrente ecosocialista internacional dentre seus precursores encontram-se os nomes como Manuel Sacristán (Espanha), Raymond Williams (Inglaterra), André Gorz

---

<sup>19</sup> Edward Palmer Thompson utilizou pela primeira vez o termo economia moral na sua obra “A Economia Moral da Multidão Inglesa no Século XVIII” escrito em 1971, onde Thompson limita o conceito de economia moral ao estudo dos conflitos ingleses do século XVIII, os quais giravam em torno das leis dos cereais. No entanto, em 1998, Thompson revisita os textos de 1971 e conclui que: “a ‘economia moral’ não nos conduz a um único argumento, mas a uma confluência de raciocínios” (THOMPSON, 1998, p. 203).

(França), James O'Connor (Estados Unidos), Elmar Altvater (Alemanha). Dentre os representantes estão, além de Lowy, o estadunidense Joel Kovel que são coautores do “Manifesto Ecosocialista Internacional” sobre o aquecimento global, assinado por centenas de ativistas de diferentes países presentes no Fórum Social Mundial de 2009 em Belém do Pará.

Os argumentos essenciais que o sustentam têm suas origens no movimento ecológico, assim como na crítica marxista à economia política. Essa síntese dialética – vislumbrada por um grande espectro de autores, de André Gorz a Elmar Altvater, James O'Connor, Joel Kovel e John Bellamy Foster – é ao mesmo tempo uma crítica à “ecologia de mercado” que se adapta ao sistema capitalista e ao “socialismo produtivista” que fica indiferente à questão dos limites da natureza (LOWY, 2014, p.72)

Para Lowy (2014), a proposta do Ecosocialismo tem como objetivo fornecer uma ruptura radical ao modo de produção predatório e do padrão de consumo que dá sustento ao capitalismo, dissociando-se de dois modelos: a) do capitalismo verde que é uma manobra publicitária, uma fachada para a escória produtivista; b) do socialismo real soviético, onde a perspectiva socialista se perdeu rapidamente empreendendo um processo de industrialização destruidor do meio ambiente.

Trata-se de uma corrente de pensamento e de ação ecológica que faz suas aquisições fundamentais do marxismo - ao mesmo tempo em que o livra das suas escórias produtivistas. Para os ecosocialistas a lógica do mercado e lucro - assim como a do autoritarismo burocrático de ferro e do socialismo real - são incompatíveis com as exigências de preservação do meio ambiente natural (LOWY, 2014, p.47).

De acordo com Lowy (2005, p. 40), o sistema produtivo deve ser modificado em seu conjunto. “O Ecosocialismo implica uma radicalização da ruptura com a civilização material capitalista. Nesta perspectiva, o projeto socialista visa não apenas uma nova sociedade e um novo modo de produção, mas também um novo paradigma de civilização”. Para os pensadores ecológicos marxistas, o movimento ecológico juntamente com diversas iniciativas similares vai contra a lógica predominante de acumulação do capital. O ponto de partida é a rejeição do produtivismo e a mudança dos critérios econômicos quantitativos para os qualitativos.

Sob essa nova ótica para Lowy (2013, p. 83), “é necessário transformar, também, o estilo, o padrão de consumo, todo o modo de vida em torno do consumo, que é o padrão do capitalismo baseado na produção massiva de objetos artificiais, inúteis, e mesmo perigosos”.

Para entendermos o significado e origem dessa crítica ecológica para a crítica geral de Marx ao capitalismo, apresentaremos a seguir o debate em torno da relação da ecologia de Marx perdido de vista durante a maior parte do século XIX e XX.

### 3.1.1 Análise ecológica de Marx

Segundo Lowy (2017), os estudos de Teodor Shanin e de Rosa Luxemburgo sobre os “escritos tardios” de Marx e Engels da comuna agrária russa abriram precedentes para uma releitura de caráter heterodoxo da Obra de Marx. Rosa Luxemburgo (1970), antes ainda de Walter Benjamim, já havia assinalado a dimensão destrutiva do progresso capitalista em que a “reprodução ampliada” impõe a necessidade da violência sobre as comunidades pré-capitalistas, indígenas e camponesas.

Frente às questões oriundas da Rússia<sup>20</sup> a mudança na perspectiva marxista evidenciou uma nova experiência da contradição capitalista. Teodor Shanin (1980) na investigação dos escritos de Marx sobre os camponeses e o destino dos países periféricos identificou que existe uma série de importantes mudanças e que apesar de seu significado não foi dada a devida atenção.

Segundo Lowy (2015, p. 96), Rosa Luxemburgo confrontando a civilização industrial imperialista com o passado comunitário dos modos de vida camponeses, “[...] rompe com o evolucionismo linear, o “progressismo” positivista e todas as banais interpretações “modernizadoras” de Marx dominantes em sua época”. Também, para Foster (2015, p. 85), “muitos aspectos do vasto quadro teórico de Marx que se estendiam além das necessidades imediatas do movimento operário seriam descobertos e incorporados muito mais tarde, acompanhando o amadurecimento e os novos desafios do movimento socialista”. No centro disso, encontra-se a noção de imperialismo de Luxemburgo e de “desenvolvimento desigual” que, conforme vimos no capítulo anterior, foi analisado por Trotsky, desenvolvido também nas teorias brasileiras sobre o capitalismo dependente das periferias capitalistas.

Em relação à invasão do imperialismo sobre os países periféricos e sobre os espaços não capitalistas, Paul Singer (1991) esclarece que a abordagem de Luxemburgo é diferente de Lenin e do marxismo ortodoxo, pelo fato de Lenin ver o imperialismo como o último estágio do capitalismo. Ou de que o imperialismo seria a fase superior do capitalismo. Segundo Singer (1991), para Luxemburgo:

---

<sup>20</sup> No livro “Marx tardio e a via russa - Marx e as periferias do capitalismo” lançado em 2017, Shanin trata da relação entre Marx e o debate da esquerda russa do final do século XIX. Recupera os escritos de Marx por meio de cartas que trocou com a militante russa Vera Zasulich. Além disso, o livro contém escritos e documentos relacionados ao populismo russo, rascunhos de Marx, bem como as discussões sobre o papel dos camponeses no processo de constituição de uma sociedade socialista.

[...] o imperialismo não é um estágio do capitalismo, é uma característica central do próprio capitalismo desde sempre. Desde o início, o capitalismo precisou capturar mercados externos para ter a razão de ser da própria expansão. O capitalismo se expande via Estado, conquista, transforma economias naturais que não são mercantis em economias de mercado. [...] Esse tipo de interpretação, a meu ver, é extremamente fecundo e interessante para se aplicar a um país como o Brasil (SINGER, 1991, p. 85).

A expansão imperialista observada por Luxemburgo (1970) avança para a expropriação de regiões consideradas “atrasadas” pelo capitalismo.

Para Foster (2015, p. 88), “Rosa Luxemburgo antecipou-se de aspectos mais amplos da ciência de Marx e seu papel essencial em seu sistema de pensamento”. É contra esse processo de acumulação por expropriação da natureza que o Ecosocialismo procura construir a relação entre as lutas sociais e as lutas ecológicas anti-imperialistas.

Segundo Foster (1999), as acusações de ambientalistas contra Marx e Engels de que ambos teriam uma visão prometéica/produtivista<sup>21</sup> sobre o domínio da natureza pelo homem são errôneas. Ou de que, Marx tinha uma teoria voltada para a ecologia. Porém, a catástrofe ambiental planetária em curso, e o estágio competitivo do capitalismo não puderam ser vistos na época em que Marx elaborou sua crítica ecológica. Contudo, Marx e Engels não limitaram as discussões na exaustão dos solos e na produção em larga escala pela agricultura e indústria, estudaram também outras questões de sustentabilidade em relação florestas e a poluição dos afluentes e rios. Ambos estavam convencidos de que o problema ecológico não estava na natureza, mas nas forças produtivas da sociedade capitalista.

Foster (2012) argumenta que é reconhecido que o primeiro ensaio de Marx, “Debates acerca da lei do furto da madeira”, escrito em 1842, tinha uma visão profundamente ecológica. Marx denunciava o capitalismo ao lidar com a Lei da Prússia quando os camponeses iam presos porque eram acusados de roubo de madeira morta nas florestas, sendo que isso era costumeiro, mas que lhes tinha sido negado com o crescimento da propriedade privada.

Segundo Foster (2012, p. 88), nos Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844, Marx enfatizava a questão da acumulação primitiva e o “desapossamento dos camponeses, que estavam sendo removidos de suas terras no curso do desenvolvimento capitalista. [...] O capitalismo inicia-se como um sistema de usurpação da natureza e da riqueza pública”.

Conforme Luxemburgo (1970), no “O Capital” a crítica à acumulação e gênese do capitalismo foi mais sistematizada e integrada à política econômica. Para a referida autora, para

<sup>21</sup> Para o “ecologista social” John Clark, “o homem prometeico de Marx [...] é um ser que não se sente em casa na natureza, que não vê a Terra como a ‘morada’ da ecologia. É um espírito indomável que deve submeter a natureza em sua busca da auto realização [...] Para tal ser, as forças da natureza, seja na forma de sua própria natureza interna ingovernável ou dos poderes ameaçadores da natureza exterior, devem ser subjugadas” (CLARK apud FOSTER, 1999, p.162).

Marx, a remoção dos trabalhadores da terra marca a acumulação primitiva do Capital como a primeira crise ecológica, removendo as economias naturais: camponeses, propriedade comum da terra, indígenas e outras formas não capitalistas de produção. Antes, os trabalhadores tinham a posse, ou o controle da terra como meio de produção, depois foram separados, e acabaram vendendo a força de trabalho. Dessa expropriação surge a tensão entre o valor de uso e o valor de troca. “Aqui é importante reconhecer que na raiz da crítica de Marx à economia política estava a distinção entre valor de uso e valor de troca” (FOSTER, 2012, 88). A tensão antagônica entre valor de uso e valor de troca provoca a ruptura do equilíbrio natural e também a reificação<sup>22</sup> onde o ser humano e a natureza estão submetidos à condição de mercadorias. Conforme vimos anteriormente, a constituição imperialista do capitalismo transforma em mercadoria o que é da natureza sem levar em conta os custos sociais e ecológicos no resultado final. “De fato, a economia política liberal clássica, argumentou Marx, tratava as condições naturais de produção (matéria-prima, a energia, a fertilidade do solo etc.) como “brindes da natureza” para o capital” (FOSTER, 2015, p. 88).

A contribuição ecológica mais apontada de Marx, entretanto, encontra-se em sua teoria de fenda metabólica, construída a partir do trabalho do alemão Justus Von Liebig, químico que estudava a agricultura e analisava o que ele chamava de “Raubbau” ou o “sistema de roubo”, ligado à agricultura industrial inglesa (FOSTER, 2012, p. 90). Ao analisar esse “sistema de roubo”, Marx via que ao transportar alimentos por milhares de quilômetros para os centros urbanos de produção industrial, estava sendo levado nitrogênio, fosforo e potássio e não devolvido para o solo, criando resíduos poluentes em torno das cidades.

Assim também, podemos dizer que acontece com a água utilizada para a produção de grãos e matérias-primas e levada com as commodities agrícolas de um lugar para o outro, não retornando ao ecossistema de onde foi retirada.

Segundo Foster (2012, p. 91), Marx transformou a crítica de Liebig em uma crítica social e ecológica do capitalismo, introduzindo a noção de metabolismo social, para o conceito de troca. “Para Marx, esse Raubbau capitalista tomou a forma de “uma fenda irreparável” no interior da sociedade capitalista no metabolismo entre a humanidade e a terra”.

Conforme observações de Foster (1999), ao que escreveu Marx no Capital, Volume 1 sobre o problema:

---

<sup>22</sup> Significado de reificação: do latim “Res” a mesma palavra que vai gerar república = coisa pública, “Res” gera também a palavra reificação, ou coisificação que é basicamente algo que se transforma em coisa. Quem chama a atenção pra isso é o sociólogo húngaro Georg Lukács. O trabalhador e a natureza no sistema capitalista, se transformam em coisa, uma mercadoria.

Todo progresso na agricultura capitalista é um progresso na arte de roubar não só o trabalhador, mas o solo; todo progresso em aumentar a fertilidade do solo (...) é (...) para arruinar as fontes de longa duração dessa fertilidade. Quanto mais um país cresce com a indústria em grande escala (...), como acontece com os Estados Unidos, mais rápido se torna esse processo de degradação. A produção capitalista, portanto, desenvolve as técnicas e o grau de combinação do progresso social da produção minando as fontes originais de toda riqueza - o solo e o trabalhador (MARX, CAPITAL, VOL. I, p. 637-8, apud FOSTER, 1999, p. 167).

Segundo Foster (1999), a agricultura industrializada é a ruptura do metabolismo entre o trabalhador e a terra, que e além disso, impede o retorno dos elementos naturais nutritivos ao solo. Dessa forma, o capitalismo é totalmente antiecológico, pois gera crises ambientais, tanto no início da produção na relação entre trabalhador e natureza, quanto ao destino dessa produção que leva a poluição do meio ambiente.

A agricultura industrial retira do solo os nutrientes e na tentativa de repor a fertilidade do solo com os adubos químicos também industrializados, aumentam ainda mais a fenda metabólica. Dessa forma, o capitalismo revelou sua contradição que é o valor e a riqueza, entre valor intercambio e o valor de uso, conforme vimos na citação anterior, a riqueza vem de ambos: natureza e trabalho. Portanto, em termos argumentativos, social e ecológico, Marx sim conectou a sua teoria à noção de sustentabilidade. “[...] em sua teoria Marx declarou explicitamente que as relações de valor do capitalismo tratam a natureza como uma dádiva gratuita, como algo dado “grátis” ao capital” e que as condições de reprodução da natureza são violadas” (FOSTER, 1999, p 170).

Cabe aqui ressaltar que segundo Foster (1999), a riqueza material compreendida em termos de valores de uso para Marx, precisa ser diferenciada da criação do valor sobre a troca. “É uma contradição do capitalismo que esse sistema busque o valor de troca (o lucro) enquanto ignora, na maior parte, as condições qualitativas associadas ao valor de uso e riqueza em seu contexto mais amplo, que inclui o ambiente natural e a produtividade da natureza” (FOSTER, 1999, 170).

Outro argumento de Foster (2015) sobre a ecologia de Marx, é que além de Liebig, Marx recorreu a uma perspectiva ambiental para fundamentar a questão básica da transformação da sociedade. A proximidade de Marx com ecologistas dentre eles Ernst Haeckel, que promoveu e popularizou as descobertas de Darwin na Alemanha e cunhou o conceito de ecologia nos anos de 1866. Também, a amizade com o zoólogo britânico E. Ray Lankester que apontou a extinção das espécies e dirigiu forte crítica ecológica ao capitalismo e ao conceito de progresso contribuíram para a análise ecológica de Marx e a sua crítica ao capitalismo.

Dessa vertente, o socialista botânico aluno de Lankester, Arthur George Tansley fundou em 1935 a Sociedade Ecológica Britânica e introduziu o conceito de ecossistema, nos termos que conhecemos hoje (FOSTER, 2012; 2015).

### 3.1.2 Origem do Ecosocialismo

Para Lowy (1997) e Foster (2015), Engels e Luxemburgo apontavam que Marx foi um pensador profundamente ecológico.

Na visão de Foster, alguns críticos foram injustos quando disseram que o marxismo falhou no bloco soviético e que os marxistas estão se tornando “Verdes” porque esta seria a nova rota da salvação do marxismo. No entanto, para Foster isso foi um aprendizado, fez com que os marxistas se voltassem cada vez mais para as questões ecológicas. Dentre os ecosocialistas estão André Gorz, James O’Connor, economista marxista que reformulou o marxismo sociológico no final dos anos de 1980, em suas formulações, por vezes, negava qualquer relação significativa com a ecologia na obra de Marx. No entanto, foi a partir desses debates que a teoria marxista foi desafiada às questões ambientais. “Estes importantes primeiros pensadores ecosocialistas empregaram o novo ecologismo da Teoria Verde para criticar Marx por este supostamente não enfatizar as questões da sustentabilidade” (FOSTER, 2015, p. 86). Isso se dava pela interpretação que os marxistas tinham da teoria de Marx. Entendiam que Marx não tinha uma teoria ecológica porque acreditava na industrialização, e que o problema econômico daria a solução para tudo. E ainda, o marxismo ocidental tinha a ideia de que a dialética somente se aplicava a história humana e social e não podia ser aplicada à natureza. Assim a dialética foi cortada do marxismo ecológico. Na verdade, conforme análise de Foster (2015), a perspectiva ecológica de Marx foi vítima da grande divisão que se criou entre o marxismo ocidental e marxismo soviético. Essa cisma somente foi rompida no final dos anos 90. O surgimento da chamada "crise ecológica global" nas décadas de 1980 e 90, fez com que muitos marxistas começassem a debater de forma sistemática o problema ecológico do capitalismo. “No entanto, enquanto o marxismo na União Soviética continuou a abraçar a ciência natural, sua análise muitas vezes assumiu um caráter dogmático, combinado com um otimismo tecnológico exagerado” (FOSTER, 2015, p. 85).

Nos primeiros dez anos de marxismo ecológico, até o final de 1980, a visão que se tinha era de que Marx não havia contribuído com as questões ecológicas.

Segundo Foster (2012; 2015) e Lowy (2017), a União Soviética liderava os estudos da ecologia no mundo, mas muitos ecologistas foram mortos por serem contrários a acumulação primitiva socialista e como era tratada a questão agrícola, devido às concepções tecnocráticas, burocráticas e não ecológicas de construção do socialismo.

Quanto da abordagem híbrida, os autores mais notáveis do marxismo de século XX como George Lukács, Walter Benjamin, Raymond Williams, Antônio Gramsci e Edgar P. Thompson, e outros tantos, demonstraram o contexto em que a crítica original de Marx tinha sido construída, não em formulações dogmáticas, mas de uma diversidade conflituosa e aberta.

Conforme Lowy (1997, p. 21), “São os marxismos do século XX - partindo de Marx, [...] que nos ajudaram a compreender o imperialismo e o fascismo, o estalinismo e a sociedade do espetáculo, as revoluções sociais nos países periféricos e as novas formas de capitalismo”.

Desta vasta reconstrução teórica, percebem-se que Marx tinha muito a dizer sobre ecologia e trazia os aspectos do materialismo da história como complementar ao materialismo da natureza em outra concepção de matéria, incluindo, a cultura e os costumes.

Em termos de sustentabilidade, na teoria socialista de Marx o equilíbrio do metabolismo humano com a natureza é regido pelo trabalho na terra de forma racional, por produtores associados e em termos sociológicos em controle coletivo. “A definição primária de Marx sobre o socialismo/ comunismo era a de uma sociedade em que “os produtores associados governem o metabolismo humano com a natureza de uma forma racional” (FOSTER, 2012, p. 91).

Para Lowy (2014), o Ecosocialismo é uma alternativa de convergência do marxismo com os movimentos ecológicos e as lutas de classes contra o inimigo comum, o capitalismo global. Na mesma responsabilidade, formam uma estratégia de reorganização do modo de produção e consumo em defesa do equilíbrio ecológico planetário. Significa tomar as rédeas da economia e sobrepôr a ela as questões ecológicas. Ou seja, é o “movimento dos movimentos” à transição socialista.

Para Foster (2015), para além da convergência das lutas marxistas e ecológicas, a grande transição estaria no que ele chama de “proletariado ambiental” que é a união das lutas urbanas e camponesas. “Em um futuro não muito distante, um “proletariado ambiental” - cujos sinais já aparecem - surgirá quase inevitavelmente da combinação de degradação ecológica e dificuldades econômicas, particularmente na base da sociedade” (FOSTER, 2015, p. 93).

Em última instância, a união da concepção materialista da natureza com a concepção materialista da história, para Foster, é a síntese dialética.

Na próxima seção, trataremos da questão da água e a emergência de movimentos sociais em sua defesa contra a mercantilização e o seu uso como um dos eixos centrais do produtivismo capitalista, combinado às atividades econômicas predatórias do meio ambiente.

### 3.2 A QUESTÃO DA ÁGUA E O PRODUTIVISMO

Apresentaremos três problemáticas ligadas a questão da água: 1) O Brasil possui a segunda maior reserva de água doce do mundo. Decorre disso o risco de nossa água potável ser entregue à indústria global da água, seja pelo discurso da escassez, ou, pela contaminação gerada pelo excesso de produção. 2) A lógica da água virtual na produção de commodities agrícolas, alocadas pelo agronegócio; 3) O problema da agricultura irrigada e o aumento na demanda por água para a produção agrícola em larga escala e destinada às exportações.

Entretanto, no presente trabalho não aprofundaremos sobre o cálculo da água virtual, nem abordaremos a pegada hídrica na produção de bens, propusemos apresentar o conceito de água virtual porque é importante para a questão da água e do produtivismo, pois até então, a água alocada para produzir uma commodity não era percebida, apenas visualizávamos o produto em si. O ápice da questão da água é a “crise da água” relacionado com o uso indevido desse bem com fins de acúmulo de capital por parte de corporações privadas, que poderá em breve impedir o acesso indispensável à água, seja pelo rastro de contaminação, ou pelo esgotamento dos reservatórios, tanto superficiais quanto subterrâneos.

#### 3.2.1 Mercado da água

A questão da água vinculada ao nosso trabalho está relacionada ao risco de nossas águas serem entregues à lógica mercadológica dissimulada pela escassez. Na verdade, com a crescente urbanização e a modernização da agricultura o que existe é uma “crise global da água”<sup>23</sup> (BARLOW, 2014). Tal crise existe pela ação egoística e avarenta que contamina e polui os mananciais, resultando perdas na qualidade e na quantidade da água. Os rios sofrem com a poluição chamada assoreamento. Com a destruição das matas ciliares, ocorre a “morte dos rios” impossibilitando o uso original até mesmo para transporte.

---

<sup>23</sup> A crise global da água se tornou um símbolo muito poderoso de crescente desigualdade no mundo. Enquanto os ricos bebem água de alto nível de qualidade sempre que desejam, milhares de pessoas pobres tem acesso apenas à água contaminada de rios e de poços locais" (BARLOW, 2009, p. 15).

Além disso, conforme Barlow (2014, p. 545), “[...] A indústria da água engarrafada aproveita o medo coletivo da água contaminada e nos vende a água das nossas próprias nascentes a preços exorbitantes, criando assim enormes quantidades de lixo plástico”. emitem uma quantidade enorme de gases do efeito estufa na sua produção, e usam quantidades enormes de energia transportando essas garrafas mundo afora.

Frente a crescente mercantilização da água, embora, o direito ambiental brasileiro regido pela Lei 9.433/97 que regula o Art. 21 da Constituição de 1988, estabeleça normas para avaliar as necessidades de uso dos recursos ambientais, sendo um ponto positivo da Lei. No entanto, para Machado (2016, p. 49) “[...] é preciso estabelecer a razoabilidade dessa utilização, devendo-se, quando a utilização não seja razoável ou necessária, negar o uso, mesmo que os bens não sejam atualmente escassos”. A Lei 9.433/97 afirma no Art. 11. “O regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água” (BRASIL, 1997). No Entanto, para Amorim (2015), o regime jurídico de água doce adotado pelo Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) de 2000, instituído pela Lei das Águas, por meio das outorgas abre brechas para que investidores e corporações controlem a água e o saneamento básico fornecidos para a população. Atualmente, a MP 868/2018, altera dentre outros, a redação do art. 8º da Lei nº 9.984, de 2000 para atribuir à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento para que os pedidos de outorga e os atos administrativos sejam publicados no sítio eletrônico da ANA. Ainda, inclui o art. 8º-B que permite o credenciamento e o descredenciamento de técnicos, empresas especializadas, consultores independentes e auditores externos.

A crescente investida neoliberal força os governos a flexibilizar os marcos regulatórios ambientais levando a desregulação das Leis Nacionais. Com as barreiras abertas, as empresas aprenderam a lidar com o poder público fragmentado. Segundo Barlow e Clarke (2003) a transferência do controle e exploração da água é facilitada pelo lobby das multinacionais e da sua influência sobre os políticos.

[...] as corporações têm inventado estratégias e mecanismos mais efetivos para usar sua imensa influência econômica para proteger o poder político e influenciar os governos das nações estado ao redor do mundo. Armadas com seus próprios assessores políticos e empresas de relações jurídicas e públicas, as corporações estão bem equipadas para desenvolver suas próprias políticas e agendas legislativas sobre as principais questões públicas. Fortalecidas por um mecanismo de lobby sofisticado, as principais corporações trabalham juntas com as grandes coalizões empresariais para promover suas próprias leis, políticas e programas. Na verdade, partidos e campanhas frequentemente servem como uma “apólice de seguro” para garantir que

suas agendas políticas serão implementadas pelo governo quando este for eleito (BARLOW; CLARKE, 2003, p. 118-119).

O maior problema que decorre da desregulamentação de leis nacionais e de concessões em larga escala é a apropriação dos recursos naturais, dentre eles a água, baseado na ganância do lucro. Pratica-se com isso o que Shiva (2006), considera “terrorismo ecológico” em que a privação da água é um ato de violência:

[...] negar aos pobres o acesso à água ao privatizar a distribuição do líquido ou ao contaminar mananciais e rios também é terrorismo. No contexto ecológico das guerras da água, terrorista não é só aquele que se esconde nas cavernas do Afeganistão. Alguns se ocultam em salas de conjuntos corporativos e atrás das regras do livre comércio da OMC, o Tratado do Livre Comércio da América do Norte (TLCAN) y da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Se ocultam atrás das condições privatizadoras do FMI e do Banco Mundial. Ao se negar em firmar o protocolo do Kioto, o presidente Bush, está cometendo um ato de terrorismo ecológico contra inúmeras comunidades que poderiam ser extintas da Terra devido ao aquecimento global (SHIVA, 2006, p. 14).

Para Shiva (2006), a escassez de água potável gera conflitos de ordem local, nacional e internacional. A autora classifica dois tipos de guerras decorrentes de interesses do Estado e das Corporações, exploradoras dos recursos naturais: 1) as guerras paradigmáticas que são os conflitos de como percebemos e experimentamos a água; 2) as guerras tradicionais em que o enfrentamento é feito por armas (SHIVA, 2006, p. 9-10). Em relação a primeira, o choque se dá entre a cultura que considera a água sagrada e o seu fornecimento um dever para a preservação da vida e oferecida de graça, que “compartilham a ética universal da água como uma necessidade ecológica e que estão em luta com a cultura corporativa da privatização, da ganância” (SHIVA, 2006, p.10). Na corrida pelo lucro, a água é percebida como mercadoria e desse modo distribuída engarrafada, com rótulo e marca, sob a posse e domínio de alguns grupos corporativos. As guerras paradigmáticas tradicionais, são as guerras reais que já acontecem ao redor do mundo e que muitas vezes, conforme alerta Shiva (2006, p. 10), “aqueles que controlam o poder preferem mascarar as guerras por água como conflitos étnicos e religiosos”. A crescente transformação da água em mercadoria, tornando cada vez mais inacessível para os pobres. Maude Barlow (2014), também alerta para o fato de que muitos países criaram mercados e bolsas de água por meio de licenças e outorgas estatais tomando a mesma como propriedade privada. Os empresários compram e vendem água no mercado aberto pela maior oferta. “Os investidores estrangeiros e os fundos especulativos compram terras e água em países pobres, onde eles controlam e exportam o que é produzido” (BARLOW, 2014, p. 565).

Thomaz Jr. (2012) compartilha da mesma visão em relação ao Brasil, afirmando que:

Recentemente os interesses do capital revelam que o processo de mercantilização da água também segue ritmo frenético de investimentos, ou se ampliam para a produção de energia elétrica, e na apropriação de fontes para o futuro envase e comercialização para o consumo humano, processo que está sendo monopolizado por quatro grandes grupos empresariais: Pepsi, Nestlé, Coca-Cola e Danone. Todavia, com a consolidação igualmente, no setor de tratamento e fornecimento de água potável e saneamento básico, empresas que são atraídas pelos negócios milionários (THOMAZ JR, 2012, p. 12).

Vandana Shiva (2003) denuncia esses grupos especulativos e o Estado por promoverem uma forma de “roubo” da natureza, um assalto a biodiversidade. “Ameaçam criar uma nova era de bioimperialismo, baseado no empobrecimento biológico de Terceiro Mundo e da biosfera” (SHIVA, 2003, p. 104). Até pouco tempo atrás certos aspectos da vida e da natureza não eram vendidos ou comprados em mercados, ar, água, sementes pertenciam ao “suprimento comum”.

Confirma-se ao que afirmava Rosa Luxemburgo (1970), o capitalismo imperialista se expande via Estado e se apropria dos aspectos da economia natural: camponeses, indígenas, posse coletiva de terra, espaços não-capitalistas capturando elementos da natureza considerados de direito comum, fora das economias de mercado e coloca em circulação como mercadoria privada.

Para Vandana Shiva (2003), essa expropriação dos aspectos da vida e da natureza é uma forma de novo imperialismo que quer dominar todos os aspectos existentes. O bioimperialismo conforme Shiva, saqueia a biodiversidade: ar, água, sementes, códigos genéticos, saúde, educação, cultura dos países de terceiro mundo para implantar as monoculturas patenteadas, provocando a erosão genética e o empobrecimento na pretensão de ter o controle e o domínio global.

A Lei 9.433 que rege os recursos hídricos no Brasil foi concluída em 1997, em seu texto incorpora o discurso da mercantilização da água. Em seus fundamentos, trazem o pressuposto de “valor econômico” da água, bem como o da “escassez”. Assim, prepara o caminho para a entrada de investidores transnacionais. Este setor tomou consciência do “valor da água” e se articula como gerenciadores da escassez, preparando-se para o domínio das reservas de água.

### **3.2.2 Água virtual**

Outra lógica voltada para mercantilização das águas brasileiras é a de transformar a água uma commodity, ou exportando-a como “água virtual”. “Assim, quando se exporta soja, milho,

alumínio, papel e celulose, além do trabalho embutido no produto, há muita água sob a forma de grão, de lingote ou de pasta” (PORTO GONÇALVES, 2008, p, 3).

Segundo o Instituto Humanitas Unisinos (2010) “O Brasil é o maior exportador de água virtual do mundo”. Sendo uma parte indissociável da produção de commodities, a água virtual, conceito cunhado em 1998 por John Anthony Allan, é uma realidade e aparece no comércio internacional que explora e gerencia a abundância ou a escassez de recursos hídricos decidindo e impondo sobre o que o quê e onde produzir.

Discute-se atualmente o reconhecimento da quantidade de água que é utilizada para o comércio de commodities agrícolas. Allan analisou o comércio dos produtos agrícolas entre 1997 a 2001 e identificou que existia fluxos de água virtual das Américas em direção à Ásia e à Europa nos alimentos ou em produtos importados por esses países que enfrentam escassez de água.

Segundo Empinotti (2013, p. 27) o objetivo do conceito de água virtual desenvolvido por Allan, teve o propósito de “desafiar a teoria que associa o estresse hídrico às guerras, mostrando a existência de outros mecanismos que regulam a oferta de água em um país, como, por exemplo, a importação de produtos agrícolas”. O conceito se torna significativo para a questão da água, porque a água virtual ajuda a entender os fluxos que estavam invisíveis nesse processo, em que se vê o produto, mas não o bônus que os países importadores recebem sem ser levado em conta. Exemplo disso temos no agrohidronegócio do Oeste de Santa Catarina o aumento na produção de commodities agroindustriais de aves e suínos, sem o aumento no preço. Ou seja, eleva-se a quantidade exportada para compensar o baixo preço recebido pelo produto.

A percepção sobre a água virtual, está se tornando bastante significativa, principalmente para a segurança alimentar, já que se têm altos índices da utilização da mesma para produzir alimentos, isso em especial no Brasil, maior fornecedor de diversos produtos aos países que possuem escassez hídrica, os quais não conseguem produzir com a quantidade de água que possuem sem a população ser prejudicada, e ainda, muitas vezes, não possuem volumes suficientes para o processamento dos produtos finais, precisando exportar água a granel. Um dos motivos é a escassez provocada pela poluição.

Conforme Amorim (2015), assim como a água engarrafada e a água virtual que circulam pelo planeta, o mercado da água a granel ocorre em paralelo.

Não se tratando apenas de comercialização, importação e exportação de água engarrafada, obtida através de concessões de lavra, que agregam valor a partir de determinado processo mecanizado de envasamento ou purificação, mas sim, de água a granel, estocada em tanques de navios ou em enormes recipientes plásticos. Esse mercado da água engloba serviços de captação, tratamento, distribuição e

envasamento da água e a sua comercialização *in natura*, bem como as estruturas instaladas para distribuição, captação e tratamento, chegando a um valor estimado de aproximadamente US\$ 400 bilhões anuais (AMORIM, 2015, p. 201-202).

A água *in natura* retirada das fontes para a exportação parece ser um dos problemas que mais contribuem diretamente para a falta de água no futuro de quem exporta, pois, a mesma não retorna ao solo de origem. Diferentemente do problema da água virtual e da agricultura de irrigação, que retornam para o ecossistema, porém contaminadas por agrotóxicos e fertilizantes.

### 3.2.3 Agricultura irrigada

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), 70% de toda a água consumida no mundo é utilizada na irrigação das lavouras, número que se eleva em torno de 73% no caso do Brasil.

Esses dados interpretam o país como um grande exportador de água, já que 95% das exportações brasileiras são sobre atividade econômicas que dependem da água.

Depois do setor agrícola vem a indústria que é responsável por 22% do consumo de água, seguida pelo uso doméstico por cerca de 8% de toda a utilização dos recursos hídricos.

Com o crescimento da irrigação como sendo uma estratégia para se conseguir o aumento da oferta de produtos agrícolas, sendo que entre 1960 e 2015, segundo a ANA (Agência Nacional das Águas), a área irrigada no Brasil aumentou de 462 mil hectares para 6,95 milhões de hectares (Mha). “Estima-se a incorporação de 3,14 milhões de hectares irrigados – média de pouco mais de 200 mil hectares ao ano –, aproximando o País da área total de 10,09 milhões de hectares irrigados em 2030” (ANA, 2017, p. 41). Conforme a Agência, considerando um horizonte até 2030, esse incremento corresponde a uma expansão de 45% sobre a área atual.

Mesmo que aplicando a quantidade que seja adequada para cada tipo de produto, com o aumento da produção e também da exportação de produtos agrícolas, se tem a consolidação do Brasil na economia internacional, porém é escondida uma grande realidade do país, pois o mesmo se torna um grande exportador de água.

Sabe-se que o Brasil possui uma das maiores reservas de água doce do mundo e existe a possibilidade dessa abundância ser causa de negociação e conflitos.

### 3.2.4 Biodemocracia e água para todos

Segundo Barlow (2015), em oposição ao comércio da água surge em diversos países a resistência ao controle corporativo da água, dando origem a um movimento em prol da justiça na questão da água e ao acesso da água limpa pelos pobres, principalmente. Para muitas comunidades, a luta pelo direito às fontes locais de água se tornou um marco importante com o surgimento dos movimentos denominados de “movimento global pela justiça na questão da água”<sup>24</sup>. Barlow relata ainda que muitos desses movimentos passaram por vários anos de abuso, pobreza e fome, quando seus governos foram forçados a abandonar programas públicos locais para obedecer às políticas de ajuste estrutural do Banco Mundial.

Diante da “crise global da água” e a apropriação desse bem como mercadoria, conclui Shiva que a ganância de corporações só pode ser vencida por movimentos de “democracia por água” (SHIVA, 2006, p.150).

Para Shiva (2003, p. 163), é importante que os direitos dos camponeses sejam reconhecidos e tratados como sistemas de saber futurista e não como primitivos “O reconhecimento dos direitos da comunidade à biodiversidade e as contribuições dos agricultores e membros de tribos para a proteção da diversidade também precisam ser admitidos”.

Em consonância, Maude Barlow (2009), propõe quatro princípios relacionados à defesa da água que segundo sua posição, sustentam a resistência ao mercado da água. O primeiro, assegura que a água é um direito humano. Negar acesso à água potável às pessoas significa violar um direito humano básico. Enquanto corporações possuem pleno acesso as fontes e lençõs freáticos para retirar água de qualidade, milhões de pessoas, geralmente pobres, não têm acesso a água limpa e saneamento básico. O segundo princípio, reconhece que a água é um patrimônio comum da humanidade e, por conta disso, precisa ser preservada em Lei para que as futuras gerações possam ter acesso seguro. A água como bem comum, impede a sua compra e venda como mercadoria qualquer. O terceiro princípio é percebido como que a água também

---

<sup>24</sup> Movimento que faz parte de diversas comunidades onde as pessoas estão lutando para proteger seus suprimentos locais de água da poluição, da contaminação e da destruição por causa de represas e extração dos recursos hídricos, de seus próprios governantes ou de corporações privadas da água, apoiadas pelo Banco Mundial. Dentre os movimentos temos a “Guerra del Agua” ocorrido entre 1998 e 2000, em Cochabamba, na Bolívia. O sistema público de abastecimento de água dessa cidade foi privatizado e entregue à empresa Betchel, sob supervisão do Banco Mundial. Houve a cobrança de preços abusivos pela água abastecida e nem mesmo a água da chuva sem o pagamento poderia ser coletada pela população. Tal situação desencadeou protestos populares, os quais foram reprimidos pelo governo com muita violência. Após muitos conflitos e mortes o governo boliviano cancelou o contrato com a Betchel. O gerenciamento passou a contar com a participação popular. “A revolta boliviana pela água teve um impacto enorme na luta mundial pelo direito à água” (BARLOW, 2009, p.111).

tem direitos. Sob esse fundamento, surge uma nova ética que coloca a água em uma posição de centralidade. Assegura-se a proteção das fontes e bacias hidrográficas. São recursos que se destinam a saúde e a dignidade das pessoas e não para o lucro. As necessidades dos ciclos ecológicos é um elemento essencial de um imenso ecossistema vivo do qual toda vida da natureza depende. Por fim, a água pode nos ensinar a viver juntos. Em meio às disputas e conflitos pela água, surge resistências que podem aproximar as pessoas e comunidades na busca compartilhada de saberes e soluções.

A condição de sobrevivência dependerá de como tratamos os recursos naturais e de como agimos coletivamente para a garantir a disponibilidade dos bens comuns e dos recursos hídricos.

Segundo Francisco (2015, p. 26) “[...] Na realidade, o acesso à água potável e segura é um direito humano essencial, fundamental e universal, porque determina a sobrevivência das pessoas e, portanto, é condição para o exercício dos outros direitos humanos”. Ainda, para Francisco (2015) há uma grave “dívida ecológica” para com os pobres, pois negar o acesso a água potável, “é negar-lhes o direito à vida radicado na sua dignidade” (FRANCISCO, 2015, p. 26). Alerta Francisco (2015) que a escassez hídrica provoca o aumento do custo dos alimentos e de diversos produtos que dependem do uso da água.

Cabe ressaltar que a valoração dos recursos naturais, sobretudo da água inscreve-se na luta de classes camponesa uma vez que na atualidade surge a configuração de “latifúndio moderno”, como vimos anteriormente sobre os grupos transnacionais bioimperialistas.

Conforme Thomaz Jr. (2012):

[...] com a participação crescente de grupos estrangeiros- expressam não somente uma nova geografia do espaço agrário, no Brasil, mas consolidam o poder de classe do capital sobre as melhores terras agricultáveis do país e da maior incidência de disponibilização de água de subsolo da América Latina. O capital nada mais tem à disposição do que o Aquífero Guarani, o que lhe assegura o controle territorial das melhores terras e de mananciais de águas de subsolos para a irrigação, nada comparável em nenhuma outra parte do planeta, para destinação e uso comercial (THOMAZ JR, 2012.p.10).

A centralidade da água enquanto meio de reprodução do capital, que impõe diferentes formas de exploração desse recurso natural, tem avançado nos últimos anos aumentando conflitos no campo, seja pela posse da terra, seja pelo direito de uso da água potável enquanto bem universal e indispensável à vida.

Na próxima seção, abordaremos brevemente a possibilidade de uma outra economia, aproximando-se do movimento ecossocialista, uma vez que o movimento dos trabalhadores

coletivos em uma espécie de economia solidária, abrange a maioria dos aspectos voltados para a ecologia que apresentamos neste trabalho.

A Cooperdágua adota os princípios da Economia Solidária, aspecto que diferencia das demais cooperativas de produção. Trata-se de uma característica específica fundamental de organização associativa de trabalhadores do campo.

O eixo central da Cooperdágua é a distribuição da água potável, sendo, portanto, base necessária para as atividades dos pequenos produtores. Além disso, os cooperados assumem a gestão da água dos mananciais e fontes, onde se atentam para outros fatores ligados à escassez como replantio da mata ciliar, cuidado de fontes e afluentes do rio onde retiram a água para tratamento e distribuição. Reintroduzem práticas de produção de alimentos sem agrotóxicos.

Esclarecemos que, de modo geral, a economia solidária tem a autogestão como uma das características definidoras. Entretanto, sendo o objeto de estudo uma cooperativa da agricultura familiar, entendemos que a autogestão não se aplica, pois, como trazemos presente neste trabalho, a classe camponesa já é em si um modo de produção, a ênfase está na orientação da cooperativa nos princípios da economia solidária e na produção agroecológica.

### 3.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA

Apresentamos nesta seção um resumo do conceito e das características da Economia Solidária vista como a “[...] outra economia, aquela que se apresenta como alternativa material e humana superior à economia capitalista” (CATTANI et al, 2009, p. 7). Destacamos também, algumas de suas críticas em relação ao caráter alternativo ao capitalismo. Entendemos que a economia solidária, enquanto construção teórica e prática não passa livre de críticas, mas também entendemos ser desafiadora no campo das resistências.

Assim, o seu surgimento na agricultura familiar como forma de resistência ao avanço do capitalismo no campo, encontra-se na agricultura agroecológica potencialidades e desafios frente à extração dos recursos naturais pela agricultura convencional, objetivando melhorar a qualidade de vida das familiares que produzem e das que consomem alimentos.

É amplo o conceito de economia solidária utilizados em vários continentes, porém todos são voltados para a solidariedade, contrastando com o individualismo utilitarista, o qual é caracterizado pelo comportamento econômico que predomina na sociedade de mercado. A primeira vez que se utilizou do termo de economia solidária foi em meados do ano de 1990,

quando, tanto produtores quanto consumidores realizaram várias atividades econômicas, estas foram organizadas segundo os princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática.

A economia solidária, ou como preferem chamar os seus adeptos, a “outra economia”, não raras vezes se depara com uma polêmica literatura científica que enfatiza expressões como economia informal, economia popular ou social, projeto social, ou até confundindo com o terceiro setor.

Coexistem, portanto, no campo teórico, diferentes concepções sobre o que é economia solidária. Cruz (2007) afirma que economia solidária é uma expressão conceitual em disputa. “Aqueles que defendem a utilização da expressão não coincidem no seu sentido, e aqueles que a criticam, obviamente, não coincidem também em suas críticas” (CRUZ, 2006, p. 37).

No entanto, cada vez mais pesquisas sobre a Economia Solidária têm alcançado destaque e importância. Ainda que, as diferentes terminologias sobre economia solidária apresentam divergências, diferentes definições e perspectivas têm sido considerado positivo, pois segundo Singer (2002) a Economia Solidária encontra-se no campo da construção de uma nova sociedade.

No entendimento de Singer (2002, p. 10):

A Economia Solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda (SINGER, 2002, p. 10).

Assim, a economia solidária pode ser definida como “uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica atual em torno das chamadas novas formas de solidariedade” (FRANÇA FILHO, 2003, p. 13).

Conforme Singer (2000, p. 13), a “economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho”. Com um caráter polivalente, a economia solidária foi denominada por vários outros nomes, como Economia popular, Redes de Colaboração Solidária, Economia Popular de Solidariedade, Outra Economia, Economia do Trabalho, dentre outros.

Segundo Ivan Penteado Dourado (2010, p. 44), “o conceito de Economia Solidária foi utilizado por Paul Singer pela primeira vez em 1996”. Antes de 1996 conforme informa Dourado, esses empreendimentos eram considerados pertencentes à economia informal.

Para Singer e Souza (2003), a economia solidária volta a ser importante no Brasil após a crise que aconteceu nas décadas de 80 e 90, onde houve uma desindustrialização, e que se perdeu muitos postos de trabalho, existindo assim uma grande onda de desemprego e aumento da exclusão social. Nessa época, a Cáritas Brasil, ligada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) financiou vários Projetos Alternativos Comunitários, os quais possuíam o objetivo de geração de trabalho e renda para os mais pobres em várias regiões do país (SOUZA, 2012). A maioria desses projetos viraram empreendimentos solidários, onde se vendiam seus produtos em mercados. Alguns desses empreendimentos ainda dependem do suporte da Cáritas, assim como de sindicatos e universidades.

A economia solidária se manifesta em várias formas, como coletivos de geração de renda, cantinas populares, cooperativas de produção e comercialização, empresas de trabalhadores, redes e clubes de troca, sistema de comércio justo e de finanças, grupos de produção agroecológica, associação de mulheres, dentre outros. Sendo que as referidas atividades, possuem em comum a soberania da solidariedade sobre o interesse individual e até mesmo sobre o ganho financeiro.

Promove-se, entre os membros das referidas iniciativas, a solidariedade, pois são estabelecidos entre eles um vínculo social que é recíproco e possui como fundamentação as relações de cooperação. Sendo a solidariedade estendida a todos os outros setores sociais, os quais possuem uma maior necessidade, principalmente a criação de renda para os desempregados e a mobilização dos camponeses no controle da preservação ecológica.

De acordo com França Filho e Laville (2004), esse elo de solidariedade não é componente exclusivo de cooperativas. “A Economia Solidária brasileira não se resume, segundo nossa leitura, a algumas formas de cooperativismo. Ela absorve certo número de iniciativas sob a forma associativa, assim como alguns casos de ONGs e fundações” (FRANÇA-FILHO; LAVILLE, 2004, p. 149).

Para Gaiger (2004), a economia com base solidária, “[...] representa outra economia, antagônica ao caráter e ao lugar histórico subalternos que ambas [economia capitalista e economia popular], por razões diversas, reservem a quem vive do trabalho” (GAIGER, 2004, p. 375, *grifo do autor*).

Os anos 80 e 90 no Brasil foi uma época em que o desemprego provocou degradação na economia, mas também configurou importantes alternativas de renda.

Conforme a Carta de Princípios da Economia Solidária, cuja redação foi dada em 2010 a Economia Solidária “são práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade

econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.” (CARTA DE PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2010, p. 1). A Carta esclarece que: “A Economia solidária não se confunde com o chamado Terceiro Setor que substitui o Estado nas suas obrigações sociais e inibe a emancipação dos trabalhadores, [...]. A Economia Solidária afirma, a emergência de **novo ator social de trabalhadores como sujeito histórico**” (CARTA DE PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2010, p. 4, *grifo nosso*).

Para Paul Singer e Souza (2000) as organizações solidárias não só responderiam às demandas do trabalho, mas elas podem dentro dos objetivos da economia socialista se tornar uma alternativa superior ao capitalismo.

Para França Filho e Lavelle (2004, p. 21) “A economia solidária deve ser compreendida na sua singularidade enquanto fenômeno, no lugar de ser objeto de explicações. [...], e apreender a dinâmica dessas experiências a partir de suas lógicas específicas de interação”.

A Cartilha “Saiba mais sobre Economia Solidária” de 2006, que foi feita pelo Centro de Educação Popular do Rio Grande do Sul, aponta que muita gente vive de economia solidária e nem tem consciência disso. São pessoas que trabalham em conjunto, que pensam e constroem para um bem comum.

### 3.3.1 Antecedentes

Segundo Paul Singer (2002), as raízes da Economia Solidária estão no socialismo utópico de Saint Simon, assim chamado por Marx, e nas iniciativas de Robert Owen, Charles de Fourier e do anarquista Pierre Joseph Proudhon considerados fundadores do cooperativismo. Embora, para Singer (2002, p. 13), esses precursores deram importante contribuição, a Economia Solidária é uma “criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo”. As matrizes teóricas originam tanto do socialismo utópico já citado, das teorias revolucionárias anarquistas de Proudhon, que foram difundidas por Mikhail Bakunin e Petr Kropotkin, quanto da teoria marxista que foi posta em prática por Lenin no que se denominou União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Robert Owen fundou diversas cooperativas que deram origem ao movimento owenista, amplamente difundido pela Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale<sup>25</sup>, reconhecida

---

<sup>25</sup> Criada em 1844 por 27 operários e 1 mulher operária, em sua maioria tecelões, no bairro de Rochdale Manchester, na Inglaterra. É reconhecida pela Associação Cooperativa Internacional (ACI) como a primeira cooperativa moderna. A “Sociedade dos Probos de Rochdale” criou uma série de princípios que foram mantidos pela ACI como princípios universais de conduta que são considerados, até hoje, a base do cooperativismo (SINGER, 2002).

como a primeira experiência cooperativista moderna. Proudhon elaborou teoricamente a organização de um sistema de sociedade autogestionária. Fourier para resolver o problema do emergente capitalismo de produção e distribuição idealizou unidades de produção denominadas “falanstérios” em contraste à industrialização e urbanização de seu tempo.

Segundo Singer (2002), embora esses socialistas não levassem em consideração a luta política, nem a participação da classe proletária em evidência:

Seria justo chamar esta fase inicial de sua história de “cooperativismo revolucionário”, o qual jamais se repetiu de forma tão nítida. Ela tornou evidente a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo. A figura que sintetizou pensamento e ação nesta fase foi sem dúvida Owen, exemplo acabado de pensador e homem de ação e que inspirara os seus sucessores. Engels colaborou na imprensa owenista e tanto ele quanto Marx deveram muito a Owen, dívida, aliás nunca contestada (SINGER, 2002, p. 35)

Singer procura resgatar o debate entre Marx e os “Socialistas Utópicos”, travado no século XIX, para mostrar que o conceito de Economia Solidária na atualidade não apresenta uma nova concepção; por exemplo, Owen viabilizou a autogestão e esse é um dos elementos que os defensores da economia solidária se apropriam para validar na contemporaneidade a Economia Solidária.

Na mesma perspectiva, para Cattani et al (2009), a economia solidária acontece desde o começo do século XIX, com o objetivo de cumprir um grande papel na experiência do ser humano, mantendo em vigência os princípios de produção de bens, de organização do trabalho e de circulação da riqueza.

A economia social na Europa refletia a importância que era atribuída a prioridade dos indivíduos e da coletividade, com o objetivo de acumulação econômica advinda da constituição dos direitos dos cidadãos e da prevalência da democracia.

Os antecedentes da época são vários, porém tem-se destacado o cooperativismo operário, o qual possui formação nas lutas conta a Revolução Industrial. Robert Owen, um dos precursores, foi o que iniciou o movimento socialista e testava suas proposições na prática social e econômica.

Outro antecedente da economia solidária foram as cooperativas de consumo, possuindo como exemplo a Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, no ano de 1844. O cooperativismo se tornara um enorme movimento social e juntamente com as cooperativas de consumo e de produção, formaram as cooperativas de crédito na Alemanha, sob os princípios de Rochdale. Surgindo novas modalidades de crédito na Itália, criadas por Luzzatti e em Québec, criada por Desjardins.

Na Europa, no século XIX, as primeiras ações sofreram grande repressão e por isso desenvolveram-se mais devagar. Já no século XX, o cooperativismo de produção e consumo foi praticamente integrado à economia de mercado e foi alterada para uma modalidade de empresa participativa. Portanto, ocorreu um longo intervalo para que a economia solidária viesse a renascer nos anos 80 e no final do século XX como resposta à crise do emprego e de propostas socialistas (SINGER, 2002).

No entendimento de Singer (2003), a economia solidária atualiza a experiência do movimento cooperativista de 1884 e reconhece as iniciativas dos pioneiros de Rochdale. No entanto, defende Singer (2002), “[...] como resultado ressurgiu com força cada vez maior a economia solidária. Na realidade, ela foi reinventada. Há indícios da criação em número cada vez maior de novas cooperativas e formas análogas de produção associada em muitos países” (SINGER, 2002, p. 110-111).

Na visão de Laville e Gaiger (2009), cada região possui condições particulares para o surgimento da economia solidária. Nos países periféricos, as práticas econômicas que eram feitas através da reciprocidade sempre subsistiram, onde a produção material era subordinada a necessidade coletiva. Portanto, a partir da economia popular, conseguiram experiências genuínas na América Latina, estas passam a ser “alternativa para os trabalhadores rurais, urbanos, indígenas e os imigrantes”, os quais sempre valorizavam as práticas onde se tem ajuda mútua e onde os sentimentos comunitários prevalecem (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 163).

Existe, entretanto, divergência em relação às raízes históricas da economia solidária que influenciaram sua criação na contemporaneidade. Enquanto que para Singer (2002) teve suas inspirações nos socialistas libertários e no movimento cooperativista do século XIX e para França Filho e Laville (2004) surge na Europa com os movimentos associativistas. Alguns autores de perspectiva marxista como Henrique Wellen (2008) e Maria Thereza Menezes (2007), buscam problematizar às visões apresentadas, e contestam que a economia solidária tenha origem no século XIX, e nem nos anos 70 e 80, mas sim nos anos 90 com o governo de Fernando Henrique Cardoso, contra a pretensão neoliberal de desregulamentação do trabalho formal. Para Menezes (2007), citando Marx como referência, a economia solidária concebida pelos seus teóricos como uma “alternativa não capitalista”, não foi isenta das determinações de produção do sistema capitalista e acabou se revelando na atualidade uma reprodução do capitalismo, favorecendo a desregulamentação, a terceirização e a exploração do trabalho. “Partindo dessas evidências, a “economia solidária”, mesmo com sua tenra idade, anuncia que, dificilmente, atingirá o objetivo para o qual foi concebida” (MENEZES, 2007, p. 6).

Para Wellen (2008), o problema decorre das ideias presentes nas propostas da economia solidária, que propõem prescindir das determinações da totalidade social, se torna uma “supervalorização do singular a tal ponto de este tornar-se ilusoriamente independente do contexto social que lhe fornece sentido. [...] se mostra, portanto, não com uma função social revolucionária, mas representa um retrocesso ideológico” (WELLEN, 2008, p. 113). Isso se deve na visão de Wellen, como consequência da percepção de “interstícios” deixados pelo capitalismo para introduzir os valores da economia solidária. Ou seja, brechas que podem ser aproveitadas para desenvolver a “economia socialista”. Singer e Machado (2000, p. 44), justificam que a importância dessas experiências é o “aprendizado que proporcionam a segmentos da classe trabalhadora de como assumir coletivamente a gestão de empreendimentos produtivos e operá-los segundo princípios democráticos e igualitários”. Singer e Machado (2000), recordam o exemplo da “Revolução de Outubro” na Rússia que se tornou dramática devido à falta de conhecimentos gerenciais e políticos da classe trabalhadora, que segundo os autores pode se tornar um obstáculo ao avanço da economia socialista, até mesmo quando as condições se tornam favoráveis a ela.

Para Wellen (2008), os setores produtivos que de alguma forma estão inseridos nas relações capitalistas, são aprisionados pelos interesses do capital. Referindo-se aos espaços deixados pelo capitalismo, “[...] O monopólio, uma vez que foi constituído e controla milhares de milhões, penetra de maneira absolutamente inevitável em ‘todos’ os aspectos da vida social, independentemente do regime político e de qualquer outra ‘particularidade’” (LÊNIN, 1986, p. 618 apud WELLEN, 2008, p. 108).

A referida autora, percebe que há um slogan, um fetiche do valor de troca como solidariedade, que pode ter sido capturado pelo sistema capitalista “[...] diferencial competitivo a serviço dessas organizações, [...] A solidariedade passa a ser, nesse sentido, uma mercadoria tal como qualquer outra, usada para agregar valor econômico à empresa” (WELLEN, 2008, p. 106; 116). Neste sentido, o roteiro econômico de superação do sistema capitalista como uma conquista gradativa com início na produção, distribuição e culminando na cooperação é avaliado pelas teorias críticas como uma atuação com pouca margem de manobra.

Segundo Wellen (2008, p. 109), diferentemente das organizações propostas pelos socialistas utópicos que possuíam maior campo de sobrevivência, “as experiências de ‘economia solidária’ atuais se defrontam com um quadro muito mais restritivo, consubstanciado pelo crescimento e dominação do capital”.

Singer (2002) alerta que tomar a organização dos tecelões de Rochdale como matriz do cooperativismo não significa instituir uma única reação à realidade. Podemos perceber que ao

longo da história e na história contemporânea existem diferentes reações e propostas cooperativistas. Por conseguinte, a fronteira do cooperativismo e do cooperativismo solidário, muitas vezes, não fica evidente. De um lado, apresentam-se como superação da ordem capitalista vigente, e de outro são propostas que dão suporte ao mesmo, sem propor a sua eliminação.

Alertam Singer e Machado (2000, p. 41), “A dominação e a exploração de camponeses por “suas” cooperativas passaram a ser bastante comuns, evidenciando tendências degenerativas no cooperativismo”. A razão disso está na natureza jurídica de uma cooperativa que traz consigo a característica de ser uma associação de pessoas e ao mesmo tempo, uma empresa (CRÚZIO, 2015). Contudo, segundo Singer e Souza (2000), é a autogestão que caracteriza e dá forma às cooperativas de caráter solidário.

Existem outros modelos de Economia Solidária, como, por exemplo, a autogestão de empresa falidas, recuperadas pelos trabalhadores para serem restabelecidas como cooperativas. Sendo que no ano de 1994 aconteceu o primeiro encontro dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão, onde foi criada a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária, tendo como objetivo contribuir para a luta dos trabalhadores na preservação e também na continuidade da Economia Solidária no Brasil.

### **3.3.2 Cooperativismo e economia solidária: diferenças e similaridades**

Introduzimos esta subseção para falarmos brevemente sobre a tipologia da economia solidária. Como vimos na subseção anterior a economia solidária se manifesta em diferentes formas teóricas e práticas. No Brasil, ainda se discute o marco legal para regulamentar o empreendimento econômico solidário como ente jurídico, a única forma de organização de caráter econômico formal é a cooperativa.

Por ser nosso objeto de estudo uma cooperativa, trataremos resumidamente alguns aspectos sobre o cooperativismo, uma vez que esse tipo de associação, pelo fato já apontado, é a que mais se apresenta a economia solidária. O cooperativismo compõe um campo de estudo interessante para conhecermos diferentes práticas de condução da economia de forma solidária e conectada com os interesses dos sujeitos e comunidades. Basicamente, o cooperativismo se resume na colaboração e a associação de pessoas com os mesmos interesses, a fim de obter vantagens comuns em suas atividades econômicas.

Conforme Schmidt e Perius (2003, p. 6), “cooperativa é uma associação autônoma de pessoas, que se unem voluntariamente, e constituem uma empresa, de propriedade comum, para satisfazer aspirações econômicas, sociais e culturais”.

Crúzio (2015) entende por cooperativa a união de pessoas, seja por necessidades individuais de trabalho, por comercialização de produtos ou de prestação de em grupo, desde que, cujos interesses sociais, políticos e econômicos, fundem-se nos objetivos coletivos da associação.

A principal diferença entre uma cooperativa e uma empresa comum é a forma de decidir sobre os fins da organização. Na empresa, quanto mais capital individual é investido, mas influência pessoal se tem sobre o que, como e quando produzir. Já na cooperativa, decide-se com base no princípio um membro, um voto, ou melhor, em Assembleia Geral dos Sócios, todos tendo o mesmo poder, independentemente dos investimentos de cada um (CRÚZIO, 2015, p.7).

Portanto, o elemento central que institui o cooperativismo é a organização sistêmica de pessoas em associações cooperativas com o objetivo mútuo de agregar qualidade de vida para a coletividade.

O cooperativismo começou a ser visto pelo agricultor como a melhor forma de comercializar os produtos, de negociar, e de receber orientações, entre outros. Aos poucos o cooperativismo foi ganhando a confiança dos agricultores que passaram a associarem em busca de vantagens para seu plantio e produção bem como um melhor retorno de incentivos.

Conforme a Lei das Cooperativas, Lei nº 5.764, de 1971, essa relação é reconhecida como “Atos Cooperativos” que se estabelecem entre os associados e a cooperativa, com o duplo objetivo que conjuga o resultado financeiro e a qualidade de vida das pessoas e comunidades, primordialmente.

Um ato cooperativo é individualizado e coletivo ao mesmo tempo. Isso implica em ações participativas e que se coloque em movimento um conjunto de valores e princípios. O que acontece nas cooperativas é que os associados são proprietários dos meios de produção e também se beneficiam dos ganhos que são gerados pelo processo que eles mesmos organizam. Já, em uma associação, os associados não necessariamente são os proprietários do patrimônio, possuindo um custo menor de registro.

De acordo com Chaniel e Laville (2009), o caráter associativo que diferencia a economia solidária de uma cooperativa convencional tem base no princípio da solidariedade.

[...] a associação é uma tradução em atos do princípio de solidariedade que se expressa pela referência a um bem comum, valorizando pertencas herdadas, no caso da solidariedade tradicional, ou pertencas construídas, no caso da solidariedade moderna

filantrópica ou democrática. a criação associativa é impulsionada pelo sentimento de que a defesa de um bem comum supõe a ação coletiva (CHANIAL; LAVILLE, 2009 p, 21).

De acordo com Singer (2003), a economia solidária como organização de produtores, consumidores e ou de trabalhadores, distingue-se das demais organizações capitalistas quando estimula a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão, e pratica a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos. A socialização e não a divisão do trabalhador e os meios de produção norteia a prática da autogestão (SINGER, 2002). A autogestão é a diferença básica entre a economia solidária e uma empresa, ou cooperativa capitalista.

Conforme apresenta Azambuja (2009):

As principais características da autogestão são a posse coletiva dos meios de onde as pessoas passam a fazer a atividade de produção, poupança, serviços, dentre outros; divisão dos rendimentos e também das despesas da empresa de uma forma igual para todos ou também pode ser feita obedecendo os critérios do acordo coletivo; a gestão é democrática e igual para todos da empresa, sendo o órgão máximo para tomar decisão a assembleia geral; e também existe a recusa do salário permanente (AZAMBUJA, 2009, p. 66).

A autogestão, portanto, não seria somente uma modalidade técnica de organização e gestão, mas a soma das práticas dos saberes que recebem a orientação de princípios e valores tendo como objetivo o interesse comum, não o lucro.

Walter Frantz (2012), defende que o cooperativismo não possui uma ideologia como fundamento, e sim, práticas que movem o sentido político e econômico de uma organização cooperativa. Do enfrentamento dos vários problemas emergentes do sistema capitalista como: desemprego, falta de alimentos, baixos salários, dentre outros, um grupo de tecelões de Rochdale, em Manchester, Inglaterra, em 1844, tiveram a iniciativa de organizarem-se em uma cooperativa de consumo, que até hoje é considerada a experiência matriz do sistema cooperativista. Dessa experiência conforme Frantz (2012), surge o cooperativismo moderno.

A experiência de Rochdale foi uma experiência pioneira de aplicação mais racional dos princípios de organização econômica de um grupo de pessoas. A iniciativa dos tecelões de Rochdale apresentou-se, historicamente, como uma tentativa econômica, por meio do cooperativismo de consumo, de produzir uma solução para os principais problemas de seu sustento econômico, na época das profundas mudanças e transformações que a Revolução Industrial impunha aos trabalhadores (FRANTZ, 2012, p. 18).

Ainda na visão de Frantz (2012), o esforço dos tecelões em manter a organização também foi baseado em experiências cooperativistas que não deram certo. Assim, procuraram distanciar dos modelos cooperativistas considerados utópicos, adotando racionalmente um modo próprio e prático de solução dos problemas. Para garantir o sucesso, abandonaram o movimento de defesa, e apostaram na inserção no mercado. Estabeleceram e guiaram-se por princípios que perceberam ser mais importantes naquele momento, como o princípio de vendas à vista, com o qual ganharam autonomia e independência financeira para sustentar os demais princípios, por exemplo, a livre entrada e livre saída dos membros da cooperativa e o princípio da educação econômica e cooperativa, assegurando assim o caráter cooperativista.

Os primeiros princípios adotados pelos tecelões de Rochdale, como mostra Frantz (2012), são: controle democrático; livre adesão: entrada e saída livre; limitação do juro ao capital; retorno de excedentes; vendas à vista; venda de mercadorias de boa qualidade; educação econômica e cooperativa; neutralidade política e religiosa. Esses princípios quando difundidos para o mundo ao longo dos anos, foram sendo contextualizados e readaptados pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI).

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) destaca que o cooperativismo tem como fundamentação os seus sete princípios básicos originários dos Pioneiros de Rochdale que são: adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica dos sócios; autonomia e independência; educação, treinamento e informação; intercooperação; interesse ou preocupação com a comunidade.

No entanto, os princípios característicos da economia solidária não são elencados como uma definição pronta, estão baseados na autogestão, na solidariedade, na cooperação, na liberdade, na democracia, e nas ações e experiências econômicas.

Segundo Singer (2002, p. 112), a economia solidária não é apenas uma resposta às contradições do capitalismo, ela é construída e recriada nela mesma.

[...]construir uma economia solidária depende primordialmente dela mesma, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana (SINGER, 2002, p. 112).

Conforme Schmidt e Perius (2003), no Brasil as primeiras experiências coletivas de organização do trabalho solidário foram as reduções jesuíticas em torno de 1610. Esse modo de vida tinha a pretensão de construir um Estado com base cooperativista. Os autores registram que aqui no Brasil por volta de 1847 surgem as primeiras cooperativas. Primeiramente no

Estado do Paraná, a Colônia Teresa Cristina que teve como idealizador o médico Jean Maurice Faivre. Essa organização era inserida no modelo “Falanstério” do socialista utópico Charles de Fourier. Também conforme Schmidt e Perius (2003), experiências similares surgiram em Santa Catarina por algum tempo, na mesma época. Contudo, destacam os autores que foi na virada do século XIX e início do século XX, que surgem as primeiras cooperativas de produtores rurais do País. A primeira experiência foi a Società Cooperativa delle Convenzioni Agricoli, criada em 1892 em Veranópolis/RS. Em 1902, o padre Theodoro Amstd fundou a primeira Cooperativa de Crédito rural em Nova Petrópolis RS.

Vimos nesta subseção, que o cooperativismo e a economia solidária possuem características comuns herdadas da matriz nascente. Ambas as tendências tomam como referência principal, além dos socialistas utópicos, a experiência cooperativista de Rochdale na Inglaterra, fundada em 1844. Contudo, os motivos que distanciam e levam muitas cooperativas à prática degenerativas e a perderem o seu caráter autogestionário, poderíamos dizer que se deve fundamentalmente à forma como são constituídas as cooperativas, aliada ao tipo de atividades a que se dedicam.

No próximo capítulo apresentaremos o estudo de caso da Cooperativa da Agricultura Familiar-Cooperdágua.

A Cooperdágua foi a primeira cooperativa de água a ser criada no Brasil; pelo menos, é como juridicamente se apresenta. Depois surgiram outras. Contudo, essa cooperativa se apresenta de uma forma peculiar em relação às demais que é a perspectiva agroecológica orientada pelos princípios da Economia Solidária.

## 4 COOPERDÁGUA

Este capítulo tem como objetivo apresentar alguns dados e percepções dos entrevistados como resultado do trabalho de campo, da etnografia e do estudo de caso da Cooperativa da Agricultura Familiar - Cooperdágua, a qual serviu de base para a realização deste trabalho.

Antes, porém, abordaremos alguns aspectos relacionados à história do Município de Palmitos envolvendo a formação das comunidades locais. Verificamos que o território que compreende o Oeste de Santa Catarina foi um dos últimos a ser oficialmente ocupados pelo Estado.

### 4.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA REGIÃO

Segundo Heinsfeld (1996), parte da região Oeste de Santa Catarina no período colonial por muito tempo foi disputada por Portugal e Espanha, e no período Imperial pelo Brasil e Argentina, ficando para o início da República a resolução da questão. Conforme estudo apresentado pelo pesquisador, “[...] A República do Brasil herdou uma série de problemas fronteiriços com os países vizinhos, sendo obrigada, para resolvê-los, a efetuar estudos de profundidade e de grande interesse, tanto históricos, como geográficos e geopolíticos” (HEINSFELD, 1996, p. 61). O Brasil “ganha” a causa e o território em disputa permanece anexado, sem alterações.

No início do século XX para preencher “o vazio demográfico” (RENK, 1997), foi atraído para esta região os descendentes de imigrantes das colônias velhas do Rio Grande do Sul.

Segundo Schuh (2011), a Companhia Territorial Sul Brasil, fundada em 1925, na cidade de Porto Alegre, adquiriu o patrimônio da Colonizadora Oeste Catarinense. Ao assumir o patrimônio da colonizadora catarinense, a Sul Brasil fica com um crédito de R\$.250:746\$179 junto ao governo de Santa Catarina. No entanto, Schuh observa que vários dos acionistas da Sul Brasil eram os mesmos da Colonizadora Oeste Catarinense. O projeto da nova concessionária a Companhia Sul Brasil, “pretendia, a partir da instalação de núcleos coloniais, canalizar para região Oeste o fluxo populacional de descendentes de alemães e italianos das colônias velhas do Rio Grande do Sul, para tornar a região catarinense economicamente ativa” (SCHUH, 2011, p. 54).

Esses agricultores vindos do Rio Grande do Sul, liderados pelo engenheiro Carlos Culmey começaram a construir suas casas e preparar as terras para as lavouras. “Muitas vezes, um ou dois homens da família se deslocavam para as novas terras para providenciar a derrubada da mata, preparar o local de construção da casa e abrir as primeiras roças” (SCHUH, 2011, p. 34). Ainda, Schuh (2011) relata que para atrair mais colonos para a região, a Companhia contratava propagandistas que ganhavam 10% sobre a venda para convencer os colonos a comprarem as terras que segundo esses agentes, “tudo o que se plantava dava”. O slogan anunciava de que a terra era fértil e barata e nela poderia ser cultivados produtos básicos como feijão, batatinha, milho, trigo, alfafa, amendoim, uvas, bananas, laranjas e outros produtos.

O projeto da Sul Brasil era formar as comunidades pelo critério de origem étnica e de credo religioso com o objeto de “evitar conflitos” (SCHUH, 2011). Para a região onde hoje é Palmitos, pretendia-se alocar os alemães evangélicos e para Caibi, os italianos católicos. Como chegaram muitos italianos em Caibi, o espaço destinado a eles ficou pequeno, muitos ficaram em território destinado aos alemães, uma vez que era o caminho até Caibi. Até os dias de hoje, essa divisão é marcante em Palmitos. Na região norte do Município predomina a cultura alemã e na região sul, a cultura italiana.

A criação oficial do município de Palmitos foi em 1953 pela Lei Estadual n. 133. Porém, a emancipação aconteceu somente no ano seguinte, em 2 de março de 1954.

Palmitos, localiza-se a 60 km de Chapecó e a 634 km de Florianópolis, é um dos principais pontos turísticos da região. Integra, a Rota das Termas, juntamente com os municípios de Águas de Chapecó, Quilombo, São Carlos e Caibi. Suas principais atrações estão concentradas na Ilha Redonda, às margens do Rio Uruguai, no entanto, possui outras fontes de águas termais que no passado ficaram conhecidas como Águas Minerais Taquarussú, muito procurada para tratamentos medicinais, que na década de 80 foi desativada por interesses econômicos particulares. Por pertencer ao governo federal, essa fonte de água mineral e uma área de banhado ao seu redor, ainda não possui concessão de uso, não entanto, há muito tempo amostras estão sendo coletas à noite por pessoas estranhas não informando à comunidade o motivo, nem o interesse.

Historicamente, a economia do município de Palmitos é movida pela agricultura e pecuária. Ainda é predominante o cultivo de grãos como milho, soja e o feijão, acompanhadas principalmente da suinocultura, avicultura e da produção do leite, que passou ser preponderante na atualidade.

No início se tinha a produção de grãos sem muitos custos, pois não dependia de insumos e defensivos agrícolas externos. O Cientista Social Horácio Martins de Carvalho (2005) fez um

estudo do campesinato no século XXI, analisando o Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná após a década de 1980, Carvalho percebeu que na época, estava em curso nessas regiões a Revolução Verde. A Revolução Verde, como já vimos anteriormente, foi um programa de desenvolvimento implantado pelo capitalismo no campo que introduziu na agricultura e na pecuária uma prática verticalizada de produção voltada para o lucro e para o mercado. Esse modelo, conhecido atualmente como agronegócio, criou a dependência de insumos químicos e sementes híbridas, mais tarde evoluídas para transgênicas, produzidas por corporações multinacionais. O uso inadequado da terra pelo manejo intensivo de agrotóxico e fertilizantes químicos, principalmente nas lavouras de fumo, forjou os agricultores a se tornarem dependentes de tecnologias externas. Ou seja, com o uso excessivo do veneno, o ecossistema fica em desequilíbrio e o produtor perde o controle no combate de pragas e doenças, deixando-o sem alternativa, caso não recorrer aos produtos químicos para manter a sua produção. Esse argumento mencionamos anteriormente quando Vandana Shiva afirma que o bioimperialismo age em roubo dos saberes ecológicos dos camponeses e indígenas para implantar as monoculturas da mente, sobrepujando os saberes dos povos originários.

Com a modernização dos métodos agrícolas, a passagem do modo de vida camponês para a agricultura familiar capitalista alterou profundamente a base técnica dos processos produtivos anteriores. Tal transição foi marcada por uma crise socioeconômica. Isto provocou um forte êxodo rural, e os produtores que permaneceram na agricultura foram limitados à adesão das estratégias da Revolução Verde.

Segundo Renk (2000, p. 422), em Palmitos, objetivamente, dentre as várias alterações na vida camponesa há uma mudança no substrato morfológico do núcleo familiar modificando as percepções, visões e representações do mundo camponês. Nesse processo, segundo a autora, a condição de colono é ressemantizada “cuja condição passa de emblema à estigma”, avaliada pelo colono equivalente a uma condição escrava.

As condições objetivas de existência não permitem produzir nem reproduzir um colono, a exemplo do que ocorria há alguns anos, evidencia-se uma fraca hereditariedade ocupacional. [...] Essa “dificuldade de existir” passa pelos mecanismos que engendram a produção da crença da excelência da condição camponesa, à medida em que não conseguem produzir e tampouco reproduzir os mecanismos anteriores de esquemas de percepção, que apontavam a positividade do ofício e do estilo de vida, bem como das virtudes étnicas e da “necessidade feito virtude”. Instaura-se uma crise na crença das virtudes e da estilização da vida e da excelência da condição de colono (RENK, 2000, p. 417).

Estas questões anunciavam os novos obstáculos que os colonos estariam por enfrentar. Passaram-se os anos e a agricultura moderna redesenhou o cenário agrícola, subjungando-o à

agricultura intensiva, dependente de agroquímicos e commodities do setor agroindustrial via integração, quase que em absoluto controle sobre o processo produtivo, apropriando-se cada vez mais da renda gerada pelo trabalho familiar.

Os avanços técnicos na agricultura trouxeram desenvolvimento rural, mas também expropriação refletindo consideravelmente nos aspectos físicos do espaço rural. Se outrora a dicotomia entre colono forte e colono fraco distinguia o camponês proprietário de terra suficiente para prover a família, do camponês proprietário de uma parcela insuficiente e que precisava recorrer ao assalariamento (RENK, 2000), na atualidade, essa divisão fica visível no padrão tecnológico em que o agricultor é condicionado a implantar nas suas propriedades. Isso se deve em parte, pela ambivalência “colono/agricultor” surgida na inserção do trabalhador do campo nas políticas públicas e no mercado, categorizando-o como pequeno agricultor, “identidade ocupacional e não social” (RENK, 2000, p. 421).

No entanto, pode-se perceber que o campesinato, como identidade social, continuou existindo e (Re)existindo na permanência na terra. Neste sentido, o conceito de (Re)existência aplicado a este trabalho está ligado ao fato de que a água, antes de qualquer recurso, representa a vida e a luta dos agricultores na tentativa de novas socialidades e relações de pertencimento.

De acordo com o sócio fundador da Cooperdágua: “Queremos combater o veneno que se aplica na terra [...] Diziam que com os insumos [...], iria se produzir mais, mas não perguntaram se era esse o jeito que os agricultores queriam. [...] temos de resistir no campo” (A8, 2018).

Neste aspecto encontra-se o movimento contestatório e alternativo da Cooperdágua que, no entanto, encontra oposição de alguns setores da economia local. Não menos, o processo de transição para a agroecologia, tem sido para os camponeses uma disputa também por um território de liberdade para produzir de forma agroecológica, porque agroecologia e agricultura convencional catalisam entre os agricultores formas diferentes de pensar e produzir.

Durante o trabalho verificou-se que a exploração agrícola do solo brasileiro para a monocultura voltada para a exportação é uma prática que vem desde o período colonial e que se intensifica na atualidade com o agronegócio. Embora a região em que realizamos o estudo tenha sido introduzida nessa dinâmica apenas no século XX, a exploração agrícola não é diferente do restante do País pelo latifúndio. Mesmo em pequenas propriedades familiares, o uso intensivo do solo e a utilização de fertilizantes químicos e agrotóxicos é um agravante para a degradação do ecossistema. Verifica-se também, que a absorção das biodiversidades para a implantação da biotecnologia erroneamente pelo otimismo das vantagens das “monoculturas genéticas uniformes”, Vandana Shiva (2003), argumenta que o bioimperialismo age em assalto,

e na pior das hipóteses, em “roubo legalizado” da biodiversidade e de culturas e saberes ecológicos dos camponesas e indígenas, classificando-os como primitivos e atrasados.

#### 4.2 COOPERAÇÃO, ECOLOGIA E REINVENÇÃO SOCIOCULTURAL

A Cooperdágua iniciou suas atividades em 1º de março de 2007, sob a forma jurídica denominada Cooperativa de Fornecimento de Água Potável Cooperdágua. Na época, 166 associados no conjunto de 9 comunidades da região norte do município de Palmitos não sabiam mais o que fazer em épocas de estiagens. Após diversas perfurações de poços artesianos, sem obtenção de resultado, constituíram uma importante iniciativa que vinha ao encontro às necessidades das famílias agricultoras de acesso à água potável.

Conforme o presidente da cooperativa Ari Erni Duttel, nas discussões entre os interessados, sobre a tipologia da organização, associação ou cooperativa, decidiu-se pela formação de uma cooperativa, pelo fato de um leque maior de oportunidades para a classe agricultora. Ressalta ainda que foi a partir das estratégias para a manutenção da agricultura familiar e o enfrentamento dos problemas relacionados a escassez de água provocada pelas frequentes estiagens, que a Cooperdágua se tornou a primeira cooperativa brasileira de água potável.

Um sonho que em um ano anterior se havia projetado:

A Cooperativa de Agricultura Familiar – Cooperdágua, foi concebida à sombra de uma bergamoteira no dia 3 de janeiro de 2006 quando um grupo de 27 agricultoras e agricultores familiares, autodenominados “Amigos do Rio Barra Grande”, reunidos pelo Projeto Microbacias 2 do governo do Estado de Santa Catarina, sonhava alternativas para o problema da escassez de água durante os constantes períodos de estiagem que atingiam a região. Após inúmeras reuniões que de certa forma gestaram e deram forma à ideia original, nasceu em 1º de março de 2007, a Cooperativa de Fornecimento de Água Potável de Palmitos, em Assembleia Geral de constituição no Salão Comunitário da Linha Progresso, interior do município de Palmitos – SC. A Cooperdágua foi inovadora e o seu pioneirismo é referência, sendo reconhecida como a primeira cooperativa de captação e tratamento de água da mesorregião oeste de Santa Catarina. (TRECHO EXTRAÍDO DO HISTÓRICO DA COOPERDÁGUA, 2018).

Nove anos depois de sua criação, em 2016 houve a alteração da forma jurídica e estatutária de Cooperativa de Fornecimento de Água Potável para Cooperativa da Agricultura Familiar, mantendo a atividade principal de captação, tratamento e distribuição de água potável e o nome fantasia Cooperdágua. Porém, ampliou-se as atividades secundárias e de setores de produção interna da Cooperativa. Ou seja, atividades interligadas à atividade base que é a

captação, o tratamento e a distribuição de água com as atividades secundárias, relacionadas aos diversos cultivos agroecológicos e de produção de alimentos de forma artesanal, bem como a produção de leite sendo esta, uma atividade em que o município de Palmitos ocupa a 2ª maior bacia leiteira de Santa Catarina.

A Cooperdágua sendo de natureza jurídica uma cooperativa, possui registro (CNPJ) para captação tratamento e distribuição de água potável e ainda para produção, comercialização, e transporte dos produtos agrícolas, de frigorífico e abate de bovinos e suínos, laticínios, apicultura e outros, produzidos por seus associados, que embora, não participam da atividade principal, são cooperados em outros segmentos como por exemplo, na produção de leite orgânico, sem o uso de ração industrializada. Tal fato se torna ainda mais importante quando observamos que, conforme a entrevistada A2 “A Cooperdágua vai à frente da sua história”, referindo-se à abrangência das suas atividades, destacando o projeto “Águas Novas, Águas Nossas” voltado para a manutenção e o cuidado da água, como iniciativa social e ecológica da cooperativa.

Continua a entrevistada:

Às vezes se acaba assumindo mais do que propriamente se pode. No entanto, a cooperativa se torna uma espécie de referência em torno da mobilização de pessoas e pode inovar em termos de comunicação, se inserir nas comunidades e fazer com que os agricultores possam ter mais autoestima e valorizarem a sua própria identidade (ENTREVISTA, A2, 2018).

Ainda falando sobre a atuação da cooperativa, a entrevistada destaca que se respalda também em dados do Município para a atuação da cooperativa, destaca por exemplo o alto índice de suicídio no município, principalmente de mulheres.

Conforme fala em entrevista:

A gente consegue encontrar caminhos quando se percebe que as decisões da cooperativa são parte da trajetória da comunidade. Palmitos tem algo que se centraliza em algumas situações, mas se percebe que a demanda de um determinado grupo é de toda a comunidade. Apesar de tudo, a gente avança nas questões relacionadas a água, ao meio ambiente, a vida. Palmitos se destaca nos dados da ONU sobre o suicídio, o que é isso para um município como o nosso? Então, o que a gente percebe é o desamparo, o ambiente que adocece, eu vejo a urbanização do rural onde tem que ter tudo bem limpinho, aplica-se veneno em tudo. Não é somente tratar a psique das pessoas, mas também como se reinventa nesse movimento (ENTREVISTA, A2, 2018).

A cooperativa em estudo adota os princípios e valores da Economia Solidária. Sustenta como valores o respeito mútuo, a responsabilidade, a honestidade, o comprometimento e a solidariedade. Caracteriza-se pela missão de “promover o desenvolvimento local e territorial

baseado nos princípios de solidariedade, cooperação e sustentabilidade, comercialização de produtos agroecológicos de qualidade com responsabilidade socioambiental” (Cooperdágua, 2018). Portanto, a Cooperdágua não se orienta nos princípios elencados pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) e sim, nos princípios e ações da economia solidária.

Eu enquanto consultora da cooperativa, sempre falo que nas reuniões tem de ter o colono, o desempregado, o trabalhador da cidade e nós líderes nos despir do conhecimento e se respaldar na vivência e nunca esperar reconhecimento. Porque o movimento de quem trabalha com isso é de suportar, é fazer com que o outro se empodere e não diga que foi você, mas busque nas ações, e na medida que se consegue suportar de que o outro se apropriou e não mais te cite aí, há um efeito de trabalho (ENTREVISTA, A2, 2018).

Não é mencionado a autogestão, característica da economia solidária, porém, como mencionamos no capítulo anterior, sendo uma cooperativa da agricultura familiar camponesa, a força de trabalho é o próprio núcleo familiar. Ou seja, a autogestão está implícita. No entanto, entendemos que no conjunto da formação associativa da cooperativa, aparece com evidência o controle coletivo dos recursos naturais, manifestado nas ações e nos projetos implantados pela Cooperdágua, por exemplo o projeto em andamento “Água Novas, Águas Nossas”.

A Cooperdágua busca introduzir a cooperação, uma das formas de oposição ao modelo preponderante de economia e do cooperativismo convencional como estratégia direcionada às famílias camponesas, geralmente excluídas do capitalismo rural (agronegócio). Orienta os seus associados à prática agroecológica e a venda direta de seus produtos ao consumidor, que muitas vezes, são as famílias dos cooperados.

Conforme informação do presidente da Cooperativa em entrevista em 2017, ela possui em torno de 248 sócios cooperados, distribuídos entre as 9 comunidades do município, destes, 160 recebem em suas casas água potável. 35 sócios do setor leiteiro possuem pastagens orgânicas. Ainda, a cooperativa atende 23 aviários e 24 chiqueirões.

Também são abastecidos pela Cooperdágua salões comunitários, igrejas, cemitérios, 1 Posto de Saúde e 1 núcleo educacional com 180 alunos. Os demais cooperados participam das diversas outras atividades da cooperativa. Além disso, a Cooperdágua integra a Cooperativa Central Fronteira Oeste que é formada por 17 cooperativas. A Central iniciou em outubro de 2017 os trâmites para assumir a nova gestão do Laticínios Mondai.

Sobre a importância da cooperativa para os agricultores, ressalta o presidente da Cooperdágua: “se uma empresa privada, ou a CASAN retira água dos nossos mananciais, por que não os agricultores pleitearem a socialização da água tratada e de boa qualidade para as suas atividades?” Segundo o entrevistado, houve uma preocupação em optar pela cooperativa

por não estar sujeita a falência e ainda não possuir o lucro como fator determinante. Um dos argumentos de que a atuação da cooperativa não caracteriza privatização, é a defesa do acesso à água pelos pequenos agricultores. “Uma empresa privada poderia fazer o processo que a cooperativa faz, contudo, estaria sobretudo lucrando e de alguma maneira excluindo quem não poderia pagar”. Outra razão pela qual não consideram a atividade da cooperativa uma atuação privatista da água, diz o entrevistado, é a implantação de poços modelo caxambu que estão sendo construídos cerca de 200 nas comunidades vizinhas, contribuindo significativamente para a quantidade e a qualidade da água e para aumento da resistência das vertentes.

Afirma o entrevistado A3 que existe uma preocupação com os poços perfurados antes da implantação da cooperativa, foram abertos nas diversas tentativas para obtenção de água sem sucesso e hoje, não estão lacrados. Uma das consequências é a contaminação da água dos lençóis freáticos devido a perfuração aberta desses poços.

Nossa intenção era formar uma associação de poço artesiano, mas não encontramos água, foram abertos mais de dez buracos e estão lá secos. Na época, uma possibilidade que vimos foi pegar a água do rio Barra Grande. Aí decidimos formar uma cooperativa, já que era o que conhecíamos melhor (A3).

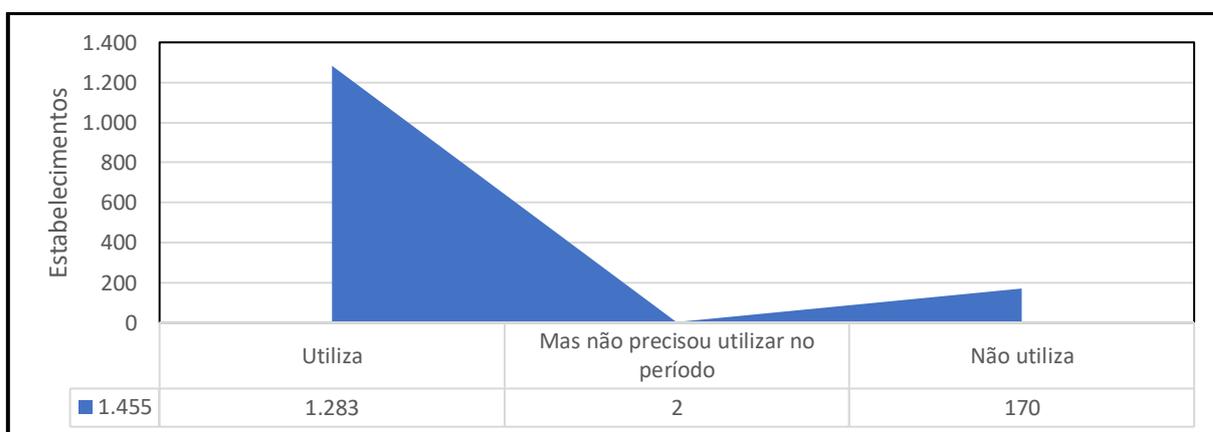
Para solucionar o problema da falta de água e assim, superarem a situação de escassez iniciaram a captação da água do Rio Barra Grande, porém essa água não era de qualidade. Surge então a proposta da agroecologia. Para melhor desenvolver esse ramo da agricultura, a cooperativa montou uma agropecuária para obter vantagens na compra de insumos e na aquisição de sementes crioulas e de mudas hortifrutícolas. No início, a agropecuária destinava somente aos sócios cooperados, mais tarde passou a atender a comunidade em geral.

Com um envolvimento maior com o meio ambiente, os membros, motivados pela cooperativa, passaram a articular um mutirão de defesa da água com replante da mata ciliar e a construção de fontes modelo caxambu. Muitas das fontes de pouca profundidade estão próximas das lavouras, o que leva a contaminação da água por agrotóxicos, principalmente o glifosato e fertilizantes químicos. Ou até mesmo, vertentes expostas, sem proteção de contato do gado, causando a morte das vertentes por pisoteamento. Conforme o entrevistado A3, a proteção das vertentes é simples, sendo que é utilizado materiais acessíveis e com um resultado muito importante para o aumento da quantidade e da qualidade da água das nascentes. “em parceria com a Epagri de Palmitos, foram construídas em torno de 200 fontes caxambu nas comunidades próximas”. Outra importante observação feita pelo entrevistado é a importância

da mata ciliar, pois o veneno principalmente o glifosato que é lançado nas lavouras chega até a água que embora é feita a filtração, ainda assim se percebe a presença desse agrotóxico.

Conforme o Censo Agropecuário 2017, de 1.455 estabelecimentos agropecuários do município de Palmitos, 88% utilizam agrotóxicos nas lavouras, enquanto que apenas 12% não aplicam. A seguir apresentaremos os dados em números verificados pelo IBGE e incluído no Censo agropecuário realizado em 2017.

Gráfico 1- Uso de agrotóxicos por estabelecimentos agropecuários 2017



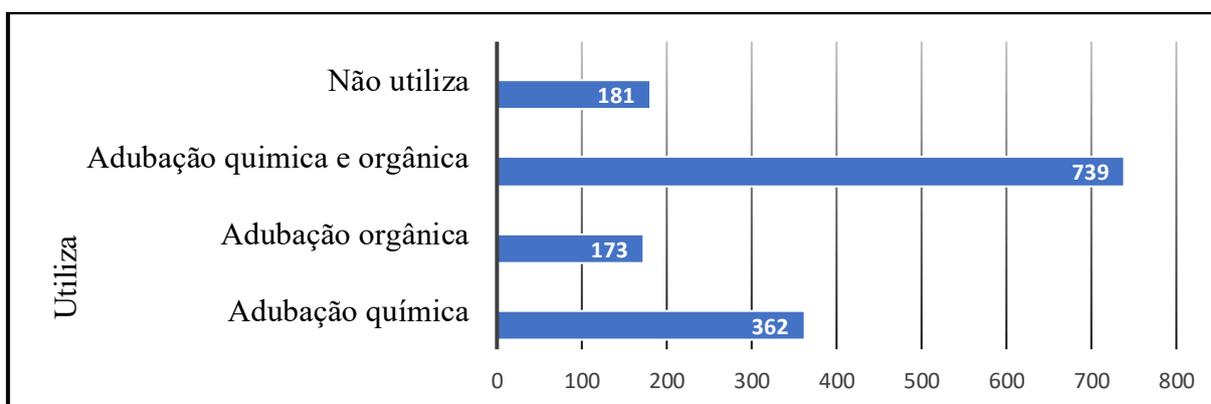
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017 - Resultados preliminares

O maior problema para o plantio ecológico, destaca o entrevistado A4, é a dificuldade de isolar as lavouras para se produzir alimentos limpos, uma vez que o efeito deriva, causado pelo vento, acaba levando o veneno e o pólen da planta geneticamente modificada até às plantas que se pretende cultivar sem veneno. Ou seja, as lavouras ficam submetidas às mesmas condições da agricultura convencional. “Isso é uma preocupação, principalmente pelos camponeses que são responsáveis pela produção de comida” (A4, 2018).

Conforme os dados apresentados pelo Censo agropecuário de 2017, no município de Palmitos se faz uso de adubação e fertilizantes químicos em mais de 75% dos estabelecimentos pesquisados pelo IBGE. Apenas 12% dos estabelecimentos pesquisados utilizam somente adubação orgânica no solo. Conforme argumenta o entrevistado, agricultor não associado da cooperativa: “Somente a adubação verde, não é suficiente, a terra não produz mais com facilidade, precisa complemento com o adubo comprado” (E6, 2018).

No gráfico a seguir apresentamos os dados preliminares do Censo Agropecuário de 2017, sobre a utilização de fertilizantes químicos pelos agricultores do município de Palmitos.

Gráfico 2 - Uso de adubação nas lavouras por estabelecimentos agropecuários no município de Palmitos SC Ano 2017



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017 - Resultados preliminares

Já foi mencionado neste trabalho, que a aceleração das safras por agroquímicos causa a exaustão do solo. A introdução de sementes resistentes aos herbicidas, seguido da aplicação dos mesmos, elimina as plantas espontâneas que são ecologicamente balanceadas.

Vandana Shiva (2003, p. 61), chama a atenção para o fato de que as estratégias da Revolução Verde é esmorecer os múltiplos usos da biomassa vegetal que parece ter sido “conscientemente sacrificados em nome de um único uso não sustentável de fertilizantes e água”. Essa prática não sustentável do solo, também é relatada por Caio Prado Jr. (2011) que dentre outros, os traços mais característicos da economia rural da colônia, também foi funesta com o solo e nunca se cogitou melhoramento, até mesmo com procedimentos mais simples como deixar a bagaceira da cana de açúcar se decompor naturalmente, ao invés de queimá-la. Ainda, aponta o autor que a separação entre a agricultura e a pecuária privou o solo do único elemento fertilizante de que poderia dispor, o estrume dos animais.

A água e a terra não são bens iguais aos outros da natureza. Ambas possuem como característica o fato de conter no seu interior os recursos naturais que não são produzidos pelo trabalho humano, embora a ação humana possa interferir diretamente corroborando ou destruindo.

Apresentaremos a seguir um resumo da pesquisa etnográfica realizada no dia 28 de novembro de 2018. Esta etnografia configurou-se como um estudo de caso da Cooperdágua. Brevemente faremos uma descrição do trabalho técnico de processamento da água feito pela cooperativa na Estação de Tratamento da Água (ETA).

A escolha desta estratégia de pesquisa enquanto método e a técnica de observação em campo, a etnografia, nos permitiu compreender alguns aspectos específicos do objeto de estudo.

O entendimento dado a esta etnografia é a contraposição ao recorte da água enquanto um recurso estratégico produtivista e de tendência política privatista. Pautamo-nos nas percepções dos agricultores familiares sobre a construção do valor da água enquanto um bem comum.

Conforme afirma Angrosino (2009), o levantamento de informações por meio do método etnográfico é uma “narrativa sobre a comunidade em estudo que evoca a experiência vivida daquela comunidade e que convida o leitor para um vicário encontro com as pessoas” (ANGROSINO, 2009, p. 34). Nas narrativas, buscamos compreender como o processamento da água está relacionado com a reinvenção produtiva da agricultura familiar e, por conseguinte, com o seu modo da vida.

#### 4.3 ETNOGRAFIA DO CUIDADO DA ÁGUA: ÁGUA UM BEM COMUM

No dia 28 de novembro de 2018, depois de um longo trajeto percorrido em meio às lavouras, matas, campos e à beira do rio Barra Grande, chegamos à estação de tratamento da Cooperdágua onde fomos recebidos por algumas pessoas que nos aguardavam ao som das águas em movimento contínuo. Após a acolhida, recebemos a informação de que não seria possível um acompanhamento muito aproximado do processo de tratamento devido as obras de ampliação da estação. No entanto, foi possível ter uma boa observação e acompanhamento do processo.

Conforme observação e informações dadas pelo sócio fundador e técnico responsável pelo tratamento e distribuição da água da cooperativa, a água para o tratamento é coletada do Rio Barra Grande, distante em torno de 6 metros da estação. O volume de água do rio proporciona a coleta de mais de 12,8m<sup>3</sup>/h. A água capturada é medida por um hidrômetro antes de chegar no sistema de tratamento, onde a água entra com uma mistura natural, homogênea contendo ácidos e alcalinos, esterco, algas, glifosato, dentre outros, com turbidez e potencial de hidrogênio (PH) em torno de 6,7 a 6,8. Para a estabilização utilizam-se dois produtos básicos: a soda caustica para aumento dos alcalinos e para aumentar o potencial de hidrogênio em 8,5 aplica-se com um dosador de alta precisão, o policloreto de alumínio que vão interagir com a água em poucos minutos. Em seguida, já em tom azulado, a água passa para o tanque de decantação, por uma cortina em quadrados chamados refil. A sujeira que ainda restava na água desce, se junta e não sobe mais, ficando depositada no tanque de decantação. Até esse momento, o processo dura em torno de uma hora, desde a entrada. Esse é o processo base para tirar as

impurezas. Depois continua em outra caixa para o tratamento dos micro-organismos, descritos pelo técnico como, vírus da gripe, coliformes, diferentes bactérias, glifosato e outros. A água chega em um filtro segmentado formado por 8 camadas com lajes, pedras, britas, areia e coberto por carvão vegetal e carvão mineral ativado. Este último, retira por exemplo o glifosato, metais pesados e o carvão mineral com a areia absorvem as partículas livres retidas pelo filtro. Em seguida a água passa para a terceira caixa. Nesta caixa, onde a água está limpa e filtrada, só falta a correção com hipoclorito de sódio que garante a eliminação dos microrganismos. Em base, é esse o seu processo de tratamento que é totalmente automatizado. Para garantir o fornecimento, o processamento do controle e manutenção são utilizadas quatro caixas de reservatórios com um eletro boia em locais em desnível que fazem o acionamento do recalque localizadas na Linha Progresso. Ao todo são 21 caixas de reservas intermediária espalhadas na região que fazem o acionamento automático das bombas da ETA para garantir todo o processo.

O técnico esclareceu-nos de que a estação de tratamento tem mais de 11 anos, e nesse período foi desgastada pelo uso. Com o Projeto “Águas Novas, Águas Nossas” a mesma está sendo ampliada atingindo uma demanda maior. Antes a captação era de 5m<sup>3</sup>/h. A demanda aumentou e muitas famílias não tinham outra água para o consumo e ainda, passou-se a atender a agroindústria. Atualmente a cooperativa tem capacidade para 20.000 litros por hora, e mais 3.000 litros/h. Ou seja, permitindo na atualidade tratar 23.000 litros/h suprimindo a atual demanda ainda dando uma margem de segurança para a manutenção e limpeza.

Dentre as atribuições de tratamento da água o técnico da cooperativa expede diariamente um relatório sobre a quantidade de água processada, situação do rio, acompanhamento da porcentagem do dosador e da quantidade de material gasto tanto no processamento, quanto na limpeza e na manutenção da estação, bem como e, principalmente na a limpeza do tanque de decantação que é trocado a cada 4 dias, onde fica depositado em torno de 40 m<sup>3</sup> de água e lodo. Com a ampliação pronta, a usina terá capacidade para 100 m<sup>3</sup> de leito de secagem de lodo.

Repetidas vezes o técnico enfatiza que as melhorias e a eficiência refletem no tanque de decantação. Pois antes da ampliação, a segmentação era feita nas caixas, agora com o investimento, além da possibilidade de tratamento para 23,000 litros/h tornou-se a estação de tratamento de água da região que possui a melhor velocidade e eficiência, com um bom resultado na qualidade da água.

Também, enfatiza o técnico de que outro motivo bastante relevante é a recomposição da mata ciliar do rio Barra Grande e afluentes devido o compromisso dos agricultores com o cuidado e o trato do solo. Sendo portanto a qualidade da água consumida pelos associados um dos critérios mais relevantes para a cooperativa.

Não é porque a cooperativa foi a primeira da região e já tem bastante experiência, mas a estação da cooperativa possui uma velocidade superior das usinas da região. É a estação com a melhor eficiência na decantação e no resultado na qualidade da água. Enxergamos isso como uma grande responsabilidade. Quando iniciamos a partir da necessidade de água, nem se tinha a dimensão do que era fazer o tratamento da água e a distribuição para as pessoas consumirem. Hoje a cooperativa vai se adequando e tomando ciência né, do quanto isso foi grandioso e continua sendo cada vez mais (A7, 2018).

Ainda explica que a qualidade da água se deve também pelo uso do Policloreto de alumínio, em geral, as empresas utilizam o sulfato de alumínio e em maior quantidade. Coube-nos questionar a diferença. Responde que o sulfato é um pó que precisa ser diluído e a eficiência é muito mais lenta no processo de decantação. O sulfato de alumínio precisa de 5 horas para fazer a mesma eficiência do policloreto de alumínio que faz o processo em 1 hora.

Para se ter ideia, apesar de verificarmos a sujidade da nossa água, nós nos sentimos privilegiados, mesmo em um município pequeno como Palmitos já foi registrado infelizmente, contaminação por dejetos de suínos e parada de fluxo de rios (Técnico da Cooperdágua A7, 2018).

Outro aspecto da qualidade da água é apontado pelo técnico, devido a baixa quantidade utilizada do policloreto de alumínio na água, justificado pela segurança dos encanamentos, e pela vantagem de que a água coletada do Rio Barra Grande o qual, não teve episódio de contaminação por dejetos de suínos e ainda o que deixa-os mais tranquilos é que não tiveram registro de parada de fluxo do rio.

Sobre a rede de encanamento, segundo informação que obtivemos no local, atualmente tem uma distribuição de 120 km. “Na época era menor e as famílias financiaram a instalação, que custou mais ou menos R\$ 4.000,00 que foi uma espécie de cota capital para a integralização do associado na cooperativa” (A7, 2018).

Um associado que estava no local, acrescentou: “Nós não sabíamos o que fazer foi perfurado um monte de poços artesianos e não dava água. Muitos estavam largando tudo e indo embora, porque sem água não se consegue produzir”.

O técnico espontaneamente menciona que a dimensão do cuidado com a água é importante para eles:

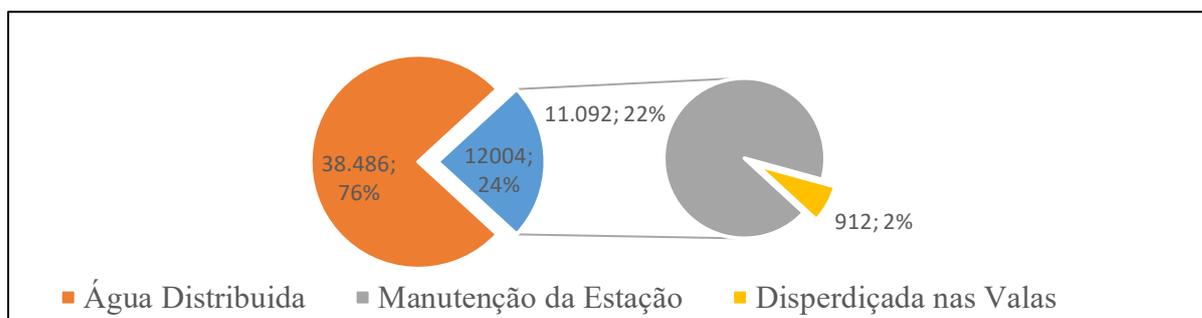
Eu acho necessário o nosso trabalho porque está ligado diretamente à sobrevivência e ao desafio que vão ter os nossos descendentes, nós já temos na atualidade, o que é preocupante. O uso de cloro na água, aceito pelo Ministério da Saúde para o consumo humano é de até 1,5. Eu mantenho um nível em torno de 0,8 a 1,2. Se formos verificar o nível de cloro na água consumida pela população chega a 1,5. O cloro também é um ácido e não vai fazer bem para saúde, pode provocar queimadura interna nas pessoas.

Um fato, por exemplo, a distribuição de água das cidades sofre com o rompimento de canos, o que contamina em muitos casos, a mistura da água potável com o esgoto. Por isso muitas fornecedoras de água, precisam manter alto nível de cloro por causa da contaminação constante. Nós também temos problemas de rompimentos, mas não venha a ser tão problemático, seria mais a questão de custos mesmos (TÉCNICO DA COOPERDÁGUA, 2018).

Conforme informação recebida do presidente da cooperativa em entrevista anterior a este dia, o controle da água também escapa pelo desperdício. No ano de 2017 foi tratado 58.590 m<sup>3</sup> de água, destes, 24% foi utilizada para limpeza e manutenção da estação e perda nas valas de encanamento.

Elaboremos o gráfico a seguir, para mostrarmos a quantidade de água tratada pela Cooperdágua no ano de 2017.

Gráfico 3- Água tratada pela Cooperdágua em m<sup>3</sup> - Ano de 2017



Fonte: Elaborado pela autora

Em relação ao desperdício, a ampliação da usina de decantação passará a aproveitar melhor a água destinada para a limpeza e manutenção. Não dispensando o compromisso do associado com o cuidado da rede para evitar o desperdício da água tratada. O rompimento de encanamento é um problema causado muitas vezes pelos maquinários nas estradas que danificam, ou por vezes, causado pela pressão da água.

Dentre as ações de melhoria está a implantação do sistema fotovoltaico da Cooperativa que a princípio atenderá o sistema de tratamento de água, quase zerando os custos de energia. Além desta vantagem o sistema de energia solar é uma produção renovável e limpa. Diferente da elétrica que é renovável, porém não limpa e da energia fósseis que não são renováveis e nem limpas para a natureza. A energia solar tem um papel central na construção de um sistema energético alternativo de energias renováveis não danosas ao meio ambiente.

Portanto, os desafios ecológicos se encontram na produção e no tipo de desenvolvimento que pretendemos. Evidenciamos que o controle da água pela comunidade se faz um importante instrumento de poder à agricultura familiar camponesa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se iniciou o presente trabalho de pesquisa constatou-se que são diversas as formas de privatização da água. A principal delas é o discurso neoliberal da escassez para justificar a mercantilização. O capitalismo na forma política neoliberal, avança territórios e culturas de forma invasiva e violenta em captura de água potável, seja para comercialização envasada, ou por meio da privatização do saneamento público ou ainda, via exportação de matérias primas, manufaturas e commodities agrícolas que demandam muita água para o cultivo e preparo, geralmente alocadas pelo agronegócio, escoando nossas riquezas naturais sem retorno significativo para os pequenos agricultores.

Na região de estudo essa problemática está relacionada à contradição entre a escassez e a abundância. Escassez provocada pelas frequentes estiagens sofridas em algumas localidades. Por outro lado, a região dispõe de uma significativa quantidade de água nos reservatórios, privilegiada se comparado com outras regiões do País. Contudo, o desenvolvimento econômico e a agricultura industrializada fazem emergir maior demanda por água, geralmente para produção de commodities o que gera intensa retirada dos mananciais. Além disso, o método destrutivo da agricultura convencional é responsável pelo surgimento de um histórico de contaminantes que afetam diretamente a qualidade da água e dos alimentos em decorrência do uso inadequado do solo pelo manejo abusivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos utilizados nas lavouras.

O uso da água no agrohidronegócio da avicultura e suinocultura vem sendo praticado na Região Oeste para o abastecimento das agroindústrias, cuja produção é destinada tanto para o consumo interno quanto e, principalmente para a exportação de alimentos.

Embora toda a sociedade está exposta à ação dos agrotóxicos, o trabalhador rural é o que mais sofre os efeitos da exposição do seu trabalho e dos alimentos por ele consumido com alto teor de contaminantes químicos.

O novo cenário trazido pela Cooperd'água justificou a importância do estudo sobre o tema nesta Instituição. A proposta deste trabalho foi apresentar algumas das premissas dessa cooperativa enquanto movimento camponês de produção agroecológica orientado na perspectiva da Economia Solidária, uma vez que compreendemos ser o controle coletivo da água pela comunidade camponesa por meio da prática da agricultura ecológica, elemento

essencial para a conservação dos recursos naturais em oposição à lógica produtivista excludente.

Diante disso, a pesquisa teve como objetivo geral investigar se no Ato Cooperativo da Cooperdágua reúne características que apontam para a possibilidade de reversão da política neoliberal privatista, por meio da gestão coletiva dos bens comuns (água, solo, energia) com a prática da agricultura de base ecológica na produção de alimentos.

Constata-se que o objetivo geral foi atendido. Identificou-se que a organização coletiva da Cooperdágua para a superação da situação de escassez de água potável direcionado às famílias camponesas apresenta um horizonte mais iluminado para a permanência dos agricultores familiares no campo a partir da necessidade de conservação dos recursos naturais. Evidenciou-se também a articulação da luta em defesa do acesso à água pelos pequenos agricultores, sendo este um dos argumentos de que a captação, o tratamento e a distribuição de água pela cooperativa não caracterizam privatização desse recurso. Outra razão pela qual os entrevistados não consideram a atividade da cooperativa uma atuação privatista da água com interesse de lucro é a implantação de fontes modelo caxambu construídas nas comunidades vizinhas contribuindo significativamente para a qualidade da água e para aumento da resistência das vertentes. Além disso, destaca-se o compromisso dos agricultores cooperados com o manejo ecológico do solo na produção de alimentos limpos e na recomposição da mata ciliar do rio Barra Grande e afluentes.

Assim, a hipótese de que a captação, o tratamento e a distribuição da água na atividade principal da Cooperdágua têm alterado significativamente as dinâmicas das comunidades envolvidas em suas ações, tanto no que diz respeito às relações sociais, quanto às atividades agrícolas e ao meio ambiente. Portanto, neste momento, consideramos a Cooperdágua um movimento incisivo de defesa e controle coletivo da água, enquanto bem comum expresso nas atividades secundárias da cooperativa configuradas nos processos alternativos, tomados de verdadeira coragem no enfrentamento dos problemas sociais ligados a contaminação da água deixada pelos traços do agronegócio e da hegemonização do agrohídronegócio de Palmitos e região.

A aproximação das teorias trabalhadas no nosso estudo com a prática observada em campo, ratificadas nas experiências e percepções dos entrevistados também foi analisada a partir da alternativa ecossocialista, embora a maioria dos camponeses entrevistados não se reconhecem ativistas ou ecológicos evidenciou-se pelas suas práticas, tais características.

Diante dos desafios que se apresentaram na realização deste trabalho como a limitação de tempo e distância, não foi possível realizar um estudo mais detalhado sobre os entraves para

a produção agroecológica. Percebe-se também várias implicações com o tema apresentado e que poderiam ser ampliados para outras questões não trabalhadas neste estudo, por exemplo, a relação entre saúde e alimentos ecológicos x doenças e agroquímicos; a atuação da mulher na direção das cooperativas; a sucessão geracional na agricultura familiar camponesa; legalização das áreas agroecológicas para fins de comercialização dos produtos ecológicos; certificação agroecológica; alternativas de renda em feiras agroecológicas e o ecoturismo, sendo todos esses elementos observados na Cooperdágua.

Ao longo deste trabalho, procuramos esclarecer que a Economia Solidária e o Ecosocialismo são modos diferentes, porém complementares. O primeiro está voltado para o desempenho de outra forma organizativa de conduzir a produção e a economia, enquanto o segundo trata-se de uma perspectiva de luta ecológica para garantir a sobrevivência do ecossistema e da vida sobre a Terra. Em suma, podem constituir um importante horizonte que se faz hoje mais do que nunca, necessário.

Se somos desafiados à vida em sociedade onde se exige que nos afastemos cada vez mais da natureza, também somos desafiados na medida em que os pontos de virada se tornam possíveis quando passamos por eles, seja por uma estiagem, ou por um desastre ambiental. Reafirmamos, contudo, a contribuição dos camponeses que sempre promoveram a biodiversidade do ecossistema e que foram suprimidos ou feitos parecerem ultrapassados.

Não há dúvidas, como já argumentaram Luxemburgo e Shiva, mesmo que o capitalismo desencadeia todas as trapaças e esforços para empurrar os camponeses rumo à expropriação, não há situação absolutamente sem esperança.

A presença de agrotóxicos na água é uma realidade que a Cooperdágua vem trazendo para o debate com a população, uma vez que os consumidores, seus cooperados, recebem o resultado da análise da água distribuída e isso se torna importante para o debate sobre o assunto. Insere-se nesse debate a importância da proteção das nascentes e rios e nisso, o fortalecimento da agricultura familiar na produção de alimentos não contaminados por agrotóxicos e fertilizantes químicos.

No contexto da Cooperdágua é oportuno o tema da (Re)existência camponesa. Contudo, deixamos claro que não se trata de eleger a água, enquanto recurso natural para justificar um paradigma de exploração agrícola. Enquanto bem comum, o processamento e distribuição da água pela Cooperdágua está relacionado com a reinvenção produtiva da agricultura familiar e, por conseguinte, com o seu modo de vida, sem a pretensão de torná-la mercadoria.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3. São Paulo: Edusp, 2007.

ABRAMOVAY, RICARDO. Progresso técnico: a indústria é o caminho?. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 2, n. 2, p. 233-245, 1985.

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS- ANA. Atlas da Irrigação – Uso da água na agricultura irrigada, 2017. Disponível em: <http://atlasirrigacao.ana.gov.br/>. Acesso em: 10 dez 2018.

ALLAN, J. “O Brasil é o maior”. Revista Do Instituto Humanitas Unisinos (IHU On-Line). Rio Grande do Sul: Unisinos, mar. 2010, ed. 321. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3063&secao=321](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3063&secao=321)>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2019.

ALTVATER, Elmar. O Capitalismo Fóssil e seu Ambiente Social e Natural. **Revista Baru-Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, v. 3, n. 1, p. 143-164, 2017

AMORIM, João Alberto Alves. **Direito das Águas: o regime jurídico da água doce no direito internacional e no direito Brasileiro**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ANGROSINO, M.; FLICK, U. (Coord.). Etnografia e observação participante. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ANDRÉS, Roberto. Roberto Andrés: Entrevista. Entrevistador: Ricardo Machado. São Leopoldo: IHU, 2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/581772-privatizacao-do-saneamento-publico-a-mp-844-e-o-mercado-do-saneamento-basico-no-brasil-entrevista-especial-com-roberto-andres>> Acesso em 08 nov.2018.

AZEVÊDO, Francisco Antônio. As ligas Camponesas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BARLOW, Maude. Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade, vol. 6, n.3, p. 561 - 584. jul - dez 2014. Maude Barlow [mbarlow8965@rogers.com] Entrevista. Entrevista enviada em:

domingo, 2 de novembro 2014 13:02. Entrevistador: Revista Meio Ambiente e sustentabilidade do UNINTER (MAS)

BARLOW, M & CLARK, T. Ouro azul. Como as grandes corporações estão se apoderando da água doce do nosso planeta. São Paulo: Ed M. Books, 2003.

BARLOW, Maude. Água – Futuro Azul. Como proteger a água potável para o futuro das pessoas e do planeta para sempre. São Paulo: Editora M. Books do Brasil Editora Ltda., 2015.

BARLOW, Maude. **Água pacto azul:** a crise global da água e a batalha pelo controle da água potável no mundo. M. Books, 2009.

BORRAS, Saturnino. La Via Campesina: un movimiento en movimiento. Amsterdã: Transnational Institute, 2004.

BOSETTI, Cleber José. **Perspectiva de desenvolvimento rural em disputa no Brasil.** Florianópolis: tese, 2013.

BRASIL, Lei Nº. 9.433, de 8 de janeiro de 1997. **Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art, v. 21, p. 9433-97, 2010.**

BRASIL. Lei no 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm)>.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. 2006.

CHANIAL, Philippe; LAVILLE, Jean-Louis. Associativismo. In: CATTANI et al. (Orgs) Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: Almedina, 2009, p. 21-30.

CHAYANOV, Alexander. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974 (1925)

CARDOSO, Fernando Henrique. IANNI, Octávio. Cor e Mobilidade Social em Florianópolis. São Paulo: Nacional, 1960.

CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (orgs.) (2009), Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: Almedina, 345 pp.

CATTANI, D. A. (Org.). A Outra Economia. Porto alegre: Veraz, 2003. FBES – FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Carta de Princípios da Economia Solidária. III Plenária Nacional da Economia Solidária, 2003. Disponível em: [http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=63&Itemid=60](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60). Acesso em 14 de julho de 2014.

CENTRO DE SOCIOECONOMIA E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA. CEPA / EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA. EPAGRI. Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2017-2018 Florianópolis: CEPA/EPAGRI, 2018

COUTINHO, N. “O significado de Lima Barreto na literatura brasileira”, in: \_\_\_\_\_ et al., Realismo e anti-realismo na literatura brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974, p. 3.

DE CARVALHO, Horácio Martins. O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Editora Vozes, 2005.

DE FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. UFRGS Editora, 2004.

DE FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. A Temática da Economia solidária e suas implicações originais para o campo dos estudos organizacionais. **Revista de Administração Pública**, v. 37, n. 1, p. 11-32, 2003.

DELFIN NETTO, Antonio; PASTORE, Affonso C.; CARVALHO, Eduardo Pereira De. Agricultura e desenvolvimento no Brasil. São Paulo: Estudos ANPES n. 5, 1966.

DOURADO, Ivan Penteadado. As representações da Economia Solidária: os valores solidários em oposição. **Latitude**, v. 4, n. 2, pp. 43-66, 2010.

EMPINOTTI, Vanessa Lucena; JACOBI, Pedro Roberto. Novas práticas de governança da água? O uso da pegada hídrica e a transformação das relações entre o setor privado, organizações ambientais e agências internacionais de desenvolvimento. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 27, 2013.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Globo Livros, 2006.

FOSTER, John Bellamy. A ecologia da economia política marxista. **Lutas Sociais**, n. 28, p. 87-104, 2012.

\_\_\_\_\_. Marxismo e Ecologia: fontes comuns de uma Grande Transição. **Lutas Sociais**, v. 19, n. 35, p. 81-97, 2015.

FOSTER, John Bellamy. Marx e o meio ambiente. In: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy. **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo**. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, p. 161-73, 1999.

FRANCISCO, Papa. Carta Encíclica Laudato SI. Do Santo Padre Francisco sobre o cuidado da casa comum Ipt. 2015.

GAIGER, L. I. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, A. (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003. 135-143 p.

GAIGER, L. I. A economia solidária e o projeto de outra mundialização. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 47, n. 4, p.799-834, 2004.

\_\_\_\_\_. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 84, p. 81-99, março 2009.

\_\_\_\_\_. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. **Outra economia**, v. 2, n. 3, p. 58-72, 2011.

GALVÃO, Andréia. O marxismo importa na análise dos movimentos sociais? In: 32. Anual da Anpocs. Anais. Caxambu-MG, 2008.

\_\_\_\_\_. Marxismo e movimentos sociais. **Crítica marxista**, n. 32. São Paulo: UNESP, 2011, p. 107-126.

GOHN, M. G. 1997. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola.

HEINSFELD, Adelar. **A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no baixo vale do rio do Peixe- SC**. Joaçaba: UNOESC, 1996, p. 59-91.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968

IANNI, Octavio. A utopia camponêsa. In: STERDILE, João Pedro (Org.). A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato. São Paulo Expressão Popular, 2016, p. 36-55.

João Pedro Stedile (org); Douglas Estevam (assistente de pesquisa) -2. ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2011. 304 p.

KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. 3ª edição. Harmonia, SP: Proposta Editorial, 1980.  
SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.). A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. Economia Solidária. In: CATTANI et al. (Orgs) Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: Almedina, 2009, p. 162-168.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. Economia Solidária Volume, v. 4, 2002.

LÊNIN, V. I. O imperialismo, fase superior do capitalismo. In: LÊNIN, V. I. Obras Escolhidas, v.1. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

LOWY, Michael. A CENTELHA SE ACENDE NA AÇÃO: A AUTOEDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES NO PENSAMENTO DE ROSA LUXEMBURGO. **Educação e Filosofia**, v. 28, n. 55, p. 27-38, 2014a.

LOWY, Michael. A Dialética Marxista do Progresso. In: BENZAÏD, Daniel; LÖWY, Michael. Marxismo, modernidade e utopia. São Paulo: Xamã, 2000a.

\_\_\_\_\_. Barbárie e modernidade no século XX. In: BENZAÏD, Daniel; LÖWY, Michael. Marxismo, modernidade e utopia. São Paulo: Xamã, 2000b.

\_\_\_\_\_. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

\_\_\_\_\_. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. Caderno CRH, v. 26, n. 67, 2013.

\_\_\_\_\_. Crise ecológica, capitalismo, altermundialismo: um ponto de vista ecossocialista. *Interfac EHS-Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade*, v. 4, n. 3, 2010.

\_\_\_\_\_. “O significado metodológico da fórmula ‘socialismo ou barbárie’”, em *Método dialético e teoria política* (3. ed., São Paulo, Paz e Terra, 1985)

\_\_\_\_\_. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista Outubro**, v. 1, n. 01, p. 70-80, 1995.

LOWY, Michel; DUMÉNIL, Gérard; RENAULT, Emmanuel. **100 palavras do marxismo**. Cortez Editora, 2015a.

\_\_\_\_\_. Imperialismo ocidental versus comunismo primitivo: Uma releitura dos escritos econômicos de Rosa Luxemburgo. **Rosa Luxemburgo e o preço da liberdade, São Paulo: Fund. Rosa Luxemburgo**, p. 87-96, 2015.

\_\_\_\_\_. Por um marxismo crítico. *Lutas Sociais*, São Paulo, 1997, n. 3.

LUXEMBURG, Rosa de. *A Acumulação de Capital-estudo sobre a Interpretação Econômica do Imperialismo*, Tradução de Moniz Bandeira, Biblioteca de Ciências Sociais. 1970.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 24. ed. São Paulo: Ed. Malheiros, 2016.

MACHADO, Luis Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luis Carlos Pinheiro. *A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno*. São Paulo: Expressão Popular, 2017. 358p.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera**, n. 12, p. 57-67, 2008.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil**. 2015.

MENDONÇA, M. R.; MESQUISTA, H. A. O agrohidronegócio no cerrado goiano: a construção das (re)existências. In: ENCUESTRO LATINOAMERICANO CIENCIAS SOCIALES Y REPRESAS, 1 e ENCONTRO BRASILEIRO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2. Anais... Salvador, 2007.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; PELÁ, Márcia. Cerrado Goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputas. In: PELÁ, M.; CASTILHO, D. (Orgs). Cerrado: perspectivas e olhares. Goiânia: Vieira, p. 51-69, 2010.

MENEZES, Maria Thereza Candido Gomes. **Economia Solidária: elementos para uma crítica marxista**. Gramma, 2007.

PATNAIK, Prabhat. O capitalismo neoliberal e a sua crise. Tradução de JF. Disponível em: <[http://resistir.info/patnaik/patnaik\\_24out17.html](http://resistir.info/patnaik/patnaik_24out17.html)>. Acesso em março de 2019. em <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/atividades-que-mais-consomem-agua.htm>>. Acesso em 12 de novembro de 2018

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A luta pela apropriação e reapropriação social da água na América Latina. **Oceania**, v. 7, n. 4.570, p. 2-510, 2008.

\_\_\_\_\_ (2001). Amazônia, Amazônias. Ed. Contexto. São Paulo, SP. 178 p.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

\_\_\_\_\_. A formação do Brasil Contemporâneo São Paulo: Brasiliense, 2017.

\_\_\_\_\_. A questão agrária no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

\_\_\_\_\_. A questão agrária no Brasil: O debate tradicional - 1500-1960 -João Pedro Stedile (org); Douglas Estevam (assistente de pesquisa) -2. ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2011. 304 p.

RECÚPERO, Bernardo. Caio Prado Júnior e a nacionalização do marxismo no Brasil. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, Fapesp, Ed. 34, 2000

RENK, Arlene. **Sociodicéia às avessas**. Editora Grifos, 2000.

\_\_\_\_\_. Etnicidade e itinerários de grupos étnicos no sul do Brasil. **Grifos, Chapecó**, v. 6, n. 1, p. 93-107, 1999.

\_\_\_\_\_. **A luta da erva: um ofício étnico no Oeste catarinense**. Grifos, 1997.

SANTOS, Selma de Fátima. A questão Agrária no Brasil: da modernização conservadora ao agronegócio. In: Henrique Novaes, Ângelo Diogo Mazin [e] Laís Santos (org) Questão agrária, cooperação e agroecologia. São Paulo: Outras Expressões, 2015. Cap. 2, p. 41-64.

SHANIN, Teodor. Campesinos y sociedades campesinas. México: FCE, 1979

\_\_\_\_\_, Teodor. A definição de camponês: conceituação e desconceituação-o velho e o novo em uma discussão marxista. Estudos Cebrap, Petrópolis, n. 26, p. 43-79, 1980.

SCHILLING, Paulo R. Do “caminho brasileiro” de reforma agrária – 1962. In: O debate tradicional - 1500-1960 -João Pedro Stedile (org); Douglas Estevam (assistente de pesquisa) - 2. ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2011. 304 p.

SCHMIDT, Derli; PERIUS, Vergílio. Cooperativismo – cooperativa. In: CATTANI, Antonio David (org). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, pp. 63-71, 2003.

SCHUH, Marcos Batista. Histórias da colonização de Palmitos. **CEOM/Unochapecó: Chapecó**, 2011.

SHIVA, Vandana. Monoculturas da mente. São Paulo: Editora Gaia, 2003

\_\_\_\_\_. Guerras por água: privatização, poluição e lucro. São Paulo: Radical, 2006

SILVA, Valter Israel da. Classe Camponesa: Modo de ser, de viver e de produzir. 1ª edição. Porto Alegre, 2014.

SIMONETTI, Mirian Claudia L. (1999). A longa caminhada: (re)construção do território camponês em Promissão. São Paulo, Depto. de Geografia da USP. (tese de doutorado)

SINGER, P. I. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. Economia Solidária. In: In: CATTANI, Antonio David (org). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, pp.116-124, 2003.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs) A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. 2ed. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. I. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, A. R. (Orgs). A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. 2ed. São Paulo: Contexto, p.11-30, 2000.

SINGER, Paul Israel; MACHADO, João. **Economia socialista**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SINGER, Paul. Prefácio: um olhar diferente sobre a Economia Solidária, in: FRANÇA FILHO, G. C. de; LAVILLE, J. L. A Economia Solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SINGER, Paul. A teoria da acumulação do capital em Rosa Luxemburg. **Rosa Luxemburg: a recusa da alienação**. LOUREIRO, Isabel; VIGEVANI, Tullo (org.). São Paulo: UNESP, p. 85-95, 1991.

SOUZA, André Ricardo De. Um exame da economia solidária. **Otra Economía**, v. 5, n. 9, p. 173-184, 2012.

STEDILE, João Pedro. A questão agrária no Brasil. O debate na esquerda: 1960-1980 (org.). São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

THOMAZ JÚNIOR. Dinâmica territorial do agrohidronegócio e os desdobramentos para o trabalho. In: Revista OKARA: Geografia em Debate, n.1, v.6, 2012.

\_\_\_\_\_. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do Século XXI. Campo Território, V. 5, Nº 10, Uberlândia, 2010.

THOMPSON, E. P. (1998), a economia moral da multidão inglesa no século XVIII: economia moral revisitada, in: THOMPSON, E. P. Costumes em comum, São Paulo: Companhia das Letras, p. 150-266

TROTSKY, Leon. **A história da revolução russa**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1967.

VICTORINO, Célia Jurema Aito. **Planeta água morrendo de sede: uma visão analítica na metodologia do uso e abuso dos recursos hídricos**. Edipucrs, 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX Encontro Anual da ANPOCS. Gt 17. Processos sociais agrários. Caxambu, MG. **Outubro**, 1996.

WELLEN, Henrique. **Para a crítica da " economia solidária"**. Outras Expressões, 2012.

WELLEN, Henrique André Ramos. Contribuição à crítica da “Economia Solidária”. In: Katálysis [online].vol.11, n.1, pp. 105-115, 2008.

WINCKLER, Silvana; RENK, Arlene. A luta do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em defesa da biodiversidade e da autonomia dos agricultores. In: OLSSON, Giovanni; TEIXEIRA, Marcelo Markus; PEREIRA, Reginaldo; WINCKLER, Silvana (Orgs.). Educação jurídica, relações internacionais e cidadania ecológica. Chapecó, SC: Argos, 2013.

WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy. **Em defesa da História**. Zahar, 1999.